

GLAUCIA HELOISA MALZONI BASTOS DE AQUINO

**DE VOLTA AO COMEÇO:
A dimensão ético-política na formação profissional
das assistentes sociais**

FRANCA

2008

GLAUCIA HELOISA MALZONI BASTOS DE AQUINO

**DE VOLTA AO COMEÇO:
A dimensão ético-política na formação profissional
das assistentes sociais**

**Tese apresentada à Faculdade de História,
Direito e Serviço Social da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para
obtenção do título de Doutora em Serviço
Social. Área de Concentração – Serviço Social:
Trabalho e Sociedade.**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Ângela Rodrigues
Alves de Andrade**

FRANCA

2008

Aquino, Gláucia Heloisa Malzoni Bastos de
De volta ao começo: a dimensão ético-política na formação
profissional das assistentes sociais /
Gláucia Heloisa Malzoni Bastos de Aquino. –Franca : UNESP,
2008

Tese – Doutorado – Serviço Social – Faculdade de
História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Serviço Social – Estudo e ensino. 2. Assistentes Sociais –
Formação profissional. 3. Projeto ético-político – Diretrizes curri-
culares – Serviço Social.

CDD – 361.007

GLAUCIA HELOISA MALZONI BASTOS DE AQUINO

**DE VOLTA AO COMEÇO;
a dimensão ético-política na formação profissional
das assistente sociais**

Tese apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração – Serviço Social: Trabalho e Sociedade

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Maria Ângela Rodrigues Alves de Andrade

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

4º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2008.

Para Vítor, Júlia e Luísa.

AGRADECIMENTOS

Por mais esta oportunidade que me foi oferecida.

A minha mãe, Mafalda, amiga e confidente de todas as horas, pelo apoio, compreensão e paciência incondicionais.

Ao meu pai, se estivesse hoje aqui, com certeza, seria a pessoa mais orgulhosa por esta conquista. (Eu sei que o senhor está conosco).

Ao Vítor, luz que continua aquecendo e alegrando minha vida.

A Júlia e a Luísa, razão de tudo.

A minha estimada orientadora, Profa. Maria Ângela Rodrigues Alves de Andrade, pela crença em quem muitas vezes deixou de acreditar que seria possível chegar até aqui.

As assistentes sociais que se dispuseram a fazer parte da pesquisa.

As colegas de profissão e de sonho, assistentes sociais e professoras Mariza de Nadai, Maria José de Oliveira Lima, Luzilene de Almeida Martiniano, Maria Cristina de Souza e Onilda Alves do Carmo.

*O ofício de ensinar não é para aventureiros,
é para profissionais, homens e mulheres que,
além dos conhecimentos na área de seus conteúdos específicos
e da educação, assumem a construção da liberdade
e da cidadania do outro como condição mesma
de realização de sua própria liberdade e cidadania.*

Ildeu Moreira Coelho

AQUINO, Gláucia Heloísa Malzoni Bastos de Aquino. **De volta ao começo:** a dimensão ético-política da formação profissional das assistentes sociais. 2008. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

RESUMO

A presente pesquisa pretendeu analisar de que forma a dimensão ético-política, contemplada pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social e pelas Diretrizes Curriculares esteve presente na formação profissional do assistente social, a partir da perspectiva das ex-alunas da graduação em Serviço Social da União das Faculdades dos Grandes Lagos de São José do Rio Preto - Unilago, que desempenham o exercício da docência em Serviço Social. Buscou-se contribuir para a compreensão do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho coletivo da sociedade. Teve-se como objetivo perceber de que maneira a formação profissional oferecida pela Instituição de Ensino contribuiu na preparação de profissionais capazes de responder às demandas que se apresentam para a intervenção do Serviço Social, no seu cotidiano profissional, enquanto docentes, no que diz respeito ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. O universo da referida pesquisa foi a Unilago, sendo que o recorte temporal determinado para a pesquisa compreendeu o período de 1990 a 2005. Os critérios de seleção das participantes da pesquisa foram: alunos(as) oriundos do curso de Serviço Social que cursaram e concluíram a graduação em Serviço Social na Unilago; possuem a titulação de mestre ou doutor(a) e exercem a atividade docente em cursos de graduação em Serviço Social em Unidades de Ensino que se encontrem no contexto geográfico da pesquisa: a região sob a jurisdição do CRESS - São José do Rio Preto. As entrevistadas apesar de possuem origens e histórias diferentes, se assemelham na sua opção profissional pelo Serviço Social, assim como em suas prioridades, sua preocupação no que concerne ao Serviço Social enquanto profissão e, mais especificamente com relação à docência. Os resultados obtidos demonstraram a realidade vivenciada pelas participantes da pesquisa e apontaram os desafios que se apresentam para a intervenção do assistente social: a atual situação vivenciada pelo Ensino Superior no Brasil ocasionada pela mercantilização da educação; o comprometimento da qualidade educação básica ofertada no país; as concepções, os valores e a perspectiva ética trazida pelos alunos, as condições de trabalho do docente e do assistente social em geral e as condições concretas de vida da população.

Palavras-chave: Serviço Social. ensino superior. diretrizes curriculares. ética profissional. projeto ético-político.

AQUINO, Gláucia Heloísa Malzoni Bastos de Aquino. **De retour au commencement:** a dimension ético-política de la formation professionnelle des assistantes sociales. 2008. 179 f. Thèse (Doutorado dans Service Social) - Faculté d'Histoire, Droit et Service Social, Université De l'état De São Paulo « Júlio de Mesquita Filho », Franca, 2008.

RÉSUMÉ

Présente recherche a prétendu analyser que il forme la dimension ético-política, envisagée par Projeto Ético-Político du Service Social et par les Directives Curriculaires, il a été présent dans la formation professionnelle de l'assistant social, à partir de la perspective des ex-alunas de la graduation dans Service Social de Union des Facultés du Grands Lacs de São José do Rio Preto, SP Unilago, qui jouent l'exercice de l'enseignement dans Service Social. Il s'est cherché contribuer à la compréhension du Service Social tant qu'à profession insérée dans la division sócio-técnica du travail collectif de la société. Il a eu pour objectif percevoir comment la formation professionnelle offerte par l'Institution d'Enseignement a contribué dans la préparation de professionnels capables de répondre aux exigences qui se présentent pour l'intervention du Service Social, dans leur quotidien professionnel, comme enseignants, en ce qui concerne Projeto Ético-Político du Service Social. L'univers de ladite recherche a été à Unilago, en étant que le découpage séculier déterminé pour la recherche comprend la période de 1990 à 2005. Les critères d'élection des participantes de la recherche ont été : élèves originels du cours de Service Social qui ont navigué et ont conclu la graduation dans Service Social dans l'Unilago ; ils possèdent le titre de maître ou de docteur et exercent l'activité enseignante en des cours de graduation dans Service Social dans des Unités d'Enseignement qui se trouvent dans le contexte géographique de la recherche : la région sous la juridiction de CRESS - São José do Rio Preto. Interviewées malgré qu'elles possèdent des origines et des histoires différentes, se ressemblent dans leur option professionnelle par le Service Social, ainsi que dans leurs priorités, leur préoccupation en ce qui concerne le Service Social comme profession et, plus spécifiquement concernant l'enseignement. Les résultats obtenus ont démontré la réalité vécue intensément par les participantes de la recherche et ont indiqué les défis qui se présentent pour l'intervention de l'assistant social : l'actuelle situation vécue intensément par l'Enseignement Supérieur au Brésil causé par la mercantilização de l'éducation ; la compromission de la qualité éducation basique offerte dans le pays, les conceptions, les valeurs et la perspective morale apportée par les élèves, les conditions de travail du professeur et de l'assistant social en général ; les conditions concrètes de vie de la population.

Mot-Clé: Service Social. enseignement supérieur. directives curriculaires. éthique professionnelle. projet ético-político.

AQUINO, Gláucia Heloísa Malzoni Bastos de Aquino. **In return to the start: the dimension ethical-politics of the professional formation of the social assistants.** 2008. 179 f. Thesis (Degree of Doctor in Social Work) - Faculty of History, Law and Social Work, University of São Paulo State "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2008.

ABSTRACT

The present research intended to analyze of that it forms the dimension ethical-politics, contemplated for the Project Ethical-Politician of the Social Work and for the Curricular Lines of direction, it was present in the professional formation of the social assistant, from the perspective of the former-pupils of the graduation in Social Work of the Union of the Faculties of the Great Lakes of Is São José do Rio Preto, SP - Unilago, who play the exercise of the docencia in Social Work. One searched to contribute for the understanding of the Social Work while inserted profession in the division partner-technique of the collective work of the society. It was had as objective to perceive how the professional formation offered by the Institution of Education contributed in the preparation of professionals capable to answer to the demands that if present for the intervention of the Social Work, in its daily professional, while professors, in what it says respect to the Project Ethical-Politician of the Social Work. The universe of the related research was the Unilago, being that the determined secular clipping for the research understood the period of 1990 the 2005. The criteria of election of the participants of the research had been: pupils oriundos of the course of Social Work who had attended a course and concluded the graduation in Social Work in the Unilago; they possess the titulação of master or doctor and exert the teaching activity in courses of graduation in Social Service in Units of Education that if find in the geographic context of the research: the region under the jurisdiction of the CRESS - They are São José do Rio Preto. The interviewed ones although they possess different origins and histories, if are similar in its professional option for the Social Work, as well as in its priorities, its concern with respect to the Social Work while profession and, more specifically with regard to the docência. The gotten results had demonstrated the reality lived deeply for the participants of the research and had pointed the challenges that if present for the intervention of the social assistant: the current situation lived deeply for Superior Ensino in Brazil caused for the mercantilização of the education; the comprometimento of the quality offered basic education in the country, the conceptions, the values and the ethical perspective brought by the pupils, the conditions of work of the professor and the social assistant in general; the concrete conditions of life of the population.

Key-Words: Social work. superior education. curricular lines of direction. professional ethics. project ethical-politician.

AQUINO, Gláucia Heloísa Malzoni Bastos de Aquino. **A cambio al comienzo:** las ético-políticas de la dimensión de la formación profesional de los ayudantes sociales. 2008. Tesis de 179 f (Doctorado en Trabajo Social). Universidad de la Historia, de la Derecha y del Trabajo Social, Universidad de Estado São Pablo "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2008.

RESUMEN

La actual investigación prevista para analizar de esa forma las ético-políticas de la dimensión, contempladas para el Ético-Político del proyecto del Trabajo Social y para las líneas del plan de estudios de dirección, él estaba presente en la formación profesional del ayudante social, de la perspectiva de las anterior-pupilas de la graduación en el Trabajo Social de la Unión del Facultieses de los Grandes Ríos de São José do Rio Preto, SP - Unilago, que juegan el ejercicio del docência en Trabajo Social. Uno buscó para contribuir para la comprensión del Trabajo Social mientras que profesión insertada en la socio-técnica de la división del trabajo colectivo de la sociedad. Era tenido como objetivo para percibir cómo la formación profesional ofreció por la institución de la educación contribuida en la preparación de los profesionales capaces para contestar a las demandas a que si es presente para la intervención del Trabajo Social, en su profesional diario, mientras que los profesores, en lo que dice respecto al Ético-Político del proyecto del Trabajo Social. El universo de la investigación relacionada era el Unilago, siendo que el recortes secular resuelto para la investigación entendía el período de 1990 el 2005. Los criterios de la elección de los participantes de la investigación habían sido: oriundos de las pupilas del curso del Trabajo Social que había atendido a un curso y había concluido la graduación en Trabajo Social en el Unilago; poseen el titulação del amo o del doctor y ejercen la actividad de enseñanza en cursos de la graduación en Trabajo Social en las unidades de educación que si hallazgo en el contexto geográfico de la investigación: la región bajo jurisdicción del CRESS - São José do Rio Preto. Entrevistados con aunque posean diversos orígenes e historias, si es similar en su opción profesional para el servicio social, así como en sus prioridades, su preocupación con respecto al Trabajo Social mientras que profesión y, más específicamente con respecto al docência. Los resultados conseguidos habían demostrado la realidad vivieron profundamente para los participantes de la investigación y habían señalado los desafíos que si es presente para la intervención del ayudante social: la situación actual vivió profundamente para Ensino superior en el Brasil causado para el mercantilização de la educación; el comprometimento de la calidad ofreció la educación básica en el país, los conceptos, los valores y la perspectiva ética traídos por las pupilas, las condiciones del trabajo del profesor y el ayudante social en general las condiciones de la vida concretas de la población.

Palabras-clave: Trabajo social. educación superior. líneas del plan de estudios de dirección. los éticas profesionales. ético-político del proyecto.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEDEPSS	Centro de Estudos e Pesquisas em Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Entidade Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ERESS	Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social
FAES	Faculdades da Associação de Ensino Superior
FAMERP	Faculdade de Medicina de S.J. Rio Preto
FATEC	Faculdade de Tecnologia
FEF	Fundação Educacional de Fernandópolis
FHTMSS	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social
FUNEC	Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul
GEPE	Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Ética
IMESB	Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICERES	Faculdade Ceres e Instituto Superior de Educação CERES
UNIFEV	Centro Universitário de Votuponga
UNILAGO	União das Faculdades dos Grandes Lagos
UNIRP	Centro Universitário de Rio Preto
UNIP	Universidade Paulista
UNORP	Centro Universitário do Norte Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PARTE 1 QUEM SOMOS. A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.....	21
1.1 De onde viemos. O Serviço Social e a formação profissional no Brasil	22
1.2 Como chegamos aqui. A construção curricular nos cursos de Serviço Social.....	32
1.3 O que queremos. As Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social.....	42
1.4 Onde estamos. A experiência do curso de Serviço Social da Unilago.....	48
1.4.1 As grades curriculares do curso de Serviço Social da Unilago	54
1.5 O que fazemos. A docência em Serviço Social	56
PARTE 2 O QUE SONHAMOS. O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL	68
2.1 Em que acreditamos. Sobre Ética e Moral	69
2.2 Como fazemos. A Ética profissional	76
2.3 Porque fazemos. A ética profissional e o Serviço Social	82
2.4 Qual o nosso sonho. O Projeto Ético-Político do Serviço Social.....	97
2.5 Como alcançar o sonho. A contribuição do Projeto Ético Político para a construção das Diretrizes Curriculares para o Serviço Social.....	114
CONCLUSÃO	127
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICES	
APÊNDICE A - Ofício enviado às coordenadoras de Serviço Social	145

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	146
APÊNDICE C - Instrumental da pesquisa de campo.....	148

ANEXOS

ANEXO A - Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social	151
ANEXO B - Conjuntura do ensino superior em São José do Rio Preto	159
ANEXO C -Revisão curricular para o curso de Serviço Social de 1982	162
ANEXO D -Grade do curso de Serviço Social da Unilago de 1990 a 1998.....	173
ANEXO E -Grade do curso de Serviço Social da Unilago de 1999 a 2001	175
ANEXO F -Grade do curso de Serviço Social da Unilago de 2005	177
ANEXO G -Grade do curso de Serviço Social da Unilago de 2002	179
ANEXO H -Grade do curso de Serviço Social da Unilago de 2007.....	180

INTRODUÇÃO

Realizar a presente pesquisa significou empreender uma viagem ao passado, a um passado remoto, que remeteu ao curso de Serviço Social da Unesp de Franca e a um passado menos distante, que aportou no curso de graduação em Serviço Social da Unilago de São José do Rio Preto.

Este retorno permitiu que o momento atual fosse reconhecido como “o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído” (MINAYO, 1994, p. 13).

O interesse pelo tema emergiu de um questionamento sobre a formação profissional do assistente social, da qual a pesquisadora tem sido participante, seja enquanto aluna ou docente do Serviço Social.

Este questionamento nasceu no decorrer da experiência na docência do curso de Serviço Social da Unilago, desde a criação do referido curso, e da constatação da necessidade de realização uma análise embasada em um maior rigor teórico e científico, acerca dos resultados obtidos pela formação profissional dos assistentes sociais egressos do curso em tela, mais especificamente no que concerne à dimensão ético-política, expressa no seu trabalho profissional, enquanto docentes.

Tendo em vista a afirmação de Minayo (1994) acerca dos aspectos que caracterizam o objeto das Ciências Sociais, que se distingue das demais ciências, por ser histórico, possuir consciência histórica, ser intrínseca e extrinsecamente ideológico e por existir uma identidade entre sujeito e objeto, o desenvolvimento da pesquisa representou uma oportunidade ímpar para que fossem refeitos os passos dados rumo à formação profissional da tanto da pesquisadora, quanto das docentes participantes da pesquisa, possibilitando ainda o resgate dos vínculos estabelecidos com ex-alunas, hoje assistentes sociais inseridas nos diferentes espaços ocupacionais da profissão, tendo como objetivo desvendar a contribuição e o rebatimento da dimensão ético-política recebida na formação, no exercício da docência em Serviço Social.

Acredita-se que abordar a formação torna-se importante na medida em que a categoria profissional procura entender o seu estar no mundo, assim como pretende responder às demandas apresentadas para sua intervenção.

A oportunidade de rever-se e a disponibilidade de reconstruir-se sistematicamente tem sido uma particularidade bastante observada no Serviço Social ao longo de sua história enquanto profissão.

Para tanto, a construção da pesquisa baseou-se no pressuposto que Serviço Social tem construído sua trajetória no Brasil pautada no compromisso com o atendimento das necessidades do ser humano, necessidades estas emergentes das relações estabelecidas na sociedade. A partir de diferentes perspectivas ideológicas, a profissão tem procurado desempenhar uma função na divisão sócio-técnica do trabalho, em determinados momentos históricos.

Frente a esta realidade, a elaboração das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, construídas coletivamente no decorrer da década de 1990 e implantadas a partir de 2000, teve como objetivo principal formar profissionais assistentes sociais que possuam capacidade de analisar criticamente, refletir, criar, propor e intervir no contexto em que sua ação esteja inserida, a partir dos princípios que compõem o Projeto Ético-Político da profissão e o Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Esta formação está baseada em três dimensões indissociáveis e integradas: a dimensão teórico-metodológica, a dimensão técnico-operativa e a dimensão ético-política, que pretendem garantir a o cumprimento dos preceitos eleitos como fundamentais pela categoria.

No entanto, a atual conjuntura do país, principalmente no que diz respeito ao ensino superior, tem apontado para o desmantelamento dessa proposta, levando a categoria como um todo, e mais especificamente os assistentes sociais que exercem a docência nos cursos de graduação em Serviço Social, a repensarem seu exercício profissional, visando o enfrentamento desta realidade.

Acredita-se que ao refletir sua própria formação profissional e sua prática enquanto docentes, as assistentes sociais têm a oportunidade de redimensionar e re-significar sua intervenção profissional, construindo estratégias a serem implementadas, enquanto forma de apresentar respostas para o processo de reforma do ensino superior, que se encontra em andamento e garantir a contribuição do Serviço Social na efetivação do projeto societário da classe trabalhadora.

A partir desta discussão, o objeto de estudo da pesquisa constituiu-se na dimensão ético-política, contemplada pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social e pelas Diretrizes Curriculares elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), presente na formação profissional do assistente social, a partir da perspectiva das ex-alunas da graduação em Serviço Social da Unilago, que desempenham o exercício da docência em Serviço Social.

Pretende-se com a referida pesquisa contribuir para a compreensão do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho coletivo da sociedade.

Tem-se, por fim, como objetivo perceber de que maneira a formação profissional oferecida pela Instituição de Ensino (Unilago) contribuiu na preparação de profissionais capazes de responder às demandas que se apresentam para a intervenção do Serviço Social, no seu cotidiano profissional, enquanto docentes, no que diz respeito ao Projeto Ético-Político do Serviço Social; além de analisar se estas respostas profissionais têm sido observadas na formação dos futuros assistente sociais, na qual as referidas docentes estão envolvidas.

A opção pela análise da formação a partir da ética e sua dimensão no agir profissional justifica-se em função de entender-se que a reflexão ética permite que o cotidiano seja analisado criticamente para além do indivíduo e suas necessidades pessoais, extrapolando da atitude egoísta e egocêntrica para o reconhecimento do outro e do interesse coletivo, que busca a construção da autonomia e da liberdade.

Esta perspectiva, quando devidamente articulada com as demais dimensões, permite que sejam efetivadas de maneira concreta as premissas que fundamentam a apreensão da categoria acerca da sociedade e a intervenção profissional do assistente social.

O universo em que se configurou a referida pesquisa foi a União das Faculdades dos Grandes Lagos de São José do Rio Preto (Unilago), sendo que o recorte temporal determinado para a pesquisa compreendeu o período de 1990, ano de criação do curso de Serviço Social, naquela Unidade de Ensino e 2005, ano de ingresso da pesquisadora no programa de Pós-Graduação em Serviço Social, nível de doutorado, na Unesp de Franca.

Os critérios de seleção das participantes da pesquisa foram revistos a partir das importantes contribuições feitas pela banca de qualificação do projeto de doutorado e ficaram estabelecidos da seguinte forma, alunos(as) oriundos do curso de Serviço Social que:

- ✓ Cursaram e concluíram a graduação em Serviço Social na Unilago;
- ✓ Possuem a titulação de mestre ou doutor(a);
- ✓ Exercem a atividade docente em cursos de graduação em Serviço Social em Unidades de Ensino que se encontrem no contexto geográfico da pesquisa: a

região sob a jurisdição do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) São José do Rio Preto.

Estas Unidades de Ensino compreendem as seguintes faculdades:

- ✓ Unilago – União das Faculdades dos Grandes Lagos.
- ✓ Unifev – Centro Universitário de Votuporanga.
- ✓ FEF – Faculdades Integradas de Fernandópolis.
- ✓ Unifeb – Centro Universitários de Barretos.
- ✓ IMESB – Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro
- ✓ FUNEC – Santa Fé do Sul

Como procedimento inicial, foi realizado levantamento prévio junto às Unidades de Ensino da região em questão, que oferecem o curso de graduação em Serviço Social, por intermédio de ofício (Apêndice A) enviado às coordenadoras de curso, solicitando informações acerca da existência no quadro de docentes de assistentes sociais graduadas na Unilago de São José do Rio Preto.

Obteve-se como resultado a informação que as ex-alunas do curso da Unilago que atendiam aos requisitos elencados acima fazem parte do corpo docente das seguintes Unidades de Ensino: Unilago, Unifev e FEF.

Em seguida, foi estabelecido contato telefônico com as docentes em questão, sendo apresentada a proposta da pesquisa e agendada a coleta dos dados.

A pesquisa foi realizada através de aplicação de roteiro de entrevista semi-estruturada (Apêndice B), composto por 09 questões objetivas que visaram a elaboração do perfil das entrevistadas e 19 perguntas abertas que versaram sobre 03 categorias de análise: a formação profissional, a dimensão ético-política da profissão e a docência em Serviço Social.

Estas categorias de análise foram criadas, tendo em vista o objeto de estudo da pesquisa e por entender-se que contribuiriam para que seu objetivo fosse alcançado, uma vez que permitem a aproximação da realidade vivenciada pelas entrevistadas durante a graduação e, posteriormente, no exercício da docência.

As entrevistas foram aplicadas individualmente, em horário pré-agendado, no local de escolha das entrevistadas, tendo sido gravadas em fitas K7 e posteriormente transcritas, após a concordância das assistentes sociais participantes da pesquisa, que assinaram termo de consentimento livre e informado (Apêndice C).

A aplicação das entrevistas ocorreu no 1º. semestre de 2008, tendo durado entre 30 minutos a 90 minutos cada uma.

A aplicação do instrumental de coleta de dados atendeu às expectativas da pesquisadora, uma vez que, além de aceitarem prontamente a solicitação feita, as docentes mostraram-se disponíveis e interessadas em compartilhar seu conhecimento e opiniões sobre o objeto da pesquisa.

A pesquisa qualitativa foi adotada para a coleta e análise dos dados, por entender-se que esta possibilita conhecer mais profundamente o sujeito e o contexto onde este se encontra inserido.

Ao permitir que o sujeito se expresse livremente, é possível aproximar-se de suas expectativas, seus anseios e suas preocupações, imprimindo, desta forma, maior veracidade e singularidade no conhecimento construído.

A pesquisa [...] qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p. 22)

Visando permitir um conhecimento maior a respeito das entrevistadas, foi elaborada uma apresentação com os dados que identificam as mesmas. Optou-se por este método, uma vez que as informações coletadas serão discutidas no decorrer do trabalho e considerou-se necessário que o leitor estivesse de posse de um conhecimento prévio acerca de determinadas características pessoais e profissionais das participantes da pesquisa.

Sendo assim, estes dados preliminares objetivam informar acerca do perfil das entrevistadas, possibilitando que as mesmas sejam identificadas no decorrer de suas falas.

Os nomes das assistentes sociais foram mantidos em sigilo, tendo sido definidos nomes fictícios para as mesmas, o critério de escolha para os nomes fictícios baseou-se no significado de seus verdadeiros nomes e culminou na busca por outros nomes que se aproximassem desse significado.

Dessa forma, as entrevistadas serão denominadas por Agnes, Eliana, Elisa e Helena.

Agnes, solteira, sem filhos, tem 41 anos, iniciou a graduação em 1994 e concluiu o curso em 1997, com 29 anos, é oriunda da 5ª. turma de Serviço Social da

Unilago. Atua como docente do Centro Universitário de Votuporanga (Unifev) desde 1999, tendo ministrado as seguintes disciplinas: Teoria do Serviço Social, História do Serviço Social, Ética em Serviço Social, Supervisão Acadêmica e Realidade Local e Regional em Serviço Social.

Eliana é solteira, sem filhos, possui 28 anos, começou a fazer Serviço Social em 1998 e graduou-se em 2001, com 22 anos, na 12ª. turma. Atua como docente na Unilago desde 2003, onde já ministrou as disciplinas Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social I, II e IV; Projeto de Investigação da Prática; Métodos e Técnicas de Supervisão em Serviço Social, Ética Profissional e Estudos Aplicados Serviço Social Família Criança e Adolescente, é docente das Faculdades Integradas de Fernandópolis (FEF) desde 2006, onde é responsável pelas disciplinas de Supervisão Acadêmica; Laboratório da Prática; Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social I, II e IV.

Elisa é casada, não tem filhos, está com 36 anos, iniciou o curso em 1992 e terminou em 1995, com 24 anos, na 3ª. turma da Unilago; desde 2000 é docente do curso de Serviço Social da Unifev, onde sempre ministrou as disciplinas de Gestão Social e Planejamento Social.

Helena é casada e tem 01 filha, está com 32 anos, ingressou no curso em 1997 e o concluiu em 2000, com 24 anos, na 11ª. turma, atua desde 2004 na Unilago, onde já foi responsável pelas disciplinas: Introdução à metodologia Científica, Pesquisa em Serviço Social I, Pesquisa em Serviço Social II, TCC; ministrando atualmente Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social II e III na Unilago. Desde 2005 na FEF, responde pela coordenação do curso de Serviço Social e ministrou/ministra as disciplinas de F.H.T.M.S.S. I, II, II e IV; Serviço Social e Trabalho Profissional I e II.

O trabalho é apresentado em duas partes, na primeira parte, denominada “A formação em Serviço Social” procedeu-se a um retrospecto histórico da formação em Serviço Social no Brasil, mais especificamente na organização curricular dos cursos de graduação ao longo da história do curso no Brasil.

Buscou-se ainda efetuar uma discussão a respeito das Diretrizes Curriculares elaboradas pela ABEPSS e sua implantação, seguida da experiência do curso de Serviço Social da Unilago, que se configurou no universo da pesquisa.

Por fim, é realizada uma reflexão acerca do exercício da docência em Serviço Social, seus desafios e possibilidades.

A segunda parte do trabalho foi denominada “As diretrizes curriculares como estratégia para a consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social”, foram feitas inicialmente ponderações sobre ética, moral e ética profissional, uma vez que se considerou necessário esclarecer as concepções que norteiam a perspectiva de análise da pesquisa.

Finalmente, a construção do Projeto Ético-Político é discutida e a relação existente entre este e as diretrizes curriculares é destacada, visando apresentar o entendimento das assistentes sociais participantes da pesquisa acerca das possibilidades, desafios e resultados obtidos pela proposta elaborada pela categoria.

As falas das entrevistadas são apresentadas no decorrer do corpo do trabalho, perpassando o referencial teórico, reafirmando, exemplificando e complementando os temas discutidos, contribuindo dessa forma para a aproximação com o real vivenciado no cotidiano profissional do Serviço Social.

PARTE 1

A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

O presente capítulo tem por objetivo abordar a criação dos cursos de Serviço Social no Brasil, destacando a formação profissional dos assistentes sociais no decorrer dos anos.

As análises elaboradas a partir da história permitem que sejam retomados de maneira detalhada tanto o contexto no qual se desenrolaram os fatos, quanto revistas as motivações e os interesses subjacentes às ações desenvolvidas e que visavam alcançar determinados objetivos.

Debruçar-se sobre a história da profissão possibilita que seja colocada luz sobre o processo de construção de uma categoria profissional, além de oportunizar reflexões acerca dos desafios e limitações enfrentados pelos assistentes sociais no decorrer da luta pela efetivação dos direitos dos cidadãos no Brasil.

Para finalmente conhecer, compreender e analisar a lógica que tem orientado a formação profissional em Serviço Social no Brasil, objetivando analisar especificamente a realidade do curso de Serviço Social oferecido na Unilago de São José do Rio Preto.

1.1 O Serviço Social e a formação profissional no Brasil.

A análise da trajetória histórica do Serviço Social, no Brasil, permite observar que a categoria profissional tem buscado acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade e, conseqüentemente, procurado responder as demandas apresentadas pela mesma, tanto no que diz respeito à formação profissional dos assistentes sociais, quanto aos pressupostos filosóficos e éticos que fundamentam sua ação.

Por ser uma profissão considerada relativamente jovem, principalmente em nosso país, o Serviço Social, inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, possui uma história de crescimento e amadurecimento significativos na realidade social brasileira.

O percurso trilhado pelo Serviço Social traz consigo a marca pela busca constante por formas que pudessem atender as expectativas tanto externas, quanto internas, levantadas para a categoria.

Estas marcas podem ser observadas nas transformações sofridas no seu ideário profissional, que se deslocou de uma atuação pautada fundamentalmente na Doutrina Social da Igreja Católica e no posicionamento alienado assumido junto aos

interesses do Estado e da burguesia em ascensão; seguida da absorção contumaz das perspectivas da ideologia desenvolvimentista norte-americana até chegar ao momento da ruptura, marcada pela defesa radical dos interesses da classe trabalhadora, e também no processo de construção do seu Projeto Ético-Político profissional, que apresenta suas diretrizes fundamentais como alternativa para que os assistentes sociais adotem na sua ação profissional, uma postura ética condizente com o contexto neoliberal no qual a categoria se encontra inserida.

Esta postura demonstra a passagem do exercício de uma atividade profissional que foi inicialmente vinculada às práticas do apostolado social e que assume a condição de trabalho assalariado, adquirindo no curso de sua trajetória histórica, a compreensão do trabalho enquanto elemento central da atividade humana e assimilando noções de questão social, de Estado e de classes sociais, à medida que capta processos e elementos estruturantes da realidade social para subsidiar sua prática profissional.

Dessa forma, é possível relacionar o surgimento do Serviço Social com as seqüelas próprias do binômio industrialização/urbanização, na ordem burguesa, destacando atualmente a reconstrução da formação profissional numa perspectiva de “vínculo com os interesses da classe [trabalhadora e que responde] às exigências de competência e habilidades profissionais previstas na lei que regulamenta a profissão e no código de ética” (CARDOSO, 1997, p. 14).

Durante o período que compreende o surgimento do Serviço Social no Brasil, na década de 1930, com a criação das primeiras escolas, a partir de 1936 até o início da década de 70, que marcou o distanciamento da formação profissional das concepções religiosas conservadoras e que veio possibilitar aos profissionais o questionamento de sua prática burocratizada e tecnicada, a profissão passou por mudanças significativas, nas quais sofreu influências em suas posições e tendências político-culturais e teórico-metodológicas, que acompanhavam às transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que marcaram determinados momentos históricos do país.

Esta análise possibilita a compreensão da realidade e das contradições existentes em cada período, assim como as formas encontradas pela categoria para sua superação, e as possibilidades históricas de cada momento vivenciado pela profissão.

A discussão permite ainda, a reflexão sobre as estratégias construídas para que fosse concretizada a formação profissional concernente às demandas de determinado período sócio-histórico.

Ao observarmos o Serviço Social no Brasil, podemos constatar que a constituição da profissão está vinculada à emergência de um novo tipo de sociedade, a capitalista, que requeria a legitimação de profissionais que interviessem nas manifestações da “questão social”, fundamentalmente ligadas ao conflito entre o capital e o trabalho.

Segundo Kameyama (1998, p. 33, destaque do autor),

[...] a identidade do Serviço Social como profissão foi cunhada pela apropriação de um saber específico, tornando-se uma prática institucionalizada, socialmente legitimada, legalmente sancionada e claramente vinculada a ‘questão social’.

O processo de trabalho subordinado ao capital implica na constituição da vida em sociedade marcada pelo signo do capital, uma vez que a venda da força de trabalho é imposta a maior parte da população, ficando restrito a uma parcela privilegiada a propriedade do capital e, conseqüentemente, dos meios de produção.

Tendo em vista que o trabalho do Serviço Social, no decorrer de sua história, visou responder à necessidade de controle e disciplinamento das condições de reprodução da força de trabalho, a profissionalização do Assistente Social foi alicerçada a partir do movimento social da Igreja, que possuía um “projeto de recristianização” da ordem burguesa e da criação das grandes instituições assistenciais, estatais, paraestatais ou autárquicas.

O Serviço Social se organiza como profissão em um determinado momento histórico, como uma estratégia do capital para fazer frente às demandas postas pela questão social.

Tomando por referência que a questão social se dá na relação capital x trabalho, cujas variáveis têm inerentes entre si a contradição, essa relação se torna antagônica por si só e o Serviço Social, por ser uma profissão histórica, tem refletida na sua prática e nas relações que estabelece as contradições mesmas dessa relação capital x trabalho.

A categoria experimenta, desde sua origem, a contradição de sua postura enquanto profissão. A preocupação da burguesia, segundo Martinelli (1991)

consistia em criar formas alternativas que permitissem ajustar aos interesses do capital, tanto os movimentos dos trabalhadores como a expansão dos problemas sociais, os quais a burguesia queria ocultar: exploração, opressão, dominação, acumulação da pobreza e generalização da miséria, acentuando gravemente a cisão existente entre burguesia e classe trabalhadora.

A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis, que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo. É uma profissão que nasce articulada com um projeto de hegemonia do poder burguês, gestada sob o manto de uma grande contradição que a impregnou. (MARTINELLI, 1991, p. 56)

O projeto social burguês, fundamentado no capitalismo, se institui a partir da sociedade de classes e se plasma em um novo modo de relações sociais, sendo que a luta de classes passa a representar não somente a chave principal para compreensão da história, mas também e, principalmente, como importante instrumento de sua transformação.

O capitalismo gera uma fratura, a exploração da maioria pela minoria, a luta de classes se transforma na luta pela superação da sociedade burguesa.

Menos por razões éticas e sociais e mais em defesa do regime, ao longo do tempo, a burguesia se viu compelida a rever suas estratégias de assistência aos pobres. O pauperismo, como pólo oposto da expansão capitalista, crescera tanto na Europa durante o século XIX que seu atendimento já não poderia mais se restringir às iniciativas de particulares ou da Igreja; era preciso mobilizar o próprio Estado, incorporando a prática da assistência e sua estratégia operacional – O Serviço Social – à estrutura organizacional da sociedade burguesa constituída, como um importante instrumento de controle social. (MARTINELLI, 1991, p. 86).

Nessa perspectiva, o Serviço Social vai se constituindo como uma estratégia de controle social, especializando-se na ação de contenção dos “problemas que decorriam da industrialização capitalista e do seu fluxo expansionista”, o que lhe confere uma identidade própria que vai se fortalecendo na medida em que se fortalece o vínculo de dependência da prática social em relação à classe dominante.

Martineli (1991) afirma que essa “identidade atribuída [ao Serviço Social] aderindo à prática social” instala-se e se consolida no seio da categoria profissional, conferindo-lhe um caráter de definidora da prática social dos profissionais assistentes sociais.

As escolas de Serviço Social criadas organizam seus conteúdos de modo a preservar essa identidade atribuída. Os assistentes sociais formados nessas escolas, muitas vezes, acabam assumindo e reproduzindo essa identidade de forma acrítica, seja por ingenuidade, seja por opção ideológica, o que os impede de propor ações que possam enfrentar as manifestações da questão social de modo a construir uma nova identidade profissional.

O surgimento do Serviço Social, no Brasil, na década de 30, segundo Kameyama (1998, p. 33, destaque do autor),

[...] está vinculado à emergência de um novo tipo de sociedade, denominada moderna, ou seja, capitalista [...] onde se configura a 'questão social', refletindo o avanço da divisão social do trabalho, vinculando-se, portanto, à emergência do trabalho assalariado.

O contexto em que surge como profissão legitimada pela sociedade, expressa o complexo quadro econômico, político e social que caracteriza o Brasil naquele momento de acumulação capitalista, que vivencia o processo de transição das atividades agrárias e de exportação, para a consolidação de um pólo industrial vinculado à economia de mercado, devendo

[...] intervir nas seqüelas da 'questão social', que fundamentalmente se vincula ao conflito entre capital e trabalho, decorrentes das expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. (KAMEYAMA, 1998, p.33, destaque do autor)

Em função disto, o Estado brasileiro assume gradativamente uma ação corporativa que pretendia convergir sob a sua perspectiva os interesses divergentes que emergiam das contradições entre as classes sociais, tendo como objetivo integrar diferentes necessidades e demandas, em direção da chamada "harmonia social".

Para isso utiliza-se de estratégias como: a legislação sindical e trabalhista, o seguro social, a assistência social e medidas de repressão à organização do proletariado, visando "servir ao bem comum".

Da aliança entre Igreja e Estado, tanto do ponto de vista ideológico quanto do ponto de vista dos interesses políticos e sociais é que surgirá o Serviço Social,

com a finalidade de amenizar as contradições e conflitos oriundos da relação capital e trabalho.

A trajetória profissional estava fadada a revelar-se uma “prática humanitária sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja, como uma mistificada ilusão de servir” (MARTINELLI, 1991, p. 57), transformando-se em um importante instrumento da burguesia.

Cabe salientar que o Serviço Social surge no Brasil como desdobramento da Ação Social e da Ação Católica da Igreja, sendo assim, a profissão emerge inserida no bloco católico, que manterá sua influência na formação dos agentes sociais por um significativo período.

As primeiras escolas são fundadas com o aval e sob a orientação da Igreja Católica, inicialmente com a influência européia, tendo como fundamento para a formação dos assistentes sociais a Doutrina Social da Igreja, de caráter essencialmente moral e doutrinário, que ratificava a linha do apostolado social.

A primeira escola de Serviço Social foi criada pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em 1936, em São Paulo e em 1937, o Instituto Social do Rio de Janeiro e a Escola Ana Néri, também do Rio de Janeiro.

Segundo Martins de Sá (1995, p.66) “em 1955 havia 21 escolas em 17 estados, com aproximadamente 700 alunos matriculados. No período de 1936 a 1955, cerca de 877 alunos tinham sido diplomados”.

Como referido anteriormente, no decorrer de sua trajetória histórica enquanto profissão, o Serviço Social passou por períodos de reordenamento ideológico e teórico-metodológico, que conseqüentemente levaram à reorganizações curriculares no seu curso de formação profissional.

No que se refere à formação profissional, pode-se constatar que, desde os primórdios da profissão, existiu a preocupação com questões ligadas não somente ao atendimento direto aos chamados “assistidos”, mas também o interesse em disponibilizar ao futuro profissional a fundamentação filosófica que orientava a categoria.

Dessa forma, considerava-se de fundamental importância

[...] a necessidade de assegurar a formação profissional, destacando como elemento primordial 'a vocação' do assistente social, aliada à sua 'personalidade', ao 'conhecimento dos problemas sociais', à 'técnica adequada' para o trabalho a ser desenvolvido. (CINTRA FERREIRA apud SÁ, 1995, p. 68).

Resgatando os currículos das primeiras escolas de Serviço Social, é possível acompanhar as transformações pelas quais passou a profissão, em relação à formação dos assistentes sociais, quando são valorizadas questões que tratam do indivíduo, tanto enquanto ser ligado aos princípios da Igreja, quanto aos interesses voltados para o meio social e o sistema econômico vigente (AGUIAR, 1995).

Se o surgimento do Serviço Social, no Brasil, atendia à ideologia fundamentada no capitalismo, uma vez que, segundo Martinelli (1991, p.123) a profissão já teria nascido “sob o revelador signo da aliança com a burguesia”, esta aliança trouxe como consequência para o Serviço Social o desenvolvimento de uma prática social cunhada à luz dos princípios morais conservadores católicos e moldada para responder às exigências do capitalismo.

Sua ação estava voltada para a busca de restauração da ordem social, através do consenso entre Estado e os diferentes setores da sociedade e também empenhada na união do país em torno do cristianismo.

Na realidade, a aliança então estabelecida entre Estado/classe dominante e Igreja visava, implicitamente, a legitimação das relações sociais reprodutoras das relações de produção, assim como a contenção da influência de novas ideologias, que fomentavam movimentos sociais e ameaçavam, com os iminentes conflitos entre as classes, a sociedade capitalista emergente.

Sendo assim, nas primeiras décadas do século XX, a formação profissional dos assistentes sociais deveria estar pautada em princípios fundamentais e o futuro profissional deveria atender a determinados requisitos considerados imprescindíveis tais como, possuir:

- ✓ Formação intelectual e boa vontade;
- ✓ Capacidade pessoal de julgar (crítica metódica e rigorosa dos fatos e das idéias);
- ✓ Faculdade de dominar os problemas mais complicados e delicados;
- ✓ Espírito científico (possibilidade de criar ciência e não apenas receber);
- ✓ Perfeição moral e espiritual;
- ✓ Capacidade de conciliar a alta ciência universitária e a revelação de Cristo (ciência e fé);
- ✓ Ser, entre os demais, os melhores e mais competentes estudantes universitários e diplomados – porque católicos;

- ✓ Ter espírito missionário;
- ✓ Fazer da carreira uma vocação, não apenas uma profissão;
- ✓ Ter dever com Deus, para com o próximo e para consigo mesmo;
- ✓ Ter deveres para com a pátria, no sentido de modelar as novas gerações brasileiras (AMOROSO LIMA, 1934);
- ✓ Fazer prevalecer a formação do homem sobre a do profissional (SALIM, 1947);
- ✓ Ter a capacidade de formar a personalidade espiritual do homem e do cidadão (CAPANEMA, 1942). (SÁ, 1995, p. 70)

Segundo a mesma autora, toda a estrutura formal e conceitual das primeiras escolas de Serviço Social brasileiras era permeada pela perspectiva ideológica da pedagogia cristã, que pregava, de forma explícita a “recristianização” da sociedade, visando o controle dos “males sociais”, mas também a contenção do avanço de novas ideologias socialistas e comunistas, consideradas subversivas e contrárias aos interesses democráticos.

Para tanto, era considerado necessário que o assistente social assumisse uma postura clara em relação à doutrina social católica, devendo ser, além de católico praticante e piedoso, um profissional competente.

Visando oferecer aos futuros assistentes sociais uma formação que garantisse a atuação esperada da profissão, por intermédio da capacitação para responder às estas demandas, as escolas deveriam priorizar a formação científica, a formação técnica, a formação prática e a formação pessoal.

A formação científica [...] através das disciplinas científicas como a Sociologia, Psicologia e Biologia e também da Moral [...] A formação [deveria] levar em conta vários aspectos da vida do homem, tais como vida física, mental e moral, econômica e jurídico-social.

A formação técnica [...] [consistia] no estudo das teorias do Serviço Social então existentes e sua adaptação à realidade [...] O assistente social [deveria] combater os desajustamentos individuais e coletivos. A formação técnica [compreendia] o estudo da natureza do Serviço Social, noções de técnicas auxiliares e da moral profissional.

A formação prática [era] a aprendizagem do “como fazer” na realidade das diferentes instituições com que os futuros assistentes sociais mantinham contatos.

A formação pessoal [deveria] se preocupar com o desabrochar da personalidade integral do aluno. [Deveria] dar ao futuro assistente social uma formação moral muito sólida. (AGUIAR, 1995, p.33, destaque do autor)

A formação doutrinária era considerada fundamental, sendo composta por aulas de Doutrina Católica, além das aulas de moral; esta não deveria ser tratada como aspecto a parte, mas sim como “parte primordial na formação dos assistentes

sociais – a doutrinária – não deverá jamais ceder lugar à técnica” (TELLES apud AGUIAR, 1995, p. 34)

Observa-se a presença marcante das concepções da Moral tradicional conservadora que irá perpassar sistematicamente a formação profissional e fundamentar a ideologia do Serviço Social por um longo período.

A partir da aproximação do Serviço Social brasileiro com as escolas norte-americanas, nos meados da década de 1940, passa a ocorrer uma significativa transformação na formação profissional dos assistentes sociais, uma vez que a influência antes exercida pela Igreja, em decorrência de sua forte ligação com o Estado encontra-se estremecida e deixa de existir na forma anterior; com o advento do Estado Novo, a ação profissional dos assistentes sociais, agora institucionalizada, passa a se pautar em fundamentos voltados ainda para os interesses da classe dominante, mas não mais atrelados aos princípios da doutrina social da Igreja.

No entanto, apesar do afastamento que ocorre das concepções cristãs, a prática profissional, que nascera dissociada da análise acerca da realidade vivenciada pela população atendida, não avança e neste período se distancia ainda mais da possibilidade de iniciar uma reflexão crítica sobre as condições de vida, trabalho e exploração da classe trabalhadora.

Uma vez que os assistentes sociais haviam absorvido da sua relação com a Igreja e o Estado, e cada vez mais da burguesia emergente, os valores, as explicações e as expectativas da ordem social a ser construída.

Como conseqüência dos fatores presentes na emergência da profissão no Brasil, a estruturação da formação profissional contribuiu para que, a curto e a médio prazo, a ação profissional se tornasse alienada, alienante e reprodutora das relações de produção e das relações sociais defendidas pela ideologia capitalista. (MARTINELLI, 1991).

Sua identidade profissional sofreu como conseqüência uma distorção tão profunda, que comprometeu tanto as relações estabelecidas entre os próprios assistentes sociais, quanto com outras categorias profissionais.

Dessa maneira, a formação profissional ao longo da década de 1950 respondeu a essa nova realidade, que apontava para uma aproximação cada vez maior com os Estados Unidos, sua ideologia, seus princípios e interesses.

Pode-se observar que a construção dos currículos das escolas de Serviço Social neste período prioriza agora, juntamente com a introdução do Serviço Social de Casos, a atuação junto à população concentrada nos grandes centros, dessa forma começam a acontecer as primeiras experiências de trabalho em comunidade.

A formação profissional do assistente social passa a contemplar as disciplinas de Serviço Social de Comunidade, Organização de Comunidade, Ação Comunitária, Desenvolvimento de Comunidade, sendo absorvidos do Serviço Social norte-americano os métodos e técnicas indicados para esta nova abordagem, com vistas a incorporar a ideologia desenvolvimentista.

O período que compreende as décadas de 1960 e 1970 é marcado pela busca da profissão por identidade própria, que proporcionasse tanto à categoria, quanto a seus usuários clareza acerca de suas funções e seus objetivos.

O movimento de reconceituação representou um marco decisivo no processo de revisão crítica do Serviço Social, tendo início nos setores de vanguarda da sociedade, na Igreja e nas Universidades, chegando à categoria na forma de uma primeira revisão realmente ampla, que se baseou na crítica e no questionamento acerca do tradicionalismo profissional.

Esse movimento não envolveu todo o conjunto da categoria, portanto não foi unitário nem homogêneo, conforme afirma Iamamoto (2004), mas mobilizou uma parte significativa do grupo considerado responsável pela formação profissional dos assistentes sociais do país, que tinham a oportunidade de acesso às novas teorias que revolucionaram o pensamento crítico contemporâneo.

Será a partir dessa tensão criada dentro da categoria, pelo grupo de profissionais que questionava não somente a postura profissional do Serviço Social, mas também as conseqüências do desenvolvimento do capitalismo mundial e de seu modelo de exclusão e exploração, na sociedade latino-americana, que uma parcela dos assistentes sociais brasileiros buscará assumir um compromisso com os interesses da classe trabalhadora, com uma postura mais crítica frente ao sistema capitalista.

A teoria social de Marx passa a ser a matriz teórico-metodológica, uma vez que contribui significativamente com o Serviço Social, na sua nova proposta de intervenção na realidade social.

A opção pela vertente “marxista”, que tem como base de conhecimento a crítica da realidade social possibilitou a compreensão da contradição que permeava

e permeia o trabalho da categoria, oportunizando ainda a busca pela superação da sua identidade “atribuída” historicamente.

A partir do movimento de reconceituação, que marca a o início do processo de “ruptura” com o chamado “Serviço Social tradicional”, a categoria passa a elaborar propostas de um projeto de formação crítica comprometida com a transformação social e para tanto foram deflagradas, em diferentes momentos, revisões e reorientações para as ações profissionais.

A formação profissional naquele período é caracterizada por

Imprimir uma feição essencialmente crítica ao Serviço Social, tanto na conformação da explicação histórica da profissão, quanto na interlocução com a herança intelectual incorporada em sua trajetória. Desdobra-se em uma crítica marxista ao próprio marxismo tal como esse foi incorporado pela leitura especializada, notadamente pelo movimento de reconceituação latino-americano da década de 1970, transformando-se em autocrítica da história das formulações teóricas oriundas das primeiras aproximações do Serviço Social ao marxismo. (IAMAMOTO, 2004, p. 205)

Neste momento, o Serviço Social volta-se para a busca de articulação entre a profissão, a crítica do conhecimento aliado à predominância da história, que manteve o questionamento ao conservadorismo do Serviço Social tradicional e a priorização da inspiração marxista na interpretação da sociedade.

O Serviço Social vive então um processo de radicalização teórico crítica, que vai refletir não somente na formação profissional do assistente social, mas também na revisão do Código de Ética Profissional, aprovada em 1986.

A década de 1990 é significativamente marcada como um período de profundos e importantes debates e, conseqüentes revisões tanto na organização curricular dos cursos de Serviço Social, quanto no Código de Ética Profissional, agora embasado nos princípios fundamentais do Projeto Ético-Político.

1.2 A construção curricular nos cursos de Serviço Social.

Tendo em vista a intenção de compreender a formação dos assistentes sociais no Brasil a partir do contexto no qual está inserida, assim como da ideologia e dos pressupostos filosóficos e teóricos em que tem se pautado, faz-se necessário analisar a construção curricular dos cursos de formação profissional em Serviço Social.

A Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, então chamada ABESS, criada em 1946, sempre exerceu importante papel tanto na criação das escolas de Serviço Social, quanto na reflexão e no debate acerca da formação profissional do assistente social no Brasil, através da discussão acerca do perfil dos profissionais a serem formados, dos objetivos a serem atingidos pela categoria, além das expectativas existentes para as respostas profissionais a serem desenvolvidas.

Desde então, a construção dos currículos mínimos das escolas de todo o país têm sido alvo da atuação da, hoje denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

O debate acerca da formação profissional do assistente social no Brasil representou um desafio do qual a categoria não se furtou, uma vez que se constatou a necessidade de “re-situar-se a formação do assistente social ante as exigências da contemporaneidade brasileira nos anos 1990”. (IAMAMOTO, 2004, p.168).

Buscava-se nesse momento criar possibilidades concretas para que os futuros assistentes sociais enfrentassem as novas demandas, instrumentalizados não somente com o saber técnico-operativo, como em diversos períodos da história da profissão, mas capacitados também com formação teórico-metodológica capaz de garantir a compreensão da realidade vivenciada, assim como comprometidos com valores que visavam a construção de uma nova ordem social.

No que concerne a proposta contida neste trabalho, a análise da estrutura e da construção dos currículos pode contribuir na fundamentação da discussão acerca do Serviço Social, uma vez que estes podem ser considerados importantes formas de expressão da formação profissional e, por conseguinte, da ideologia norteadora da categoria, em determinado momento histórico.

Tanto Sposati (1998), quanto Faleiros (2000, p. 167) referem que “o movimento de mudança curricular [...] se vincula às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais”, uma vez que o Serviço Social, enquanto profissão inserida na realidade social, deve estar preparada para compreender e intervir nas relações sociais que se estruturam na sociedade capitalista, a partir da relação capital e trabalho.

Segundo Jorge (1999, p.139), etnologicamente,

[...] o termo currículo propõe significados como caminho, jornada, trajetória, percurso a seguir [...] e em suas primeiras definições era compreendido como plano de estudos, cujos conteúdos vêm daqueles que esboçam e definem o curso.

Em definições mais recentes, o currículo tem sido entendido sob diferentes perspectivas, que apontam para duas tendências:

[...] um conjunto de conteúdos a ensinar organizados por disciplinas, temas, áreas de estudo e como um plano de ação pedagógica e como um conjunto de experiências educativas e como um sistema dinâmico sem uma estrutura pré-determinada (PACHECO apud JORGE 1999, p. 140) .

A mesma autora, ainda citando Pacheco (apud JORGE, 1999), afirma que tomando por base a definição considerada consensual acerca do currículo como um campo disciplinar específico, que está relacionado a um objeto de estudo, que tem natureza prática, estando ligado à educação e à metodologia caracterizada pela interdisciplinaridade, pode-se depreender a existência de relações entre currículo, sociedade e seus valores, visões e perspectivas de homem e mundo.

Sendo assim, o currículo não pode ser considerado neutro, uma vez que atende a um conjunto de intenções, com seus significados sociais e históricos.

São estes fatores históricos, sociais, políticos e econômicos, que caracterizam as conjunturas nacional, regionais, locais e até mesmo institucionais que demarcam e dimensionam as opções feitas na construção de cada currículo.

Silva et al (1998, p.148) reforçam essa premissa referindo que “sob tal perspectiva, não há, com efeito, um currículo que seja universal e definitivo, único e insubstituível”.

Levando-se em conta a afirmação de Sposati (1998), de que as demandas apresentadas ao Serviço Social são decorrentes das relações estabelecidas no interior da sociedade capitalista, no decorrer da história da formação profissional; a dinâmica de revisão curricular dos cursos de Serviço Social possibilitou que os mesmos fossem reorganizados a partir da realidade conjuntural e das necessidades e exigências, que se faziam presentes no dado momento histórico.

A partir da síntese apresentada por Faleiros (2000), que utiliza a organização curricular para analisar o objeto profissional e os valores

predominantes, é possível proceder a discussão acerca da trajetória da formação profissional do Serviço Social, no Brasil; neste artigo, o autor apresenta 06 (seis) momentos, em que considera marcante a reorganização do currículo, sendo que cada um deles possibilita observação da orientação ideológica que fundamenta as opções teórico-metodológicas que permearam a construção dos currículos do curso de Serviço Social:

Durante os anos da década de 1930, observa-se a existência de um currículo fragmentado, centrado no disciplinamento da força de trabalho através dos valores cristãos e controle para-médico e para-jurídico. Esta prática social com características de auxiliar da ação profissional de Medicina e do Direito era desenvolvida em obras sociais e de acordo com a doutrina social da Igreja.

Dessa forma, o pensamento conservador e a influência da doutrina católica traçaram um perfil de formação e intervenção para os profissionais de Serviço Social atrelados ao pensamento burguês, atribuindo-lhe tarefas como amenizar conflitos, recuperar o equilíbrio e preservar a ordem vigente.

O resultado dessa relação se expressa em uma prática que não tinha perspectivas de legitimar as necessidades e interesses da classe trabalhadora.

Segundo Martinelli (1991, p. 127, destaque do autor), os assistentes sociais encontravam-se

[...] envolvidos em uma verdadeira 'guerra santa'. Assumiam como tarefas inadiáveis, como missões evangelizadoras, a unificação da nação brasileira em torno do cristianismo e no interior desta, o fortalecimento da família operária na fé cristã.

Gradativamente, sobretudo após a II Guerra Mundial, a hegemonia européia na formação dos assistentes sociais no Brasil vai sendo substituída pela influência norte-americana, que a partir de 1945 “passa a dar ênfase à instrumentalização técnica, com a valorização do método” (SILVA, 1984, p.41).

Apesar da permanência da influência católica, a prioridade é a ação eficaz no trabalho social. A perspectiva “metodologista” marca a formação acadêmica, que passa a ter como preocupação central a sistematização do trabalho

social através da implementação dos métodos de Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e posteriormente o Serviço Social de Comunidade, como já citado.

A prioridade do currículo das escolas de Serviço Social brasileiras, nesta época, consistia em preparar os futuros assistentes sociais para integrar os indivíduos ao meio onde estes se encontravam inseridos, sendo que para desenvolver o trabalho de adaptação social, a família e as instituições eram consideradas as estratégias mais eficazes.

É introduzida a visão funcionalista no Serviço Social, que aponta para uma prática institucional desenvolvida junto ao recém criado Sistema S, que compreendia Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), na Legião Brasileira de Assistência (LBA), nos IAP's, em hospitais e com menores, com ações fundadas nas perspectivas clínica e moral.

A ABESS em 1952 elabora um currículo que tem traços da visão anterior, mas estrutura os três enfoques de “caso”, “grupo” e “comunidade”, introduzindo as disciplinas de pesquisa, administração e campos de ação, esta adequação é feita a partir da forte influência norte-americana que se estabelecia no Serviço Social brasileiro.

As décadas de 1940 e 1950 foram muito significativas para a institucionalização do Serviço Social.

Esse período é conhecido como o período de “ouro” da profissão; uma vez que a ação do assistente social se estabelece de forma marcante nas instituições públicas e privadas, tendo sua atuação profissional alcançado reconhecimento por seu valor técnico.

As escolas de formação profissional se multiplicaram, o Serviço Social atendia às demandas e necessidades específicas que se configuravam no sistema capitalista, a ação do profissional, baseada em uma formação teórico-metodológica orientava para o desenvolvimento das ações chamadas “modernizadoras”.

A ABESS passou “a ter grande atuação no sentido de promover o debate em torno dos eixos básicos do ensino e o estabelecimento das mudanças curriculares e sua regulamentação” (PACCHIONI; FAURY, 1999, p.20). Em 1953, o

ensino do Serviço Social é regulamentado, adquirindo o reconhecimento de grau universitário.

Neste período, a matriz positivista adotada pelo novo modelo não aponta para mudanças, mas para ajustes e conservação, trazendo uma idéia equivocada e uma falsa imagem de reforma social.

O currículo então centrado na “integração do indivíduo ao meio”, conforme referido anteriormente, possuía ênfase no chamado bem estar social e estava organizado em três eixos básicos: “métodos, problemas sociais e campos de prática”.

A formação profissional na década de 1960 voltou-se para a busca de soluções, o chamado tratamento, para os problemas individuais, assim como para o desenvolvimento e o planejamento social, ainda com ênfase na comunidade e nos valores cristãos por parte das escolas católicas; neste período surge o contraponto crítico da visão social, oriundo da influência dos setores progressistas cristãos socialmente engajados.

O currículo buscava preparar os futuros assistentes sociais para uma prática junto a comunidades, na área de habitação, em centros sociais urbanos, centros de saúde, ainda no Sistema S, na LBA e no setor da previdência, inserindo-se no atendimento em empresas.

Como a perspectiva desenvolvimentista era predominante, a preocupação com a formação técnica mantém a profissão ainda distante da compreensão da relação existente entre acumulação capitalista e reprodução ampliada da pobreza; as disciplinas de comunidade, prática junto a empresas, centros urbanos, municípios, prática institucional entre outras são introduzidas no processo de formação, respondendo de maneira particular às expectativas da visão desenvolvimentista. O número de escolas de Serviço Social chega a 37, na década de 60.

Segundo Aguiar (1995, p. 98) “é no começo da década de 60 que o Serviço Social assume a postura desenvolvimentista com clareza”, dentro da perspectiva de mudança e crescimento.

No entanto, é também nesta fase que o Serviço Social começa a estabelecer uma relação mais próxima com a classe trabalhadora e as questões que a atingiam, sendo que o enfraquecimento e o distanciamento das concepções

religiosas conservadoras na formação profissional, inclusive sob a influência de setores progressistas cristãos socialmente engajados, possibilitaram aos profissionais o questionamento de sua prática, altamente burocratizada e tecnicizada.

A “tensão” criada por um pequeno grupo de vanguarda na profissão gerou inconformismo tanto em relação à fundamentação teórica quanto prática, fazendo emergir espaços para questionamentos e debates. Estes questionamentos referiam-se não exclusivamente ao que ocorria dentro da profissão, mas também às mudanças políticas, econômicas, culturais e sociais que a sociedade da época enfrentava, em consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial que impôs à América Latina o seu modelo de exclusão e exploração.

A profissão em meio a estas transformações societárias, começa a repensar a postura do Serviço Social tradicional referente às questões teórico-metodológicas, instrumentais e principalmente políticas, e assim, começa a propor mudanças.

Se nas décadas de 1950 e 1960 o Serviço Social teve a formação dos profissionais voltada para a resolução de problemas individuais e a integração desses indivíduos ao meio, os anos de 1970 foram marcados pela existência de duas perspectivas ideológicas e, portanto, políticas: de um lado priorizava-se a construção de currículos que tinham no planejamento social a sua temática central, era dada ênfase aos debates que tratavam das possibilidades de trabalho voltado para o enfrentamento da marginalização através da integração sendo estimuladas as discussões sobre este binômio; por outro lado, a luta de classes consistia na temática central que fundamentava a compreensão da realidade e, conseqüentemente deveria orientar a ação profissional dos assistentes sociais.

Apesar das práticas profissionais serem realizadas em órgãos estaduais, e federais (previdência social e LBA) assim como no Sistema S, em centros urbanos e empresas, nesta época emerge a perspectiva de trabalho comunitário e pesquisa crítica, em contraposição a visão tecnocrática/integradora até então predominante,.

Mesmo diante de uma conjuntura sócio-política e econômica marcada pela tensão política e social, é neste período que o processo de formação profissional do Serviço Social também começa a ser questionado, foi realizada uma série de debates, que envolveram docentes e discentes, visando construir um novo projeto de formação profissional, a partir de uma revisão curricular.

Concebido a partir de formulações amplas, este projeto extrapola o entendimento de uma mera mudança de grade curricular e propõe uma mudança no projeto educacional do Serviço Social, comprometido com uma postura crítica, com os interesses da classe trabalhadora.

Neste período, a categoria define novas perspectivas para a ação profissional, uma vez que se atribui uma intencionalidade ao Serviço Social.

Em 1975, com a coordenação da ABESS, inicia-se o processo de discussão do projeto acadêmico e curricular do curso de Serviço Social e a partir deste ano até o início dos anos 80, este passa a ser o tema principal das Convenções Nacionais da ABESS, que buscava uma posição hegemônica no que diz respeito a um projeto que contribuísse com o processo de transformação da sociedade brasileira.

A reforma curricular foi centrada na crítica ao sistema capitalista, nas discussões e debates sobre a implementação de políticas sociais e no fortalecimento dos movimentos sociais como alternativa de ação profissional, com vistas a transformação social, que passa a caracterizar a formação em Serviço Social, nos anos de 1980.

Agora, embora a formação profissional encontre-se fundamentada na perspectiva da teoria dialética, a prática dos assistentes sociais ainda se dá em centros de saúde, na LBA, na previdência social, em empresas e também junto aos movimentos sociais e as ações de educação popular.

Nos anos 80, a teoria social de Marx considerada a matriz teórico-metodológica, por possibilitar a compreensão da realidade e a fundamentação da intervenção do Serviço Social, gera um movimento de “ruptura” com o chamado Serviço Social tradicional.

No entanto, as leituras do materialismo histórico dialético não foram feitas em seus originais, nos escritos de Marx, o que provocou equívocos na compreensão e conseqüente aplicação da referida perspectiva teórica, tanto no que diz respeito à formação profissional, quanto à fundamentação ético-filosófica da ação profissional.

Apesar disso, ao repensar sua prática, os profissionais de Serviço Social começam a questionar a sociedade capitalista e passam a buscar uma nova ordem social, que supere a exploração e a exclusão social.

Paralelamente, a não aceitação deste novo paradigma e, conseqüentemente, desta nova postura diante da realidade social, assumida por uma parcela da categoria cria uma divisão entre dois grupos, os denominados reconceituados e os chamados não reconceituados. Esta cisão faz com que a categoria passe a reconhecer e conviver conscientemente com suas diferenças internas.

O movimento de reconceituação, apesar de não ter alcançado todas as respostas a que se propôs, contribuiu sobremaneira para a compreensão da categoria a respeito da contradição que ainda permeia o trabalho do assistente social, tanto internamente, enquanto classe profissional, quanto externamente, enquanto trabalhador.

Em decorrência deste movimento, que possibilitou à categoria a superação e a ultrapassagem da concepção de que o Serviço Social deveria ser restringir a uma atividade meramente “técnica”, a profissão reconheceu a necessidade de que fossem revistas e reorientadas as suas ações profissionais.

O processo de revisão fez parte de uma tendência que extrapolou o universo exclusivo da profissão. A proposta de um projeto de formação crítica comprometida com a transformação social era determinada pelos novos rumos assumidos pela educação brasileira, num movimento mais amplo.

Frente a esta realidade, os cursos de Serviço Social buscaram identificar e definir o espaço da categoria dentro do sistema capitalista, para propor um projeto de formação profissional onde fossem contempladas a formação crítica e política, que favorecesse a compreensão da realidade brasileira, a capacitação teórico-prática para trabalhar nas condições reais e, finalmente, a capacitação para a produção de conhecimento sobre a prática profissional e a realidade em que estava inserida.

A implantação do novo currículo, contudo, suscitou críticas no interior da profissão e nas faculdades, pois a formação profissional encontrava-se desarticulada do cotidiano dos assistentes sociais, uma vez que, enquanto a organização curricular trabalhava o referencial teórico na vertente marxista, que tinha como base de conhecimento a crítica da sociedade capitalista, a realidade vivenciada pelos profissionais apresentava modos operativos e interventivos desconectados e distantes da perspectiva teórica estudada.

A reforma curricular que ocorreu na década de 1990 foi centrada na análise da “questão social” e nos fundamentos teóricos e históricos da profissão enquanto “processo de trabalho”.

A teoria marxista, que discute a reprodução social passa a fundamentar a formação profissional e observa-se o aumento significativo de práticas profissionais em nível municipal e judiciário, intensificando-se a prática em Organização Não Governamentais (ONG's). A atuação do assistente social em órgãos federais é reduzida em função das novas configurações do Estado brasileiro.

Neste momento, a perspectiva de mudança/transformação social é preponderante tanto na formação, quanto na ação profissional.

Diante da necessidade constatada de que fosse feita uma nova revisão curricular, a ABESS recoloca em discussão a questão da formação profissional frente às novas exigências da contemporaneidade.

Pretendia-se, neste momento, refletir acerca da possibilidade do novo currículo promover um “salto qualitativo” na formação do assistente social. Foram considerados “a direção social, os eixos fundamentais, a perspectiva teórico-metodológica, a formação do mercado de trabalho e o tratamento dispensado à análise da realidade social brasileira” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p.145).

O desafio consistia em superar o risco de obter um mero aperfeiçoamento do currículo anterior, em um processo de continuidade e ruptura, preservando os avanços alcançados e buscando vislumbrar as tendências que emergem da sociedade, sendo assim, era necessário verificar as lacunas existentes na formação profissional, a fim de preenchê-las e também antecipar as demandas que poderiam advir para a intervenção profissional do assistente social.

Esta proposta vem impregnada da idéia de que o conhecimento não é um apanhado isolado de informações, mas um conjunto de idéias e conhecimentos comprometidos com uma determinada visão de mundo e de um projeto político. Um projeto que comporta compromissos e ideologias subjacentes.

A implantação das novas Diretrizes Curriculares veio atender às demandas que estão postas para o Serviço Social, na sua ação profissional cotidiana, frente a realidade em que a categoria atua, uma vez que “supõe zelar pelo atendimento e serviços prestados, pelo respeito às necessidades e interesses

sociais dos usuários, contribuindo para a efetivação de seus direitos sociais.” (IAMAMOTO, 2000, p.71).

É dentro dessa perspectiva que a categoria assumiu o compromisso de efetivação desta nova proposta de formação profissional para o assistente social brasileiro.

1.3 As Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social.

As diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social (Anexo A) contêm importantes avanços alcançados com a sua elaboração e aprovação, pois estão embasadas na perspectiva de resgate da prática do Serviço Social, a partir do aprofundamento das particularidades e mediações existentes entre os três núcleos de fundamentação estruturados, que pretendem “resgatar a prática do Serviço Social enquanto trabalho [visando] recuperar, no âmbito das particularidades profissionais [as forças e relações ao mesmo tempo instituídas e instituintes da sociedade brasileira] e seus sujeitos” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.28).

O projeto de formação profissional do Serviço Social tem como um dos seus princípios norteadores a

[...] proposta de política de qualificação acadêmico-profissional dos assistentes sociais [que visa garantir] tanto a defesa da formação especializada de nível universitário, quanto o direito do usuário dispor de serviços realizados por profissionais dotados de competência técnico-científica e ético-política no atendimento a suas necessidades e direitos sociais (FERREIRA, 2000, p.70).

Sendo assim, o referido projeto de formação profissional apresenta-se contrário às propostas para os cursos de graduação elaboradas pelos órgãos federais.

Frente a esta realidade e levando em conta as diferenças existentes entre as orientações contidas na LDB e a proposta de formação profissional do Serviço Social, a ABEPSS buscou estabelecer caminhos de enfrentamento das dificuldades impostas pela conjuntura adversa.

O resultado desse processo foi a formulação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, que estão sintonizadas e constituem elemento

essencial na consolidação do Projeto Ético, Político Profissional e orientam os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social.

Nestas diretrizes está definido o perfil do profissional de Serviço Social que se pretende formar, um(a) assistente social que:

- ✓ atue nas manifestações da questão social;
- ✓ seja capaz de formular e implementar propostas para enfrentá-las;
- ✓ seja dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica;
- ✓ seja competente em sua área de desempenho;
- ✓ possua capacidade de inserção criativa e propositiva;
- ✓ seja comprometido com os valores e princípios norteadores do código de ética do assistente social. (DIRETRIZES ..., on line).

A formação pretendida apóia-se no tripé ensino/pesquisa/extensão, sendo que, além da dimensão do ensino, historicamente privilegiada, também são valorizadas e consideradas de suma importância a pesquisa e a extensão universitária.

Na fala de uma das participantes da pesquisa, observa-se a constatação dessa necessidade:

Vejo também que na minha graduação, os quatro anos de curso, curso noturno, mas naquele período nós não tínhamos ainda uma obrigatoriedade desse tripé ensino, pesquisa e extensão. A pesquisa ficava para quem se interessava e buscava. A extensão ficava para o aluno que tinha disponibilidade de tempo, por que o perfil do aluno de Serviço Social desde a época ou até anterior ao movimento de reconceituação é o perfil de aluno trabalhador. Eu via que faltava mais extensão para nós e até mesmo por conta de ser um perfil de aluno que trabalhava, quem não trabalhava como eu se sentia prejudicado, porque a unidade de ensino não oferecia, por conta desse perfil majoritário dos alunos... (Eliana)

Visando alcançar esse objetivo de articulação, foram criados mecanismos que permitam instituir um canal permanente de comunicação entre as três dimensões, estabelecidas nos três núcleos temáticos para fundamentar a formação profissional.

Tomando por base a afirmação de Guerra (2002, p. 4) de que “o exercício profissional implica uma ação e portanto habilidades; o exercício profissional implica em escolhas, e portanto valores”, pode-se constatar que o profissional deve ter acesso e domínio de conhecimentos reflexivos e interventivos, que possibilitem a compreensão das demandas com as quais atua.

Estes conhecimentos devem versar sobre os fundamentos que permitem a compreensão de que as situações imediatas emergentes da realidade possuem determinação fundante; possibilitando a apreensão da realidade social e o reconhecimento de que as ações demandadas para sua atuação profissional são conseqüências das relações sociais estabelecidas; assim como o entendimento das determinações sócio-históricas e do contexto sócio-econômico e cultural que vivenciam, além da reflexão acerca do agir dos homens e das ações empreendidas para que os objetivos sejam atingidos, tendo em vista que as explicações para as necessidades com as quais o assistente social atua não se restringem, não nascem e não se extinguem nelas mesmas.

Frente a esta realidade, as diretrizes curriculares que pretendem alcançar o perfil de profissional definido como ideal pelo conjunto da categoria, procuram disponibilizar as condições necessárias para que o assistente social desenvolva ações competentes e conscientes da realidade sócio-histórica, na qual este se encontra inserido, intervindo de forma crítica, investigativa, com bases em valores coletivos, através de práticas democráticas.

Estas diretrizes têm sido implantadas de forma a garantir que a formação profissional esteja embasada nos elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos referidos anteriormente por Yamamoto (2004) e denominadas de dimensões por Guerra (2002): dimensão técnico-instrumental, dimensão teórico-intelectual, dimensão investigativa, dimensão ético-política e dimensão formativa ou pedagógica.

Eliana destaca a importância dessa articulação para a formação dos assistentes sociais:

Até comparando a formação profissional que eu tive, o aluno poder, em sala de aula enquanto disciplina, ter um conteúdo específico para discutir o exercício profissional relacionado ao projeto ético político e a dimensão ética da nossa profissão, o aluno em sala de aula poder conhecer os nossos cinco códigos de ética e o que está posto hoje, que código de ética é esse, que lei de regulamentação profissional é essa, que debate traz, como que é isso e poder discutir com experiência de estágio, que esses alunos têm como a disciplina; é no terceiro ano que o aluno tem uma dimensão de conhecimento maior e mais propriedade da profissão.

As referidas dimensões detêm-se em aspectos específicos, considerados fundamentais para a formação do assistente social, que deverá desenvolver sua ação profissional baseado em uma formação que proporcione a estas condições para adotar e aplicar os instrumentais técnico-operativos requeridos, a partir da apreensão e reflexão acerca da realidade, com condições de compreendê-la a partir de uma postura investigativa, com bases nas concepções ético-políticas e filosóficas que orientam o agir profissional da categoria e ainda com capacidade de orientar e possibilitar a reflexão junto aqueles a quem seu trabalho alcança.

Para Helena, uma das grandes contribuições das novas diretrizes curriculares consiste na possibilidade de equacionar a compreensão da sociedade, por parte do aluno:

[A proposta das diretrizes curriculares] é o eixo central. Quando você fala em projeto ético-político da profissão você fala de fundamentos, fala de referências, de perspectivas, você fala das dimensões. Você fala dos processos de trabalho, da operacionalização. Ela é, digamos assim, o eixo que centraliza a formação profissional. Mesmo quando você resgata algumas coisas da história da profissão, você hoje não resgata mais isoladamente. Tudo isso teve uma perspectiva, uma vinculação de classe, um referencial teórico lá atrás que a gente foi revendo.

A articulação destas dimensões no decorrer da formação do profissional de Serviço Social permite que este não só possua domínio das competências instrumentais requeridas pelo cotidiano profissional, no atendimento às demandas que se apresentam para intervenção do assistente social, como também possibilitam que sejam estabelecidas distinções e relações entre os fatores envolvidos na questão a ser tratada e as possibilidades de ação.

Helena exemplifica, dentro do seu cotidiano profissional como docente, de que forma as diretrizes podem ser trabalhadas, visando atender a proposta de articulação das dimensões que as compõem.

Quando a gente está discutindo, fundamentando, trabalhando com os alunos e a gente vai buscando discutir com eles como é que essa profissão começou a se rever, como é que essa profissão começou a questionar a ordem vigente, como é que essa profissão começou a entrar no âmbito mais político propriamente dito. Então isso é o processo em que eu acho que a profissão vai rompendo com as bases alienantes e vai construindo a questão da liberdade e da participação, da luta e engajamento político para

ampliar a questão de direitos sociais, e aí a gente vai para quando eu trabalho isso nas disciplinas, tanto nos objetos de pesquisa que os alunos trazem, que eu procuro contextualizar. Como é que está inserido o objeto na profissão? Entendendo algumas expressões aí da questão social na sociedade desigual, como é que a gente vai visualizando a profissão e fazendo essa leitura. Buscando uma sociedade mais justa, mais igualitária, onde as pessoas tenham liberdade, tenham uma liberdade consciente [e possam] construir uma emancipação. A profissão busca isso, a emancipação, apesar de que a gente sabe que a emancipação não se dá só pela luta e pela inclusão nas políticas, a gente sabe que a emancipação também vai depender muito do direcionamento dado aí pela ordem da sociedade. Mas então eu procuro fazer com que os alunos entendam esse contexto. Entendam essa luta. Entendam os princípios a que eles estão diretamente vinculados e aos referenciais teórico-metodológicos e eles tem de fazer parte da dimensão criativa e da dimensão ética, que é uma luta constante. E que nós temos que sempre recorrer a isso para trabalhar com a população. Então tentamos identificar com eles os momentos históricos da sociedade, o projeto que nós temos, os nossos referenciais teóricos, o referencial teórico é que permite a gente entender a sociedade e construir algumas alternativas.

Ainda no que diz respeito às dimensões a serem abordadas durante a formação profissional, estas, quando devidamente imbricadas, oportunizam a problematização da realidade e do contexto no qual se desenvolve a atuação profissional, além de contribuir para que o assistente social visualize a importância de suas opções, tanto no que concerne às estratégias e meios adotados, mas principalmente reflita conscientemente acerca dos valores e princípios éticos nelas contidos.

Essa afirmação pode ser confirmada na fala de Helena, que aponta para o posicionamento das assistentes sociais formadas após a implantação das diretrizes curriculares.

As diretrizes curriculares já [estão] na discussão a partir de 96, mas que elas começam a ser implantadas já na década de 2000, eu consigo perceber essa dimensão através de toda a luta e mobilização que eu vejo a categoria fazendo. Seja na implantação do SUAS, a parte da busca da compreensão de se ter uma política social universal, que consiga atingir a universalidade, eu percebo alguns profissionais formados a partir das novas diretrizes, a partir de 2000, que têm uma visão de totalidade da realidade, que percebem as contradições, sabem dos desafios mas que conseguem projetar no seu exercício profissional estratégias, construir práticas inovadoras, então eu vejo os profissionais ligados aos conselhos de direito, que são uma dimensão ético-política importantíssima e a gente estar participando da discussão, do controle e de certa forma da elaboração de novas políticas que atendam até os princípios do projeto ético-político.

Esta articulação contribui para que o futuro assistente social tenha claro seu papel de formador de opinião, uma vez que atua na elaboração e implementação de políticas sociais e exerce influência junto aos sujeitos que requerem sua intervenção profissional, assim como dos futuros profissionais com os quais estabelece relações seja de docência, seja de supervisão de estágio.

A aproximação e entrosamento se dão, quando as disciplinas componentes dos núcleos temáticos estão devidamente implantadas e são abolidas as separações entre as disciplinas teóricas, que devem estabelecer a correlação do conteúdo teórico abordado com a discussão do fazer, da intervenção na realidade, baseada no conhecimento e na capacidade de desempenhar funções e as disciplinas que tratam do ensino da prática, que não podem se manter estanques e capacitando o futuro profissional a utilizar de maneira responsável o acervo técnico-instrumental do Serviço Social, tendo em vista o compromisso com o Projeto Ético-Político da profissão. (GUERRA, 2002).

As assistentes sociais participantes da pesquisa relatam sobre a sua formação profissional e assinalam a necessidade de articulação entre os conteúdos, conforme preconizam as diretrizes curriculares, uma vez que sua formação não pôde propiciar tais condições.

Cada disciplina tratava seu conteúdo específico e isso eu entendo que trazia uma dificuldade para fazer a unidade teoria e prática, como era pensado tudo de forma fragmentada, estruturado nessa fragmentação não propiciava muito, a gente tinha que fazer um exercício muito grande para perceber essa relação de unidade entre teoria e prática... (Eliana)

No que concerne à formação de futuros assistentes sociais, tais concepções, que buscam romper com a dicotomia e reconstruir diferentes formas de analisar a relação existente entre teoria e prática, têm significativa relevância, uma vez que possibilitam que o exercício do trabalho profissional seja fundamentado na apreensão crítica da realidade na qual se encontra inserido e esteja comprometido com os princípios fundamentais do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

[Atualmente] eu vejo profissionais mais engajados, mais envolvidos, vejo profissionais construindo práticas diferenciadas e preocupados mais com investigação, com a pesquisa, preocupados com a formação contínua; com a experiência da pós a gente vê os alunos preocupados em estar nessa formação pra poder de fato compreender a realidade e construir novas propostas. Eu vejo hoje os profissionais mais envolvidos, diferente de

outros profissionais que se formaram anteriormente a tudo isso e que não acompanharam mais o processo político e ético da profissão, não conseguiram mais acompanhar. Acho que de fato a implementação das novas diretrizes, essas dimensões têm possibilitado a formação de profissionais mais competentes, mais críticos, com mais propostas e mais vinculação mesmo aos movimentos, à organização política das políticas sociais, à organização política da própria população que eles atendem. Acredito que a gente tem conseguido, sim. Ainda que a gente tenha muita coisa pra melhorar, há profissionais que têm de fato essa dimensão nas várias lutas. Eu acho que a gente vem encontrando profissionais na militância com relação ao preconceito, à violência, seja contra a mulher, contra a criança ou contra o adolescente, ao preconceito não só racial, mas também quanto ao preconceito contra às orientações sexuais... Eu acho que a gente tem obtido profissionais mais engajados. Só que eu percebo que são profissionais que, de fato se formaram nessa perspectiva e profissionais que puderam vivenciar um pouco a construção, ou a implantação dessas diretrizes. Eu acho que a geração de profissionais formados a partir da década de 2000 tem uma diferença...(Helena)

O relato de Helena reforça a premissa de que a implantação das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social tem oportunizado a formação de profissionais mais críticos com relação ao entendimento da sociedade e, conseqüentemente mais comprometidos com a proposição de alternativas para o enfrentamento das manifestações da questão social.

1.4 A experiência do curso de Serviço Social da Unilago.

O conhecimento acerca do contexto onde se encontra inserida a Unilago e o curso de Serviço Social analisado é considerado importante por possibilitar que seja vislumbrada a conjuntura sócio, política e econômica a qual o curso deve responder e as expectativas as quais pretende atender na formação dos assistentes sociais em questão

São José do Rio Preto é um município brasileiro do estado de São Paulo, foi fundada em 19 de março de 1852, localiza-se a 430 km da cidade de São Paulo e sua população estimada em 2007 foi de 402.770 habitantes.

É a maior cidade do noroeste do estado, com economia baseada no comércio, na prestação de serviços, em indústrias diversas e na agricultura.

A cidade conta com 08 Unidades de Ensino Superior, das quais três oferecem o curso de graduação em Serviço Social (Anexo B)

A Unilago - União das Faculdades dos Grandes Lagos foi criada em 1990 com a denominação de Faculdades da Associação de Ensino Superior (FAES)

oferecendo dois cursos inéditos até então na região: Serviço Social e Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda.

O curso de Serviço Social da Unilago, autorizado através do Decreto nº. 97.926 de 07/07/89-DOU de 08/07/89 e reconhecido pela Portaria nº. 1.670 de 22/11/93-DOU de 23/11/93 está instalado na cidade de São José do Rio Preto/SP desde março de 1990, tendo formado 15 turmas.

A composição do currículo procurou atender à determinação do Parecer nº. 412/82 da Resolução C.F.E. nº. 6 de 23/09/82, sendo que durante os 18 anos de existência do curso, o currículo tem sido objeto de análise da coordenação e do corpo docente.

A atual formação profissional dos assistentes sociais oriundos do curso de Serviço Social da Unilago é orientada pelas novas diretrizes curriculares propostas e aprovadas pela ABEPSS, em assembléia de 08 de novembro de 1996, processo do qual a Unilago participou, sediando uma das Oficinas Regionais.

Com vistas à elaboração, implantação, execução e avaliação continuada do Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da Unilago, que é composto de um conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, tem-se buscado articular a formação dos futuros assistentes sociais com as atividades de pesquisa e extensão.

O objetivo do curso de Serviço Social da Unilago é

[...] possibilitar a formação crítica do profissional de Serviço Social, capacitando-o a entender o processo de constituição do complexo social na sociedade capitalista, conferindo-lhe um preparo teórico-metodológico e ético-político, a fim de formular propostas de enfrentamento às várias formas de manifestação da questão social.(UNILAGO, 2002)

O referido curso tem como finalidade “formar assistentes sociais com atitude consciente crítica perante a realidade social e com a visão totalizadora do homem como ser social” (UNILAGO, 2002).

A formação acadêmica em Serviço Social da instituição prioriza a preparação do futuro profissional para identificar as várias formas em que se manifestam a questão social e o desrespeito aos direitos sociais para, em seguida, formular, gerenciar e implementar projetos e ações que enfrentem estas questões.

O curso pretende proporcionar uma formação crítica na medida em que o processo pedagógico constitui-se em processo dialético, que se instaura entre o saber científico e o saber que advém da experiência.

O curso de Serviço Social da Unilago justifica-se pelo compromisso com região, através da compreensão da nova realidade social, interpretando as demandas com criatividade e propondo uma intervenção qualificada do ponto de vista teórico-metodológico e ético-político, colocando assim, o saber profissional do assistente social a serviço da comunidade, para tanto, pretende-se que o egresso do curso apresente o perfil profissional que caracteriza-se por:

- ✓ Formação generalista crítica para o entendimento das manifestações da questão social nas dimensões macro e micro social;
- ✓ Capacidade de análise crítica do contexto e da conjuntura social, captando as suas contradições e possibilidades;
- ✓ Capacidade de inserção reflexiva, criativa e propositiva no mercado de trabalho, assegurando a autonomia profissional;
- ✓ Habilidade para o trabalho interdisciplinar e intersetorial;
- ✓ Formação técnica e científica para investigar, planejar, implementar e gerir com competência as ações sociais que forem pertinentes;
- ✓ Compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional;
- ✓ Capacidade de atuar nos diferentes setores da área social concernentes à profissão;
- ✓ Capacidade de trabalhar as políticas públicas no âmbito da cidadania, enfrentando as pressões clientelistas, paternalistas e corporativistas;
- ✓ Compromisso de, na sua atuação profissional, manter o vínculo com a Faculdade, atuando como supervisor(a) de estágio, participando do processo de ensino e aprendizagem;
- ✓ Interesse permanente pelo conhecimento e fortalecimento da profissão, participando dos órgãos representantes do ensino e da categoria profissional;
- ✓ Interesse em continuar aperfeiçoando-se e preparando-se para a docência;
- ✓ Habilidade para lidar com as diferentes demandas no que se refere à cultura, etnia, gênero e com a diversidade de questões pessoais e subjetivas que cercam o cotidiano;
- ✓ Compromisso com os valores e princípios éticos norteadores do Código de Ética do Assistente Social e com o Projeto Ético-Político profissional. (UNILAGO, 2002)

Tendo em vista este objetivo, a concepção pedagógica do curso supõe aulas partilhadas com os discentes, que são vistos como sujeitos do processo pedagógico e, dessa forma, o modelo pedagógico adotado contempla as dimensões valorativa, teórica, técnica e política como constituintes da formação profissional, tal qual preconiza Guerra (2002).

O curso está estruturado na forma seriado-anual, com duração mínima de quatro e máxima de sete anos, oferecido no período noturno, com uma carga horária mínima total de 3.316 horas.

A utilização de diversos tipos de aulas (obrigatórias, optativas, oficinas e núcleos), as avaliações produtivas e as exigências de estudo introduzidas com a realização de trabalhos extra-escolares pretende que o aluno receba uma formação diferenciada.

A realização das atividades de pesquisa e extensão está vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social “Maria Lúcia Martinelli”, que tem por objetivo realizar grupos de estudo e já desenvolveu projetos em parceria com a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente entre outras.

A realização do Trabalho de Conclusão de Curso, como atividade obrigatória, visa propiciar a consolidação de habilidades próprias para o trabalho científico e técnico profissional do assistente social.

O trabalho desenvolvido pelos alunos adota forma de monografia para sua apresentação perante banca examinadora. O Regulamento e Instruções para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado pelo colegiado do curso, normatiza todo o processo que essa atividade pressupõe.

As práticas de estágio supervisionado são realizadas em organizações mediante convênio com a Instituição e são desenvolvidas sob a supervisão de professores ou profissionais da prática profissional, devidamente credenciados.

O processo de formação é desenvolvido através de diferentes tipos de atividades, sejam aulas, estágio supervisionado, atividades complementares e outras.

Nas disciplinas teóricas, o curso utiliza, regra geral, a técnica de aula expositiva nas suas formas participativas e dialogadas. As aulas-seminários são utilizadas como outro recurso para incentivar e oportunizar o aprofundamento dos conteúdos, a realização de atividades em grupo e o desenvolvimento das capacidades de busca de solução aos problemas teórico-práticos da profissão.

A discussão da prática é utilizada para que os alunos aprendam fazendo, pesquisando, experimentando e buscando soluções a problemas práticos.

O Estágio Supervisionado é desenvolvido exclusivamente por meio de atividades práticas, individuais e em grupo, dependendo do campo de estágio ao qual o aluno está vinculado.

Visando garantir o êxito da concepção pedagógica adotada para o curso, foi padronizado um sistema de planejamento de cada disciplina, aulas e atividades, que contribui para a qualidade das aulas, tendo sido implantado também o registro de frequência e avaliação, que permitem acompanhar o desempenho de cada aluno, durante todo o semestre.

A avaliação, entendida como processo sistemático e permanente é orientada aos processos e não somente aos resultados, sendo planejada em cada disciplina e atividade docente.

Existe a necessidade de que seja fortalecida tanto a pesquisa, quanto a extensão, principalmente no que diz respeito às atividades de estágio supervisionado.

Tem-se observado dificuldades em colocar em prática, nos cursos de graduação aquilo que preconizam as diretrizes, em decorrência da ausência de um posicionamento mais firme por parte de toda a categoria organizada em contraposição as decisões e atitudes tomadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), no que se refere às alterações feitas nas orientações para a formação profissional em Serviço Social, conforme afirma a assistente social Eliana:

Quando elas [as diretrizes curriculares] falam a respeito de estágio, quando elas falam a respeito do TCC, é muito vago no meu entendimento. Elas deixam em aberto – olha o estágio supervisionado, é uma disciplina fundamental, espaço privilegiado, o TCC é obrigatório, mas e a sistematização, operacionalização desse TCC e desse estágio? A supervisão acadêmica é obrigatória, ela é necessária. Qual a unidade de ensino que de fato garante uma supervisão acadêmica de acordo com os debates da categoria e não o que a gente tem em legislação. É de chorar. O TCC, a nova lógica de acordo com o que o MEC vem trazendo agora, ele não precisa mais ser individual a gente já tem dupla e o espaço já está sendo discutido para se fazer em três e a proposta para logo e para que seja em grupo. A pesquisa simplesmente em grupo, ou então o aluno não precisa fazer todo um trabalho, uma monografia de caráter científico, mas sim a produção de um artigo. As diretrizes curriculares foram implantadas, estão sendo implantadas, constantemente revistas, atualizadas com o que a gente tem de novo dentro da profissão, porém as garantias delas são os espaços onde o coordenador de curso é o assistente social que esteja engajado com o debate da profissão e que ele tenha autonomia, o que no meu ponto de vista são poucos, ou quase nenhum.

Há que se retomar com a maior urgência as discussões em todas as instancias da categoria, visando estabelecer parâmetros claros e posicionamentos efetivos com relação a questão do desmonte e adulteração que estão sofrendo as diretrizes curriculares para o Serviço Social.

Uma das estratégias a serem implementadas está voltada para garantir maior aproximação e participação dos profissionais supervisores de estágio junto às atividades desenvolvidas pela faculdade; uma vez que os assistente sociais que se encontram no exercício profissional cotidiano devem estar informados e conscientes da realidade vivenciada pela formação profissional, junto a qual atuam de forma direta, na prática de estágio.

Estas ações têm sido amplamente discutidas pela ABEPSS, em suas Oficinas Regionais e na Oficina Nacional, realizada em Florianópolis, em abril de 2004, cujos resultados obtidos fundamentam as propostas implementadas nas Unidades de Ensino Superior de todo o país.

Agnes refere como observa o compromisso dos profissionais supervisores de estágio com relação à dimensão ético-política da profissão e a efetivação do Projeto Ético-Político, na região de abrangência da Unidade de Ensino a qual está ligada:

No exercício não tanto. Está muito distante. Eles desconhecem ainda a existência do projeto ético-político. Até como coordenadora de estágios e também supervisora acadêmica, durante as reuniões [que] são realizadas bimestralmente, a gente procura formar grupos de estudos. A gente percebe que até mesmo o código de ética atual está muito distante. Parece que para eles o projeto ético inexistente. Teoria é uma coisa e prática é outra. Não fazem essa relação. Acho que está muito distante. O serviço social avançou muito nos últimos tempos teoricamente, mas a prática está deixando um pouco a desejar.

Quanto à experiência de formação profissional implantada pelo curso de Serviço Social da Unilago tem-se buscado alcançar seus objetivos, num processo de construção coletiva, no que concerne a graduação de profissionais que busquem zelar pela qualidade do atendimento e serviços prestados, pelo respeito às necessidades e interesses sociais dos usuários, visando contribuir para que seus direitos sociais sejam efetivados, atendendo assim as necessidades e expectativas apresentadas pela realidade regional, na qual a Unidade de Ensino está inserida.

A possibilidade de avanços está baseada também no compromisso assumido pelo corpo docente da Instituição, com relação à garantia da qualidade do ensino oferecido para a formação profissional dos futuros assistentes sociais.

Voltando pra FEF, acho que a gente tem construindo, sim. Eu acho que já há um direcionamento para o curso lá, assim como tem na Unilago. É um curso que os alunos reconhecem, que os supervisores conhecem e que tem um direcionamento vinculado às novas diretrizes curriculares, vinculado ao projeto ético-político... Mas que ainda a gente está passando pela experiência de ver a primeira turma se formar. Mas acho que a gente já percebe isso, inclusive nos projetos de TCC que vão sair [da FEF]. Todos têm uma preocupação em discutir um pouco a questão da ética, do exercício profissional, da questão política da profissão... (Helena)

A experiência acadêmica vivenciada pelas assistentes sociais participantes da pesquisa em seus diferentes espaços ocupacionais tem demonstrado os resultados concretos obtidos no decorrer do período de implantação das diretrizes curriculares.

1.4.1 As grades curriculares do curso de Serviço Social da Unilago.

A formação profissional de assistentes sociais na Unilago, no decorrer de sua existência passou por diversos momentos de revisão da organização curricular, devido às orientações recebidas da ABEPSS, assim como das necessidades de atualização constatadas no decorrer do processo.

Ao primeiro currículo elaborado para a aprovação do curso junto ao MEC, em 1990, foram incorporadas referências do currículo mínimo aprovado na Resolução nº 06, de 23 de setembro de 1982 (Anexo C), que fixava os mínimos de conteúdo e de duração do Curso de Serviço Social.

A grade curricular adotada quando da implantação do curso de Serviço Social (Anexo D) estava embasada na organização adotada nos anos de 1980, que continha ainda as disciplinas de História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social, além de Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo, Serviço Social de Comunidade e Desenvolvimento de Comunidade.

Esta organização curricular foi mantida no período de 1990 a 1998, o que ocasionou um descompasso na formação profissional dos assistentes sociais com as diretrizes adotadas pela ABEPSS.

A mudança que incorporou o novo conteúdo programático proposto pela ABEPSS, teve início em 1999 (Anexo E), sofrendo nova alteração em 2002 (Anexo F), visando a adequação às diretrizes curriculares aprovadas para os cursos de Serviço Social, tendo sido adequada novamente nos anos de 2005 (Anexo G), 2007 (Anexo H).

As entrevistadas informam de que forma ocorreu sua graduação, em função da organização curricular vigente na época:

A nossa grade é muito diferente hoje. Nós tivemos Serviço Social de Caso, Grupo, Comunidade. Mas ela tem uma base, ela é a base e acabou nos direcionando para algumas áreas. Acho que tudo vai avançando. Se o assistente social se forma em uma grade e pára naquilo, ele realmente vai ter uma prática limitada. Nós tivemos a sorte, eu acredito que nós continuamos estudando e isso faz muita diferença e com uma prática diferenciada das demais no período. Nós tivemos um grupo de alunas que estudou na mesma faculdade, nós viemos para a mesma região trabalhar e a gente se destacava em algumas práticas porque continuamos estudando, fazendo cursos, acho que avançando. Acho que ela vai sempre ser a base, a estrutura. (Elisa)

Vale salientar que, apesar de duas das participantes da pesquisa terem se formado após a implantação das diretrizes curriculares de 2000, nenhuma delas chegou a concluir sua graduação com a proposta contida nas diretrizes totalmente implantada, tendo ocorrido alterações, que resultaram na elaboração das chamadas grades curriculares mistas, aqui entendidas como aquelas que continham disciplinas do currículo mínimo de 1982 e disciplinas criadas a partir das diretrizes curriculares aprovadas em 2000.

Assim, na realidade quando eu me formei a matriz curricular não era ainda a matriz curricular de toda a discussão das diretrizes curriculares. Então a minha matriz curricular foi uma matriz diferente do que hoje a gente vê sendo implantada e desenvolvida nas unidades de ensino. Então eu tive as disciplinas isoladamente. História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social... (Helena)

Eu me formei em um período de transição do currículo de 82 para as diretrizes curriculares atuais. Ao mesmo tempo que eu vejo que o currículo de 82 precisava mesmo ser revisto, principalmente essa questão da carga horária de estágio, a questão de uma fundamentação teórica pautada na teoria social marxista, mas quando a gente analisa o currículo, a gente observa as fragmentações que ele contém, principalmente trazendo as questões da teoria do serviço social, história do serviço social, metodologia do serviço social, eu aprendi tudo muito separadinho... Você consegue ter um olhar de que algo está fragmentado, de que algo está insuficiente, mas que isso não é próprio do espaço da unidade de ensino onde você está, mas está passando por um processo transitório que foi o que aconteceu na

minha graduação, estava saindo do currículo de 82, indo para o de 96 e junto com isso, até para não sermos prejudicados com a modificação que haveria das disciplinas, a minha grade curricular era mista, conforme tinham as disciplinas agora de 96 a coordenação tentava inserir com a grade que nós tínhamos de 82 e agora eu vejo que por um lado foi positivo, mas por um outro os conteúdos começaram a ficar a desejar...(Eliana)

Sendo assim, as assistentes sociais participantes da pesquisa foram formadas à luz do currículo mínimo de 1982, com algumas alterações no caso de Helena e Eliana, cujas turmas acompanharam as grades mistas referidas anteriormente, esta lacuna se fez sentir no decorrer da formação profissional em si, o que contribuiu para que as futuras assistentes sociais buscassem formas alternativas para superar tais necessidades.

1.5 A docência em Serviço Social.

Ao nos propormos a discutir o processo de formação profissional do assistente social na atualidade, devemos, necessariamente, nos remeter a uma análise da educação superior e as reformas pelas quais a mesma vem passando, no Brasil.

Para tanto, há que se pontuar que a educação superior na América Latina, de modo geral, vem sendo historicamente formulada a partir das exigências do padrão de acumulação de capital, em determinadas configurações históricas e encontra-se atualmente envolvida no processo de globalização da economia, em um regime de acumulação predominantemente financeira.

No Brasil não ocorre de maneira diferente, a reforma que vem se processando no ensino superior não se configura como uma ação isolada, faz parte da reforma do Estado, implementada pelo governo federal, no âmbito das políticas sociais.

As medidas que vêm sendo implementadas, com vistas à reforma, são orientadas por uma perspectiva liberal de redução da esfera estatal e de fortalecimento das iniciativas privadas de financiamento, formulação e execução das políticas públicas, que vêm provocar, entre outras conseqüências: o estabelecimento de critérios e requisitos cada vez mais rígidos e excludentes para o acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais e a redução de recursos para a saúde.

No que concerne à educação, as orientações reducionistas e privatizadoras tendem a transformá-la em mercadoria em detrimento de sua configuração como política pública e direito do cidadão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº. 9394, de 20/12/1996, vem instituindo inovações no ensino superior, que podem provocar profundas alterações na formação e no exercício de profissões como o Serviço Social.

Tais inovações podem ser reconhecidas em medidas como a instituição do Exame Nacional de Cursos, de mestrados profissionalizantes, de cursos seqüenciais, do ensino de graduação à distância e da autonomia das universidades públicas, visando a redução da participação do Estado na sua manutenção.

Com relação ao exercício da docência, a nova configuração da educação superior normatizada pela legislação a partir do final da década de 1990, instituiu o sistema de avaliação do sistema de educação brasileiro que contém instrumentos, os quais refletem sobre o desempenho do docente como os indicadores de avaliação do desempenho global do sistema de educação superior, que analisa das áreas de conhecimento e o tipo e a natureza das Instituições de Ensino Superior (IES); a avaliação do desempenho superior das IES, que destaca as funções universitárias; a avaliação do ensino de graduação e a avaliação da pós-graduação *strito sensu*.

Com a implantação desse amplo sistema de avaliação nacional da educação superior, o docente passa a ter avaliado o seu desempenho, inclusive didático. “N” medidas isoladas indiretamente se refletem sobre o docente. É importante ainda chamar a atenção para uma medida que avalia o desempenho docente nas Instituições Federais de Educação Superior – a Gratificação Estímulo à Docência (GED). A GED relaciona diretamente remuneração à docência, tendo como fator de destaque a sala de aula.

Em síntese, o professor universitário, na última década, sofre uma marcante pressão, advinda da legislação, imposta pela instituição e buscada por ele, para a sua qualificação de desempenho, no qual o didático passa a ocupar um papel de destaque.

Advinda do governo com o fito de avaliar a qualidade do ensino superior, imposta pela instituição com o objetivo de obter credenciamento da mesma junto ao MEC e para captar alunos e buscada pelo professor para manutenção de seu emprego e aumento de remuneração, entre outros requisitos. (MOROSINI, 2000, p. 13)

Estas medidas apontam para a mercantilização da educação e pretendem estabelecer um novo modelo de educação superior, que propõe uma mudança no significado e no papel da educação na construção da sociedade.

O novo modelo visa uma educação menos comprometida com a educação cidadã e mais voltada para os interesses do mercado, uma educação garantida mais como serviço privado e menos como direito social.

Diante deste quadro, o Serviço Social, enquanto categoria profissional tem buscado criar estratégias para o enfrentamento desta realidade, tanto no que diz respeito à formação profissional do assistente social, quanto com relação ao exercício profissional no cotidiano da sociedade.

Para tanto, há que se contar com profissionais que se dediquem à atividade docente com compromisso e competência, visando concretizar as propostas contidas nas diretrizes curriculares, que orientam a formação profissional do assistente social.

Com relação ao seu ingresso na docência, as participantes da pesquisa referem diferentes situações e motivações, uma vez que enquanto Helena afirma que pretendia iniciar na carreira acadêmica, as demais assistentes sociais indicam outras razões as levaram à docência no ensino superior:

Eu esperava me formar e poder trabalhar na área. Eu tinha uma perspectiva muito grande do Serviço Social. Eu sempre quis e gostava muito da área. Interessante que no último dia, em que nós terminamos tudo, entregamos o TCC, eu tive aquela certeza que um dia eu voltaria para a faculdade como professora. É muito interessante... eu disse: o dia que eu voltar, eu volto como professora. Acho que a perspectiva profissional era trabalhar como assistente social, mas eu já tinha uma vontade de assumir docência futuramente... Durante a graduação não. Nunca pensei em dar aula durante a graduação. Acho que aquele dia, no final... e depois a docência veio por outro curso, o de administração. Comecei com o convite de alguns professores quando eu terminei Administração, é por que eu tranquei Administração, fiz Serviço Social e voltei para concluir Administração. Depois, na segunda turma de Serviço Social [da UNIFEV] é que eu fui chamada para essas disciplinas. Então a intenção [de trabalhar na docência] não foi dentro da formação, foi depois da conclusão. (Elisa)

Pretendia terminar a graduação e trabalhar na área, mas tinha perspectiva da área da educação mesmo, que eu sempre me identifiquei, e coincidiu com a aprovação da LDB, em 1996 a nova LDB, e eu me formei em 1997 e apresentei o mesmo projeto [do TCC] no município e consegui atuar. Então a minha perspectiva era atuar na área de educação mesmo. Serviço Social e educação. Em 1999, eu atuava no município, na área de educação da prefeitura e teve um curso voltado para os funcionários públicos, ministrado pelo CEPAM na UNIFEV aqui em Votuporanga e a prefeitura me indicou

como docente e nesse mesmo ano foi implantado o curso de Serviço Social e eu já ingressei na docência... Foi um convite. (Agnes)

Eu já fui a partir do terceiro ano, terceiro e mais no quarto ano, junto com a professora de Pesquisa, que aí ela me incentivava muito. Ela me falava: Olha, eu acho que você tem o perfil, acho que, de uma certa forma vários professores, até você, já tinha falado que eu tinha o perfil. E eu tinha mesmo assim, esse desejo, esse interesse pela área acadêmica. Mas tinha um pouco de receio, acho que é uma responsabilidade muito grande. Então eu já tinha uma certa expectativa, então no momento em que eu tive a oportunidade, fiz o projeto e entrei no mestrado antes mesmo de começar a dar aulas. (Helena)

Não necessariamente a docência. Não tinha essa intenção imediata. A intenção para a docência surgiu mesmo quando eu ingressei no mestrado. Anteriormente eu entendia mais como um aprimoramento profissional, um desafio que eu gostaria de enfrentar. Era mais para isso, tanto que na área, eu fiz meu mestrado na UEL, em Londrina, e lá tem duas áreas de pesquisa: Políticas Sociais e Trabalho Profissional. Eu fui para Trabalho Profissional, pois até então não tinha essa busca por formação profissional ou mesmo políticas sociais. (Eliana)

Objetivando garantir a qualidade requerida para a formação dos futuros profissionais e previstas nas Diretrizes Curriculares, as docentes sujeitas da pesquisa buscaram dar continuidade a sua formação através de cursos de pós-graduação, uma vez que, conforme relatado por elas, sua graduação requereu que fossem resgatados questões e conteúdos importantes e necessários para sua ação profissional:

Sai da graduação e fiz aprimoramento no Hospital de Base. Não conclui, fiz apenas 6 meses. Entrei no mestrado na UEL. Terminado o mestrado em 2005 eu fiz o "tele lacri", especialização em violência doméstica contra criança e adolescente na USP, e de especialização específico sim são esses, mestrado e a especialização, são essas duas pós e aí tem os cursos de extensão e algumas oficinas e palestras que a gente está sempre participando. (Eliana)

Fiz o mestrado em Serviço Social na PUC de São Paulo e o curso de especialização em Violência Doméstica contra a Criança e Adolescente pela USP. (Helena)

Especialização na UNILAGO em supervisão em Serviço Social, especialização MBA em Gestão Estratégicas de Pessoas aqui na UNIFEV em Votuporanga e o mestrado na PUC em São Paulo. (Agnes)

Fiz a graduação em administração, depois fiz especialização em recursos humanos e o mestrado em Serviço Social, na PUC de São Paulo. (Elisa)

A busca pela continuidade na formação profissional indica o compromisso das assistentes sociais com a perspectiva de efetivação das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social que, articuladas e alicerçadas no Projeto Ético-

Político da profissão e no Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, têm como um de seus objetivos a preservação dos princípios que o Serviço Social elegeu como fundamentais para sua inserção na ordem social vigente.

No entanto, a assistente social Eliana expressa sua preocupação no que se refere a questões que extrapolam a implantação das diretrizes e apontam para o risco de que a formação do futuro profissional esteja sendo comprometida pela ingerência exercida pelo MEC na atuação das Unidades de Ensino.

Em termo das diretrizes curriculares a categoria toda debateu num processo histórico para a implantação nas unidades de ensino, com toda discussão feita pelo conjunto. Em ambas as unidades que estou já foram implantadas e como sempre a gente vem fazendo o aprimoramento do que nós fomos colocando para poder atender a atualidade... ABEPSS encaminhou para o MEC as nossas diretrizes para implantação nas unidades de ensino. O MEC aprovou, autorizou tudo em 2000, mas muita coisa não foi na íntegra. Ela não foi implantada na sua íntegra. Lá está colocado a respeito de ser uma profissão comprometida com a classe trabalhadora ... de que o perfil do bacharel se busca formar, e o MEC coloca com clareza dentro do perfil que é um perfil de profissional que esteja atento a mundo tecnológico, informatizado, o que para nós tem trazido um grande desafio. Acho que [no que diz respeito] as diretrizes curriculares nós precisamos sentar junto com o MEC para estabelecer umas normas, questões legais, porque eu vejo que as nossas questões curriculares podem ficar simplesmente no debate da categoria. Com o que a gente tem tido com a nova LDB, com as resoluções que o MEC vem colocando, principalmente no que se diz a ensino à distância, as aulas semi-presenciais, 20% das aulas da nossa carga horária que é de 3000 já podem ser semi-presenciais. O que me recorre disso é que as nossas diretrizes correm sérios riscos de ficarem no âmbito debate da nossa categoria, porque o MEC, enquanto supremo na educação, vem passando por cima de muitas discussões nossas, pois os nossos [princípios] estão simplesmente nas diretrizes e não são uma lei, é uma determinação ainda da profissão que seja assim, o curso de Serviço Social. E por essa razão as unidades de ensino estão construindo o curso de Serviço Social de acordo com que o MEC determina. Se for um coordenador de curso que aceita, que não tem a leitura do todo, que não tem a participação do debate do que as nossas diretrizes curriculares colocam, porque que a gente requer que um perfil de profissional seja assim e a formação venha com tal objetivo. Eu acho que começa a ficar muito complicada, começa a se perder. Eu acho que nós, do Serviço Social, estamos correndo um sério risco e é urgente a gente se posicionar em relação a isso. O CFESS já está fazendo alguns debates com o MEC, porém a gente não está mais em tempo de ficar só fazendo debate ou simplesmente uma moção de repúdio, já está em tempo de posicionamento mesmo da categoria organizada, principalmente no que diz respeito as diretrizes curriculares...

Frente a esta postura adotada pela categoria, os profissionais assistentes sociais que exercem a docência em Serviço Social têm diante de si a responsabilidade de colocar em prática as diretrizes curriculares e garantir, durante a formação dos futuros assistentes sociais, o debate e a reflexão acerca dos valores

profissionais e da compreensão da categoria no que se refere à realidade vivenciada cotidianamente.

Passa a ser ainda de responsabilidade dos docentes dos cursos de Serviço Social, articulados com as iniciativas deflagradas por órgãos representativos da categoria como a ABEPSS e o conjunto CFESS/CRESS, oportunizar aos profissionais que se encontram no exercício do Serviço Social, e que oferecem campo de estágio e supervisão em Serviço Social aos alunos de graduação, a participação nas discussões acerca das possibilidades e limites de efetivação das propostas contidas nas Diretrizes Curriculares e dos princípios fundamentais do Projeto Ético-Político da profissão.

Essa questão é abordada por Helena, que pontua sua concepção acerca da função da formação profissional, que se estenderá até o exercício profissional tanto do futuro assistente social, quanto do supervisor de estágio.

Eu vejo que a dimensão ético-política tem que ser garantida tanto nas disciplinas, na formação, no projeto pedagógico, como temos que fazer com que os alunos percebam ou construam também essa visão nos estágios. Então a preocupação é que eles tenham uma formação totalizante, visando que eles consigam perceber os elementos da Filosofia pra depois verem os fundamentos da ética, (...) a questão da ética profissional, que está articulada com os fundamentos, com os processos de trabalho, que está articulada com a política social, que os princípios éticos são aquilo que vai nortear também a ação. E que a gente possa estender isso aos supervisores de campo. É um trabalho que a gente vem fazendo lá em Fernandópolis de trazer os supervisores para refletirem junto com a gente essa dimensão ético-política. Por que senão a formação dos alunos fica bem fragilizada, por que aí eles ficam em cima de um ponto de vista teórico filosófico, ficam em crise quando vão para o estágio por que vêem a realidade. E cada vez mais isso possibilita que a gente tenha essa dimensão política.

Esta função é perpassada por diferentes desafios, uma vez que o docente deve enfrentar as influências sofridas na sua ação profissional advindas da realidade nacional inserida em um mundo globalizado, da intermediação entre Estado/unidade de ensino/categoria profissional/docente, concretizada através da legislação vigente, além da necessidade de construção da relação a ser estabelecida e estimulada entre docente e alunos, docente e assistente social/supervisor de estágio, docente /instituição de ensino.

Veiga (on-line, 2005, p. 1, destaque do autor) refere que

Zabalza (2004) atribui três funções aos professores universitários: o ensino docência, a pesquisa e a administração em diversos setores da instituição. Acrescento ainda a função de orientação acadêmica: monografias, dissertações e teses. Novas funções agregam-se a estas, tornando mais complexo o exercício profissional.

Como objetivo prioritário de sua ação profissional, o docente deve buscar “formar o homem para que possa enfrentar os desafios da sociedade de forma crítica, consciente, melhor dizendo, de forma humana”. (PEREIRA; PERREIRA, online, p. 3), contribuindo para que o indivíduo se desenvolva como um todo, transformando-se em um profissional maduro e comprometido ética e politicamente.

A assistente social relata a forma como entende o papel do docente na efetivação do projeto pedagógico do curso e na formação do profissional como um todo, extrapolando os limites das disciplinas específicas.

No aspecto da docência, [é necessário que] isso fique claro para os alunos, [que] é um projeto construído pela profissão. É um projeto que rompeu com bases conservadoras, com perspectivas autoritárias e reacionárias e que rompeu também só com a questão da militância, mas que trouxe de fato um aspecto mais político, onde o profissional começa a visualizar, começa a pensar o seu projeto profissional e a sua construção independente da sociedade em que ele vive. E lutar coletivamente, incluir os usuários nesse processo para poder se chegar de fato aos princípios que norteiam o projeto. E dentro da coordenação, é fundamental. Ele tem que estar inserido em todas as disciplinas. Por isso que tem importância você ter um corpo docente articulado, que compreende o projeto pedagógico do curso de Serviço Social onde você consegue garantir o projeto ético-político por que, na minha visão, ele não é garantido só para as disciplinas específicas e nem só para as disciplinas de Ética e Filosofia. Ele tem que ser garantido por todas as disciplinas que fazem parte da matriz curricular. Então tem que ter muita clareza, tem que ter muita seriedade pra você fazer com que de fato que esse projeto seja efetivado tanto na formação profissional, e que esses alunos consigam desenvolvê-lo mesmo nas adversidades da sociedade... Por isso que acho que o docente tem que estar muito integrado com o projeto, com o direcionamento do curso, eu acho que ter um entendimento do que é esse projeto do ponto de vista hegemônico da categoria, por que a gente sabe que ele é hegemônico num primeiro momento, do ponto de vista acadêmico. Mas que os alunos possam perceber isso e conseguir levar essas coisas para o aprimoramento do estágio e depois para o exercício profissional. (Helena)

Pode-se depreender dessa afirmação que a assistente social em questão é detentora de uma significativa clareza acerca da formação profissional, para tanto, há que se formar docentes que correspondam à necessidade de inovação no ensino universitário, buscando

Romper com a forma conservadora de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar;

Reconfigurar saberes, procurando superar as dicotomias entre conhecimento científico e senso comum, ciência e cultura, educação e trabalho;
Explorar novas alternativas teórico-metodologias em busca de outras possibilidades de escolhas;
[Agregar novo] significado [a sua ação] quando exercida com ética.
(VEIGA, on-line, 2005, p. 3)

Tendo em vista que o cotidiano da sala de aula configura-se em um constante desafio a ser enfrentado pelo docente, uma vez que exige deste a capacidade de identificar, decodificar e reinterpretar cada situação que se apresenta, o docente é requisitado a, sistematicamente, questionar seu pensamento e sua prática, agindo reflexivamente dentro de um ambiente dinâmico, tomando decisões e criando as respostas para situações concretas que se estruturam no seu dia-a-dia profissional.

Helena relata as estratégias pedagógicas que adota, visando alcançar tais objetivos, a partir das situações vivenciadas pelos alunos no decorrer da formação.

São duas coisas que eu acho interessantes de fazer com os alunos. Primeiro é problematizar muito com eles. A gente começar a partir da realidade dos alunos ou da realidade dos estágios, partir um pouco de situações mais concretas, e começar a tirar daí várias dimensões. Recorro a filmes, filmes que possam trazer discussões éticas e políticas e que eles possam visualizar isso. E aí vai fazendo a fundamentação. Mas eu sempre gosto de partir daquilo que eles têm de referência, de compreensão das questões que nós vamos estudar. Por exemplo, introduzindo a questão ético-política eu começaria a construir ou desconstruir com eles, retomar com eles o quê que é ética, o quê que envolve valores, moral, questões filosóficas, relações, sociabilidade, a questão do trabalho, consciência das intencionalidades, eu problematizaria com eles um pouco disso. E na questão política também, tentando fazer com que eles entendam mesmo esse binômio. Mas eu não conseguiria fazer isso isoladamente da questão teórico-metodológica e ético-operativa. Porque é uma dimensão. Eu problematizaria e tentaria problematizar com eles essa dimensão, mas sempre buscando as outras... a partir do seu referencial teórico e da perspectiva teórico-metodológica que você tem, e a dimensão ética, ver como é que isso vai sendo operacionalizado... Eu acho que problematizaria e depois entraria com os fundamentos. Eu costumo fazer assim com os fundamentos mesmo. Primeiro eu procuro partir um pouco deles, pra desconstruir um pouco umas pré-concepções que eles têm, que eles trazem.

As estratégias referidas pela docente indicam a habilidade de construir conjuntamente com os alunos a compreensão que se faz necessária para a intervenção do Serviço Social.

Dessa forma, a possibilidade de debruçar-se sobre sua própria atividade profissional e refletir sobre ela pode se mostrar um exercício extremamente proveitoso, já que possibilita o reconhecimento da sua prática como fonte de conhecimento que lhe é próprio e passível de reconstrução sistemática.

Segundo Grillo (2000, p. 75) referindo Zabalza (1994), no esforço de interpretar a atividade que desenvolve, o professor vai produzindo uma teoria original e organizando um corpo específico de conhecimentos – o conhecimento prático profissional.

O processo de aceitação do conhecimento prático profissional como valioso e necessário representa uma reação à concepção que prega a existência exclusiva de duas áreas de conhecimento para o exercício da docência: o conhecimento acadêmico, dos conteúdos específicos e organizados e o conhecimento didático-pedagógico, específico sobre as formas de ensinar.

O posicionamento de Helena denota seu entendimento sobre a responsabilidade do docente enquanto formador de opiniões e construtor de concepções.

E o aluno tem uma identificação muito grande com a postura que você trabalha e com a postura teórica que você vivencia, eu acho que é uma questão e que isso vai rebater. De acordo com o direcionamento que você tem para as questões do curso, eu acho que [o papel do docente] é importantíssimo.

O conhecimento prático profissional envolve tanto o conhecimento acadêmico e o conhecimento didático-pedagógico, quanto o conhecimento cotidiano experiencial, resultado da acumulação de saberes a partir da experiência e do senso comum e o conhecimento filosófico, que possibilita uma análise crítica do conteúdo a ser trabalhado em sala de aula, análise esta que deve estar fundamentada nas diferentes visões de homem e de mundo dos demais conhecimentos e que trazem dentro de si as diversas posturas e entendimentos trazidos e intercambiados no ambiente da sala de aula,

O conhecimento prático-profissional se vale de todos esses tipos de conhecimento e deles necessita. Articula-os de forma original e idiossincrática, uma vez que a esses se integram teorias implícitas e explícitas, experiências e valores pessoais, rotinas e esquemas de ações particulares aceitos pelos docentes após reflexão. (GRILLO, 2000, p. 76)

A partir dessa premissa, entende-se a ação docente perpassada por este tipo de conhecimento construído no cotidiano de forma dinâmica e fundamentado na teoria gestada tanto na academia, quanto na realidade.

Quando questionada sobre a prática e a postura do docente e seu rebatimento no exercício do futuro profissional, Helena reforça a conjectura da indissociabilidade entre a o conhecimento teórico e a vivência profissional cotidiana do docente e afirma:

Os alunos, a maioria, ainda está em processo de amadurecimento teórico, reflexivo e por ser um curso que vai mexendo muito com a concepção que os alunos já trazem, é mais difícil você ver alunos que já vem com uma perspectiva crítica, uma leitura de realidade diferente, que consegue analisar melhor a conjuntura... E hoje o perfil dos alunos de Serviço Social, pelo menos dos alunos das duas unidades em que eu tenho trabalhado, são perfis de alunos que tem muita dificuldade de análise e interpretação da realidade, de análise e interpretação de texto, de você entender. Acho que o papel do docente é fundamental... Quando eu vou discutir com os alunos eu me preocupo muito com que eles analisem a realidade de fato. Eu não tenho a intenção de chegar lá e fazer com que eles internalizem os princípios ético-políticos e que eles decorem, quero que eles percebam que é uma realidade contraditória, que eles já estão nos campos de estágio e que eles já vivenciam situações onde eles têm que responder, mas não têm recurso, então sempre parto e sempre me remeto um pouco à Yamamoto. A gente tem uma autonomia relativa, nós também vendemos a nossa força de trabalho e nós estamos inseridos, apesar da nossa consciência, nossa perspectiva crítica, a gente tem uma autonomia relativa. E a gente, a partir disso, tem que criar estratégias, condições, mobilização e articulação. Então a minha preocupação é que a referência que eles tenham de um professor seja de um professor que tenha e que possa construir com eles para uma formação realista. Da realidade que eles, de fato, vão exercer. Por que se eles ficarem só com a perspectiva crítica, o radicalismo, e não conseguirem transformar isso no exercício profissional, eu acho que o rebatimento vai ser um rebatimento insuficiente. Eu acho que pelas experiências profissionais que eu já tive, que o rebatimento da nossa profissão recai neles, eu vejo que há profissionais que, se não tiverem uma perspectiva profissional clara, se não compreenderem e se não refletirem, não vão conseguir fazer essa vinculação. Então a preocupação é que ele de fato vivencie, ele reflita, ele questione, ele reconstrua, e que ele saiba que isso tem de fazer parte do exercício profissional dele. Acredito que há sim rebatimento... Eu não sou neutra. Acho que isso já fica claro. Não há neutralidade, fica claro o posicionamento que eu tenho, posicionamento teórico, posicionamento ético e que isso tem que estar presente no exercício profissional. Eu acho que pode garantir rebatimento sim, lá no exercício profissional.

Esta ação profissional parte do pressuposto do docente como profissional detentor de autonomia intelectual, como ser com capacidade de reflexão e promoção de mudanças, que reconhece seu compromisso com os propósitos educativos e éticos mais amplos e que, extrapolando a estrutura da sala de aula tem consciência do seu papel como formador de opinião e das possibilidades que

são inerentes da sua prática, no que concerne a construção de uma nova ordem societária.

Para que esta possibilidade se concretize, faz-se necessário que sejam estabelecidas relações pedagógicas, que contenham o vínculo implícito em toda a prática educativa libertadora (não autoritária, compreensiva, comunicante) como definiu Paulo Freire, e que requerem a superação de posições de superioridade e submissão, que freqüentemente se fazem presentes na relação docente/aluno.

Segundo Patto (1981, p. 346), na relação pedagógica o que se aprende não é tanto o que se ensina (o conteúdo), mas o tipo de vínculo educador-educando que se dá na relação.

Esse vínculo associado às estratégias adotadas na construção dos conceitos e articulação com a realidade oportunizarão a compreensão e absorção dos valores, princípios e propostas apresentadas pelo professor, baseado nos preceitos da profissão.

Eliana também aponta a metodologia de que lança mão para trabalhar o conhecimento teórico junto aos alunos, que deve embasar a compreensão da realidade e, em decorrência dela, a intervenção profissional.

Eu busco sempre estar associando o que a gente tem de debate na profissão com a realidade para que o aluno perceba que é possível, que o projeto ético político não é utópico. O que eu tenho visto com os alunos é eles objetivarem dentro do seu cotidiano, senão começa a ficar um projeto ético político [distante, restrito] a discussão dele... O projeto ético político está aqui para ser efetivado e a gente consegue objetivá-lo e até mesmo reconstruí-lo se a gente observar que tem algumas questões que de fato não se fazem possíveis, se não [é possível] ser objetivado no nosso dia a dia, vamos debater, vamos reconstruir. Mas não tem como dizer que ele não dá certo se a gente não experimentar.

A partir do estabelecimento deste vínculo, ao docente universitário caberá desenvolver de forma indissociável as atividades de ensino, pesquisa e extensão, contidas e previstas no projeto pedagógico do curso ao qual se encontra ligado.

Helena, que desempenha a função de docente e de coordenadora de curso relata sua vivência profissional:

Na experiência docente e na experiência de coordenação também, há uma grande preocupação de que os alunos saiam compreendendo de fato o que é essa dimensão. E como é que eles vão visualizar isso, como é que eles vão entender isso, pensando na articulação das disciplinas e nas matérias

que eles vêm, articulada à pesquisa, articulada à iniciação científica, à extensão e ao estágio.

A integração destas três instâncias da formação profissional permite que sejam articulados pelos futuros assistentes sociais os componentes curriculares trabalhados, os projetos de pesquisa e os projetos de intervenção elaborados, juntamente com as pesquisas realizadas.

Elisa refere sua experiência na docência e destaca as formas encontradas para possibilitar esta articulação.

Costumamos trabalhar com teoria e um pouco de prática. A gente tenta tirar do aluno, aquilo que ele sabe, o pouco que ele sabe para a gente ter uma noção, para saber o que tem que oferecer. A dificuldade é grande e tem muitas falhas do sistema educacional. Ele vem com muita dificuldade, não só eles, mas eu também sou fruto desse sistema. A gente tenta trabalhar teorias, grupos, seminários para que possam falar e se expressar. Utilizo alguns vídeos dependendo da matéria, do tema e a questão maior é dos grupos, entenderem que o Serviço Social hoje precisa ser trabalhado em grupo, para tirar aquela imagem que o assistente social resolve tudo, faz tudo e ele é responsável por tudo. Quando eu trabalho com planejamento, e depois a gente fala de projetos sociais, a gente tem a questão da elaboração de um projeto que é uma das principais ferramentas hoje para todo tipo de gestor e hoje o Serviço Social trabalha o tempo todo com projeto. [A oportunidade] deles discutirem as idéias, respeitar a idéia do outro, e a gente percebe que é muito difícil no início. A gente tenta capacitar para esse tipo de situação que será desenvolvida o tempo todo lá fora.

Através da análise dos dados coletados junto às assistentes sociais participantes da pesquisa, é possível observar tanto o compromisso assumido e quanto o investimento feito pelas mesmas, com vistas a contribuir para a implantação das diretrizes curriculares e garantir a qualidade da formação profissional em Serviço Social.

Este compromisso pressupõe uma compreensão mais ampla e profunda da realidade em que se encontra inserido o profissional e envolve um posicionamento ético que requer um constante questionamento acerca de sua própria atuação, enquanto docente.

PARTE 2

**AS DIRETRIZES CURRICULARES COMO ESTRATÉGIA PARA A
CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL**

Tratar de ética pressupõe, necessariamente, refletir sobre o ser humano, suas relações, valores, interesses e comportamentos.

O ser humano em si e sua existência vêm intrigando o homem há 25 séculos, quando a humanidade inicia sua jornada rumo ao conhecimento, através do questionamento acerca de temas considerados fundamentais, passando a desenvolver a chamada atitude filosófica.

O pensamento grego trilhou caminhos já conhecidos por outras civilizações da Antiguidade, como as civilizações orientais, no entanto foi a Grécia Clássica o berço do que hoje conhecemos como filosofia: a inquietação mental que leva o homem a adotar sistematicamente a racionalidade na busca de respostas objetivas às questões voltadas para o aprofundamento de sua capacidade de compreensão do mundo que o cerca.

Ao procurar extrapolar a entendimento da vida cotidiana, a filosofia busca desmistificar idéias e conceitos oriundos do senso comum.

2.1 Sobre Ética e Moral.

Etimologicamente, a palavra filosofia provém do grego *philia* (amizade) e *sophia* (sabedoria), significando, portanto, amizade pela sabedoria, no entanto esta busca pela sabedoria não deve ser considerada totalmente desinteressada.

Quando pergunta sobre o significado das ações e relações humanas, a filosofia demanda uma vinculação com as necessidades sociais e com as finalidades sociais do contexto onde se encontra inserida.

Ao proceder a análise de determinada sociedade e seu modo de vida, o filósofo o faz a partir do conjunto de valores a que está vinculado.

Tendo em vista que todo processo de análise é influenciado pelas proposições socialmente aceitas, em diferentes contextos histórico-sociais, inscritos no tempo e no espaço, a filosofia valoriza a realidade que analisa e critica.

Segundo Heller (1983, p.31 apud BARROCO, 2000, p. 15) “toda filosofia oferece uma forma de vida; toda filosofia é a crítica de uma forma de vida e, ao mesmo tempo, sugestão de outra forma de vida”.

A capacidade de valorar determinada pessoa, objeto, situação ou comportamento é um atributo eminentemente humano.

Partindo da premissa de que, ao ter contato com algo, o homem estabelece, imediatamente, um juízo de realidade acerca daquele objeto ou pessoa, identificando-a, descrevendo-a, ou seja, definindo-a a partir do seu conhecimento prévio do real; imediatamente, este homem passa a estabelecer um juízo de valor, que lhe permite criar uma classificação entre positivo e negativo, bom ou mau, certo ou errado, de acordo com suas necessidades, interesses e preferências, definindo o seu valor.

Sendo assim, atribuir valor a alguma coisa é não ficar indiferente a ela, podendo depreender-se que a não-indiferença é a principal característica do valor.

Ao conhecer e não permanecer indiferente, este homem sempre é afetado pelo que conhece de alguma forma.

Para elaborar um projeto de vida ou um projeto de sociedade, os homens priorizam certos valores e escolhem o que é melhor, segundo seu entender, orientando seus atos a partir das suas opções, visando atingir seus objetivos.

Sendo assim, em consequência da valoração são definidas regras para as ações cotidianas individuais ou coletivas.

Os valores não são coisas, resultam das relações que os seres humanos estabelecem entre si e com o mundo no qual estão inseridos. Estes mesmos valores são, em parte, herdados da cultura e nossa primeira compreensão da realidade se baseia nos valores da família, do grupo e do meio social a que pertencemos.

A moral que, enquanto estratégia criada pelo homem, origina-se da necessidade de socialização e da convivência social, visando nortear a vida em sociedade, encontra-se ligada aos valores, possuindo uma “função integradora; estabelece uma mediação de valor entre o indivíduo e a sociedade; entre ele e os outros, entre sua consciência e sua prática”. (BARROCO, 2006, p. 43).

Por sua natureza social, a palavra moral, que é originária do latim “mos”, “mores”, significa costume e é definida por Vasquez (2001, p. 23) como

[...] um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos e entre estes e a comunidade. Estas normas, de caráter histórico e social, devem ser acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima e não de maneira mecânica e impessoal.

Esta definição pressupõe que tanto os valores, quanto a moral sejam instituídos socialmente em determinada comunidade a partir do que é considerado

positivo para a coletividade, no entanto, há a necessidade de que os membros do grupo respeitem tais normas, enquanto deveres, que são aceitos subjetivamente por sua consciência moral.

Para que estas as morais sejam aceitas, estas devem atender às necessidades sociais e serem consideradas corretas e justas.

Se a moral é estabelecida a partir da necessidade do homem em definir os padrões de conduta socialmente aceitos em determinado grupo ou sociedade, esta deriva do conjunto de valores que norteiam este grupo, no que diz respeito ao que é considerado importante.

Em função de sua capacidade de estabelecer valor, os homens qualificam positiva ou negativamente suas relações de acordo com o conjunto de necessidades históricas, que são relativas à suas condições e a realidade concreta em cada momento histórico.

Estes valores variam conforme o povo e a época e, conseqüentemente, as regras morais, que são fruto dos valores instituídos socialmente também variam; uma vez que a moral pode ser entendida como “um ethos que expressa a identidade cultural de uma sociedade, de uma classe, de um estrato social, num determinado momento histórico.” (BARROCO, 2006, p. 43).

Contudo, apesar de variarem de conteúdo, todas as sociedades têm a necessidade formal de costumes morais para que continuem a subsistir, mantenham sua integridade e se desenvolvam.

Pressupõe-se então que, ao variarem no tempo e no espaço, os valores contribuem para que também a moral se transforme, assim como a ética.

Cotidianamente, ética e moral são termos utilizados como sinônimos, no entanto etimologicamente e conceitualmente são diferentes entre si, apesar de estarem significativamente ligadas.

A palavra ética provém do grego “ethos”, que significa lugar, moradia, caráter, mentalidade, modo de ser ou modo de vida.

Ainda segundo Vasquez (2001, p. 24) a ética consiste na “teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”.

A partir dessas observações, pode-se concluir que ética e moral são complementares entre si, já que a moral consiste no objeto de estudo da ética.

O mesmo autor afirma que tanto “ethos” (modo de ser) como “mos” (costume) indicam um tipo de comportamento propriamente humano que não lhe é natural, o homem não nasce com ele como se fosse um instinto, sendo “adquirido ou conquistado por hábito”, no decorrer de sua vida em sociedade.

Portanto, ética e moral, pela própria etimologia, dizem respeito a uma realidade humana que é construída histórica e socialmente a partir das relações coletivas dos seres humanos nas sociedades onde nascem e vivem. Uma vez que a necessidade social da moral é oriunda do processo de desenvolvimento da sociabilidade humana.

Segundo Morin (2005, p.19),

[...] a ética manifesta-se para nós, de maneira imperativa, como exigência moral, o seu imperativo origina-se numa fonte interior ao indivíduo, que o sente no espírito como a injunção de um dever. Mas ele provém também de uma fonte externa: a cultura, as crenças, as normas de uma comunidade.

Tomando por base a afirmação de que a consciência moral do homem consiste na dimensão individual e coletiva da moral, pode-se inferir que o reconhecimento da existência do outro e da necessidade relacional do homem possibilita a consciência moral.

Morin (2005) refere que esta consciência está fundamentada no princípio da exclusão, expresso pela noção de egocentrismo do homem, que o situa no centro do seu mundo e no princípio da inclusão que reconhece a existência do outro e permite que esse outro seja incluído no mundo do sujeito.

Dentro desta mesma perspectiva, Comparato (2006, p. 461) afirma que a consciência humana possui uma dimensão individual e uma dimensão social, sendo que a dimensão individual da consciência humana resulta do fato de que “cada qual possui uma identidade singular, inconfundível com a de outro qualquer e, por isso mesmo, insubstituível”, enquanto que a dimensão social desta consciência configura-se na impossibilidade deste homem de sentir-se ou enxergar-se como um ser isolado no mundo.

Portanto, este homem para ser considerado sujeito deve reconhecer sua humanidade e a existência do outro como semelhante em desejos, expectativas e direitos a serem respeitados e atendidos, ou seja, “ser sujeito é associar egocentrismo e altruísmo” (MORIN, 2005, p.21).

Este homem passa a ser denominado sujeito moral por intuir os valores como fruto da intersubjetividade, da sua relação com os outros seres humanos.

Se intuir o valor é descobrir aquilo que convém à sobrevivência e felicidade do sujeito na medida em que pertence a um grupo, a constituição do sujeito moral está ligada à sua consciência moral.

Dessa forma, pode-se afirmar que a moral consiste em uma “relação entre o indivíduo singular e as exigências genérico-sociais.” (BARROCO, 2006, p. 43)

Sendo assim, o sujeito solitário não se transforma em sujeito moral, mas o sujeito moral é aquele que, pela descoberta e reconhecimento do outro, de cada ser humano, se descobre a si mesmo.

A filosofia grega ao refletir sobre a existência humana, relaciona a capacidade racional do homem com o domínio da natureza e construção de um mundo de liberdade, vinculando assim, a ética não somente aos costumes, mas também à racionalidade e à liberdade.

Aristóteles, em *Ética à Nicômaco* (apud COMPARATO, 2006), afirma que o fim de todo ser humano é o bem maior, a felicidade, por ele entendida como o bem viver e o bem conviver, e a ética seria a forma possível de alcance desse bem maior.

Portanto, viver eticamente requer do homem o reconhecimento da sua incompletude enquanto ser humano, que sobrevive, se desenvolve e se reconhece em sua humanidade a partir da convivência com seus pares, ou seja, no convívio social.

Comparato (2006) à luz da perspectiva de Kant refere que a dignidade do homem está estreitamente ligada à sua capacidade de viver com autonomia, de experimentar a liberdade e a responsabilidade, que dela deriva.

Tendo em vista que a liberdade não é alguma coisa dada, mas resulta de um projeto de ação, é na prática que se constrói a liberdade, a partir dos desafios que os problemas da existência apresentam ao homem.

Por possuir a capacidade de escolher conscientemente as finalidades de suas ações, o homem, quando busca as soluções, na perspectiva da liberdade, para os desafios enfrentados no decorrer de sua vida, necessita de imaginação criadora e consciente de si e das condições determinantes da realidade, na qual se encontra inserido. Já que as finalidades podem se mostrar boas ou más, as decisões tomadas e os atos decorrentes delas exigem a consciência das possíveis conseqüências advindas das mesmas.

O homem como ser capaz de, por sua vontade racional, guiar-se pelas normas que dita, constitui-se em um ser autônomo. Uma vez que, ao reconhecer as forças que atuam sobre ele, é capaz do exercício da vontade transformadora da natureza e de si próprio.

É através da autonomia, que o homem é capaz de deliberação, de organizar as próprias regras, de decidir sobre seus atos; sendo assim, a liberdade ética diz respeito a este homem, enquanto sujeito moral, capaz de decidir com autonomia em relação a si mesmo e aos outros.

O sujeito moral, enquanto agente consciente de suas escolhas deve responder perante os demais pelas conseqüências de seus atos, o que caracteriza a responsabilidade inerente à liberdade.

Comparato (2006, p. 463), a partir do pensamento de Aristóteles afirma que só o homem é, pela sua própria essência, um ser ético, que tem consciência do bem e do mal, capaz das maiores crueldades e vilanias, assim como dos gestos mais heróicos e sublimes.

Tendo em vista que a consciência do bem e do mal se manifesta também como realidade social e não somente a partir de aspectos da individualidade do homem, a moral cumpre uma função que é também ideológica, pois pode assumir o papel de reprodutora de valores e interesses que não atendam às necessidades coletivas.

Barroco (2006) salienta que, por fazer parte fundamental da vida cotidiana, a moral depende da repetição constante das normas para que se transformem em hábitos e costumes, sendo, na maioria das vezes, fruto da subjetividade que as incorpora acriticamente e não necessariamente resultado de uma adesão consciente, que tenha ocorrido em função do reconhecimento da existência de alternativas e de uma reflexão crítica, o que implica em um exercício de liberdade.

Se a moral é resultado da capacidade humana de elaborar, reproduzir determinados comportamentos, de forma consciente ou não, a ética torna possível que sejam construídos questionamentos e realizadas reflexões sobre eles, chegando a transformá-los, em razão do reconhecimento da existência do outro e da necessidade de interação em sociedade.

Estas perspectivas devem ser trabalhadas no decorrer da formação profissional, visando contribuir para a construção e reconstrução do entendimento do

seu entendimento acerca das relações estabelecidas entre os homens em sociedade.

No entanto, no que diz respeito aos valores, concepções e princípios éticos, as entrevistadas, na sua totalidade referem uma significativa defasagem ocorrida na sua formação profissional, no que concerne ao conteúdo das disciplinas de ética e ética profissional.

Eu peguei um curso iniciando, peguei uma 4ª turma... claro que os aspectos éticos eles perpassavam todas as disciplinas, de alguma forma, mas ética, projeto ético eu não cheguei a ver, ficou bem vago na minha formação, porque na época a professora que ministrava teve alguns problemas, um afastamento, então ficou muito vago. Eu tive que correr muito atrás. (Agnes)

[Na graduação] a Ética [estava] bem dissociada da Filosofia. Eu lembro que o professor de Filosofia não conseguia fazer... Não deu pra deixar uma articulação pra quando a gente fosse estudar Ética Profissional. Por outro lado, a professora de Ética era uma pessoa que estava na militância política, tinha um engajamento junto ao Conselho Regional de Serviço Social, então isso fazia com que a gente pudesse compreender melhor. Mas eu avalio que foi... digamos que a discussão foi muito incipiente. Nós não estudamos projeto ético-político, nós vimos todos os códigos de ética isoladamente do contexto histórico-político, depois, na pós, a gente vai recuperando um pouco essas questões. Foi onde eu pude compreender melhor o debate da construção do projeto ético-político do Serviço Social. Então [na graduação] eu vi uma ética pela ética. Não uma ética pautada por esses princípios. (Helena)

A dimensão ética da profissão na minha graduação eu vejo que sempre foi muito clara a medida que nós tínhamos ali todo um direcionamento do que é o nosso projeto ético político, então a questão dos princípios básicos, princípios fundamentais, as questões da liberdade, democracia, justiça e equidade e etc., as disciplinas em um todo propiciavam essa reflexão para a turma. Na minha graduação nós não tivemos a disciplina ética para tratar especificamente o nosso código ou nosso projeto ético político. Tivemos sim a disciplina ética, mas ela trazia mais a fundamentação, a questão filosófica da ética, mas não o nosso projeto ético político propriamente dito, mas as disciplinas em um todo traziam essa discussão. Então nesse sentido eu vejo que o curso ofereceu para a gente um embasamento ético, político, técnico, operacional, além do teórico metodológico. (Eliana)

É possível observar que as assistentes sociais participantes da pesquisa, buscaram preencher a lacuna existente no que se refere a concepção e o referencial teórico filosófico da profissão e puderam construir sua concepção de ética dentro da perspectiva da teoria crítica, superando e extrapolando as limitações encontradas.

Quando a gente pensa na Ética e mesmo na Ética profissional, a gente pensa nos fundamentos mais vinculados à Filosofia. A perspectiva mais crítica. Fundamentos mais vinculados à teoria marxista. A gente começa a falar em ética quando percebe a sociabilidade dos seres, a questão do ser histórico e social, é uma ética para além da normatização dos valores e da moral, mas numa perspectiva que a gente possa ter essa questão da liberdade, de construir essa liberdade, porque ela não está ao nosso alcance, a gente não tem tanta liberdade, mas a partir de um processo de consciência. Então essa questão do ser social, da consciência que ele adquire. O trabalho que ele realiza, as ações que ele realiza e projeta. E vinculadas às reflexões que ele vai fazendo no mundo, na sociedade que ele vive, nesse contexto. (Helena)

A clareza dessa compreensão se mostra fundamental no exercício da docência, uma vez que consiste em uma dos requisitos imprescindíveis para a efetivação dos princípios que fundamentam a formação do assistente social e devem estar presentes cotidianamente na sua intervenção profissional.

2.2 A Ética profissional.

A ética constitui-se em um instrumento para a crítica da moral do seu tempo e transforma-se em possibilidade para a construção de um novo projeto de sociedade, quando disponibiliza a oportunidade de escolha dos indivíduos, baseada na liberdade e na consciência ética.

A reflexão ética se dá em um espaço específico de reflexão sobre o modo de ser constitutivo do homem como ser ético, racional, capaz de escolher valores e ações que conduzam à liberdade, entendida como um bem a ser construído e garantido a todos os homens.

Segundo Barroco (2006, p. 54)

A reflexão ética é construída, historicamente, no âmbito da filosofia, tendo por objeto a moral supõe a suspensão da cotidianidade; não tem por objetivo responder às suas necessidades imediatas, mas sistematizar a crítica da vida cotidiana, pressuposto para uma organização da mesma para além das necessidades voltadas exclusivamente ao “eu”, ampliando as possibilidades de os indivíduos se realizarem como individualidades livres e conscientes.

Dentro dessa perspectiva, a ética assume diferentes características, a partir de sua natureza, uma vez que busca atender a diferentes demandas oriundas da sociedade sobre a qual volta seu olhar e debruça seu interesse.

Dessa forma, enquanto ciência, a ética busca explicar como ocorrem e em que condições se manifestam os fatos, as ações e os processos éticos. A ética científica estuda os fenômenos e fatos éticos, que explicam ou justificam leis, regras e normas que atuam no relacionamento e no procedimento humanos.

Já na perspectiva filosófica, como filosofia moral, a ética pode ser definida como o ramo da filosofia que estuda e avalia a conduta e o caráter humanos a partir dos juízos de valor elaborados por determinada sociedade. Enquanto atividade filosófica, ao estudar as normas e as leis, a ética procura explicar porque ocorrem ou como devem ocorrer as relações sociais entre os homens, estudando os princípios que possibilitam a distinção do bem e do mal, do certo e do errado, do correto e do incorreto.

A ética especulativa procura as causas geradoras dos fenômenos éticos, por meio das quais possa quantificar e avaliar estes fenômenos, atribuindo-lhes juízos de valores moral, ou seja, valor segundo os costumes e tradições socialmente construídos.

Já a ética descritiva pretende descobrir e descrever os fenômenos sociais que dão suporte às leis, que sustentam as crenças e os credos, procurando estabelecer as relações causais entre eles.

A ética, em sua natureza normativa, apresenta-se como base para a ética profissional, uma vez que, mais do que prescrever regras e leis, busca enunciar as normas que assegurem que a sociedade atinja seus objetivos. Apóia-se em razões morais decorrentes dos costumes e das experiências anteriores.

Conceitualmente, a ética profissional é definida como “um modo particular de objetivação da vida ética” (BARROCO, 2006, p.67), ou seja, consiste na aplicação da ética geral no campo das atividades profissionais, tendo em vista que o profissional deve estar imbuído de determinados princípios ou valores próprios do ser humano para vivê-los nas suas atividades de trabalho; valores estes que agregam ainda os valores pessoais, familiares e culturais que formatam o homem.

Estruturalmente, a ética profissional exige a *deontologia*, o estudo dos deveres específicos que orientam o agir humano, no seu campo profissional e a *diciologia*, que consiste no estudo dos direitos do profissional ao exercer suas atividades.

Assim como a ética é intrínseca à natureza humana, a ética profissional se explica pelo fato de a pessoa fazer parte de um grupo que desenvolve determinado agir na produção de bens ou serviços demandados pela sociedade na qual está inserida.

Este grupo, aqui entendido como categoria profissional, elege valores considerados prioritários e fundamentais pelo conjunto de profissionais, devendo ser adotados por todos aqueles que passam a exercer a referida profissão.

O *ethos* profissional configura-se dessa forma, em uma postura diante de expectativas e necessidades coletivas e as escolhas profissionais na sua ação concreta na realidade social.

Sendo assim, se espera que o profissional interiorize e vivencie os princípios éticos definidos pela categoria profissional, os quais estarão suscetíveis a questionamentos e conflitos com os valores pessoais de cada profissional.

Os valores pessoais se fazem presentes inclusive no momento da opção pela profissão, uma vez que as assistentes sociais entrevistadas referem que ao ingressarem na graduação em Serviço Social tinham clareza acerca da profissão e do seu exercício profissional, sendo possível observar que sua opção foi consciente.

E Serviço Social eu conheci no teste vocacional com a psicóloga, ela que me apresentou essa profissão, me colocou várias revistas que tem as profissões, os cadernos dos vestibulandos e foi por onde eu comecei a pesquisar mais sobre o Serviço Social e me apaixonei e já entrei na graduação consciente do que era a profissão em termos do que eu tinha pesquisado depois do teste vocacional. E foi isso que me levou a seguir a profissão, principalmente por entendimento da questão dos direitos sociais e direito de justiça que lá atrás já me foi apresentado, diferente de muitos alunos nossos que chegam aqui por conta da ajuda, da caridade. Não foi isso, eu entrei com uma clareza. (Eliana)

Bom, em primeiro eu sempre gostei da área de Humanas. Mas fui fazer [um curso na área de] Exatas. Fiz dois anos de Matemática e aí desisti. Eu conheci duas assistentes sociais e comecei a conversar sobre Serviço Social, conversar com elas, e num primeiro momento elas me perguntaram: 'Você gosta de pobre? Essa é uma profissão que trabalha mais com pobre'. Mas um dia, eu fui, inclusive, na casa dessa pessoa e fui saber. Ela me mostrou os materiais, foi falando melhor o que se estudava, que tinha uma parte de Política, Direito, estudava-se Sociologia e tal... E eu fui começando a me identificar com as disciplinas que ela tinha estudado. Daí eu fiz o vestibular, passei, e comecei a cursar. (Helena)

Acho que foi a influência. Contato com assistente social. Conhecia uma assistente social e acho que me identifiquei. (Agnes)

Acho que foi a influência. Contato com assistente social. Conhecia uma assistente social e acho que me identifiquei... Trabalhei muito com Pastoral da Juventude na igreja. Também fui para o Lar São Vicente de Paula, que é um asilo. Lá tinha uma assistente social, tinha equipe técnica. Acho que ajudou muito, contribuiu para a escolha... O meu estágio foi na LBA, um pouco antes, aos 16 anos, e isso me chamou a atenção e a partir daí eu sempre quis o Serviço Social, embora eu começasse fazendo Administração, pois não havia na região. E depois que foi implantado em São José do Rio Preto. Eu sou da terceira turma, então deu tempo de fazer dois anos aqui e começar Serviço Social em Rio Preto. (Elisa)

As razões apresentadas para esta opção encontram-se voltadas para a identificação pessoal, mais especificamente a identificação pelas temáticas estudadas durante a graduação, e as questões discutidas e trabalhadas na intervenção profissional.

Pode-se concluir que o fato das entrevistadas terem escolhido fazer o curso e optado por seguir a carreira de assistente social está vinculado a valores e princípios anteriores ao ingresso na graduação, correspondendo a expectativas internas que podem estar ligadas a projetos de vida pessoal, da militância política, envolvimento com projetos sociais e movimentos religiosos.

Barroco (2006) refere que as determinações da ética profissional influenciam, assim como antecedem a escolha profissional, uma vez que a atuação enquanto profissional requer um posicionamento e o conseqüente compromisso deste com os princípios eleitos como fundamentais pela categoria profissional.

O surgimento das profissões, dentro da divisão sócio-técnica do trabalho, em resposta às necessidades sociais e às formas de organização de cada sociedade, traz dentro de si os valores morais, as normas e princípios éticos legitimados socialmente, os quais são sistematicamente confrontados com a expectativa da própria categoria profissional em relação ao seu papel frente ao cotidiano.

Diante dessa realidade, pode-se depreender que a ética profissional por ser perpassada por conflitos e contradições, que refletem no seu interior o embate entre as instâncias específicas da profissão e as instâncias mais gerais da vida social, deve possuir a capacidade de transformar-se, baseada tanto nas normas específicas de cada profissão como nas demandas da sociedade, que rebatem no exercício profissional.

Para tanto, são construídos os códigos de ética profissional que, inseridos no campo da ética profissional, têm seus objetivos voltados para a elaboração dos princípios ético-filosóficos, a orientação quanto à conduta profissional no exercício da profissão, a fiscalização e o disciplinamento no que diz respeito às ações profissionais.

Em relação aos princípios, que fundamentam a ação profissional, os códigos de ética visam oferecer aos profissionais as diretrizes ético-filosóficas e legais para atuação em sua área de formação, devendo estas ser elaboradas e aceitas pela categoria.

No âmbito da orientação, da disciplina e da fiscalização, oferecem a estruturação e sistematização das exigências éticas para o exercício da profissão.

No que diz respeito à conduta profissional, estabelecem parâmetros variáveis e relativos que demarcam aquilo que a categoria considera adequada na perspectiva ética; e no que concerne aos atos praticados pelo profissional, garantem que os interesses dos usuários sejam amparados e respeitados.

Segundo Korte (1999) os códigos de ética por si só não têm o poder de tornar melhores os profissionais, nem tão pouco garantir os direitos dos usuários de seus serviços, na verdade, têm a função de apresentar princípios e orientações para o comportamento do profissional.

Por não esgotarem o conteúdo e as exigências de uma conduta ética de vida ou no decorrer da ação profissional, não necessitam expressar a forma mais adequada de agir numa circunstância particular, uma vez que contém as diretrizes filosóficas, éticas e legais definidas pela categoria profissional como fundamentais para sua inserção na sociedade.

É necessário que o profissional adote uma postura durante o exercício da profissão baseada na reflexão ética, que lhe permita extrapolar a prescrição literal contida no código de ética profissional, passando a compreender e vivenciar a razão básica das determinações nele apresentadas.

Tendo em vista que os códigos de ética profissional são elaborados baseados em valores morais e princípios éticos socialmente aceitos e visam atender demandas da sociedade, em determinado momento histórico, os mesmos devem ser sistematicamente revistos e promulgados a partir da realidade social de cada época e lugar.

Segundo Barroco (1999, p. 143), no interior da categoria de assistentes sociais, a ética profissional constitui-se em

[...] uma dimensão da profissão vinculada organicamente às dimensões teórica, técnica, política e prática. A esfera teórica trata das orientações filosóficas e teórico-metodológicas que servem de base às concepções éticas profissionais, com seus valores, princípios, visão de homem e sociedade. A esfera prática diz respeito: a) ao comportamento prático individual dos profissionais relativo às ações orientadas pelo que se considera bom/mau, aos juízos de valor, à responsabilidade e compromisso social, à autonomia e consciência em face das escolhas e das situações de conflito; b) ao conjunto das ações profissionais em sua organização coletiva, direcionada teleologicamente para a realização de determinados projetos com seus valores e princípios éticos. A esfera normativa expressa no Código de Ética profissional, exigido por determinação estatutária, de todas as profissões liberais. Trata-se de um código moral que prescreve normas, direitos e deveres e sanções determinadas pela profissão, orientando o comportamento individual dos profissionais e buscando consolidar em determinado projeto profissional com uma direção social explícita.

Na formação profissional esta dimensão tem sido considerada de extrema importância, mesmo antes da implantação das diretrizes curriculares na sua íntegra, conforme afirmam as assistentes sociais, no que se refere a sua graduação, que deixou a desejar no que concerne à fundamentação ética e a discussão acerca do Código de Ética Profissional e o Projeto Ético-Político da profissão:

Houve muitas falhas, e hoje a gente tem essa noção. Na época [1992], nós não tínhamos, não sabíamos analisar. Hoje existem coisas na grade que a gente nunca ouviu falar na nossa formação. Principalmente o projeto ético. Já existia, mas não deu tempo. Era muito novo. Não contemplou. Falava-se do projeto, mais nada. Tem horas que a gente cobra do aluno algo que a gente também [não teve]. Por não ser da disciplina que a gente atua. Eu vim conhecer depois com a leitura de texto, revista Serviço Social e Sociedade, mas na época a gente não teve esse tempo de estudá-lo, apesar de ter a disciplina de ética. Nós tivemos um problema com a professora. Ela ficou doente, ficou de licença um tempo, comprometendo o conteúdo... Não era definido dentro do conteúdo, mas era trabalhado com alguns professores, mesmo porque tem a interdisciplinaridade. Querendo ou não você tem... Então a gente viu ética, falou a questão da postura, mas não direto como deveria ser. Não deu para sentir isso na época não. A ponto que, eu particularmente tenho muitas falhas na formação e eu sei disso. A gente tem essa dificuldade. E por eu não ser professora da disciplina, nunca ter dado [essa disciplina], então a gente acaba não se aprofundando nela, não estuda tanto e você sente muita dificuldade depois. (Elisa)

Quando eu assumi essa disciplina de ética, quando eu vim para docência, comecei do zero. Eu tive muita dificuldade. Eu tive que correr atrás para buscar, porque realmente foi uma fase [em que não havia a discussão], em decorrência até dessa grade muito antiga, mas já havia como sempre teve na grade a disciplina de ética, mas o código de ética, o novo, ele foi aprovado em 1993, foi quando eu ingressei na faculdade. Então era uma

coisa muito nova. Hoje, analisando minha [formação], eu não consigo identificar [a dimensão ético-política]. (Agnes)

Apesar de não ter as diretrizes [implantadas], tive algumas disciplinas que [abordavam] essa dimensão ética e política ... Eu até vi e vivenciei, só que naquela ocasião, em 98, 99, 2000, eu não tinha leitura de que essa dimensão estava interligada com a dimensão teórica e metodológica. Eu até tinha um esforço de tentar compreender isso num âmbito maior, mas de fato foi visto isoladamente. Mas tinha na disciplina de Ética, pelo perfil do docente na ocasião, de militância, de luta política, então a gente conseguia vislumbrar essa dimensão ético-política. Só que às vezes o perfil do professor levava um pouco a gente pro horizonte da militância, nem tanto [na perspectiva] de identificar a ética ou a questão política nessa dimensão. Mas foi ali que a gente viu, acho que um pouco em História e Teoria do Serviço Social, a gente viu algumas questões de uma certa forma. Eu acho que eu fui ver muito melhor isso no campo de estágio... No campo de estágio com os profissionais, que deu pra gente articular um pouco isso. (Helena)

A partir destas colocações, associadas às afirmações referentes à construção da concepção de ética na atualidade, pode-se depreender que o Serviço Social, enquanto categoria tem avançado na proposição de suas diretrizes curriculares, no que diz respeito à formação dos profissionais que assumirão o exercício profissional cotidiano, embasados em uma perspectiva ética que compromete-se com a liberdade, a dignidade e a emancipação humana. Uma vez que as atuais diretrizes prevêm a inclusão das discussões acerca da ética e da ética profissional também nos debates com assistentes sócias que se encontram na prática e são supervisores de estágio.

2.3 A ética profissional e o Serviço Social.

O Serviço Social, enquanto categoria profissional tem priorizado, no decorrer de sua trajetória histórica no Brasil, a discussão e a reflexão acerca dos princípios filosóficos e as perspectivas éticas que embasam a visão de Homem e mundo norteadora de sua compreensão da realidade e, conseqüentemente, sua ação profissional.

Sendo assim, a elaboração e conseqüentes reformulações de seus códigos de ética profissional têm buscado responder à expectativa social para sua ação profissional, assim como atender às instâncias mais específicas da profissão, o que, muitas vezes, pode significar o enfrentamento de confrontos e conflitos internos.

Uma vez que, enquanto sujeito coletivo, a categoria profissional é composta por sujeitos individuais que, ao discutir a fundamentação ético-filosófica da profissão trazem consigo diferentes motivações, interesses e valores, que se fazem presentes na atuação profissional.

Partindo desse pressuposto, torna-se fundamental que os princípios eleitos pela profissão sejam incorporados consciente e criticamente pelo conjunto da categoria, assim como pelos indivíduos que a compõem.

Para tanto, é necessário que estes conceitos sejam trabalhados sistematicamente no decorrer formação profissional e sejam incluídos nas agendas de discussões da categoria, para que sejam retomados cotidianamente pelos profissionais durante sua atuação na sociedade.

A fala das entrevistadas denota sua compreensão acerca da ética profissional.

Ética Profissional é aquela que, no meu modo de ver, é construída e reconstruída. E a gente sempre a vincula a todo o contexto histórico da sociedade capitalista. E é aquilo que, de uma certa forma, embasa o nosso conhecimento também. Vai direcionar um pouco a postura, direcionar um pouco a perspectiva ideológica que a gente tem, a fazer essa leitura... Eu acho que um pouco do direcionamento que se tem, tanto na profissão quanto o direcionamento que se tem na sociedade. E a ética vai poder [contribuir para] os profissionais construírem, como já tem construído. Já tem feito essa revisão dos códigos, construir uma ética profissional pautada nos princípios da igualdade, da justiça, da liberdade, e que a gente possa, de fato, vivenciar isso. Que eu acho que é um grande desafio por conta da realidade, do contexto histórico da sociedade capitalista. Acho que ela vai nortear e auxiliar o profissional no seu exercício político. No seu desenvolvimento, no seu cotidiano profissional. (Helena)

Não dá para falar muito filosoficamente. Ética é um campo que envolve todas as nossas ações, comportamento pessoal e aí quando eu vou para a ética profissional esse comportamento dentro de uma categoria, dentro de uma sociedade. Acho que é fundamental que a gente entenda e conheça principalmente o projeto ético, que tem uma visão diferente. A questão do código que seja entendido e respeitado e é fundamental porque hoje a gente vê muitos problemas entre profissionais que é tudo em razão da falta de ética muitas vezes. A ética vem para nortear, para nos orientar e ela está casada com aquilo que a gente tem como herança mesmo de valores e das questões morais e acho que isso é fundamental para a concepção do que é certo e do que é errado. (Elisa)

Ética vem para estudar o comportamento humano e a ética profissional e a que dá direcionamento as nossas ações. ... A gente lida com seres humanos, com decisões. Então, a formação, na nossa contribuição, no compromisso para formação desses futuros profissionais. (Agnes)

Pressupõe-se que estas concepções devam ser construídas e revistas o longo da trajetória profissional do assistente social, requerendo que as mesmas sejam vivenciadas no atendimento aos usuários dos serviços prestados, mas também nas relações estabelecidas em sala de aula.

Os temas abordados pela ética e pela ética profissional têm sido alvo do interesse da categoria, sendo esta uma diretriz do processo de revisão e reformulação dos códigos de ética, uma vez que se reconhece a necessidade de considerar a realidade social dos profissionais e indicar posicionamentos concretos que respondam a esta realidade, visando garantir a adesão da categoria de forma hegemônica aos preceitos contidos no Código de Ética.

No que se refere aos Códigos de Ética Profissional do Serviço Social a análise da sua formulação e sistemáticas revisões revela que, desde o surgimento da profissão, houve a preocupação concreta dos profissionais em definir e socializar a perspectiva ético-filosófica que fundamentava o exercício profissional na época, desde então a categoria tem procurado refletir, debater e apresentar à sociedade os princípios que orientam a conduta profissional dos assistentes sociais.

Pode-se observar que as diretrizes contidas nos Códigos de Ética dos Assistentes Sociais foram sistematicamente examinadas em diferentes momentos da história da profissão, objetivando seguir as transformações ocorridas na sociedade brasileira. Uma vez que estes Códigos de Ética devem atender às demandas enfrentadas pelos profissionais no exercício cotidiano.

Levando-se em conta a trajetória histórica da profissão no Brasil e, conseqüentemente os aspectos ideológicos que alicerçaram a profissão, pode-se observar que, em um primeiro momento, os princípios filosóficos que fundamentaram a compreensão da realidade e a conseqüente postura profissional dos assistentes sociais orientaram o exercício profissional de forma distorcida, visando atingir uma suposta e inatingível neutralidade; no entanto, apesar de serem passíveis de crítica procuraram responder às demandas apresentadas pela sociedade, naquele dado momento histórico.

A análise das características dos Códigos de Ética do Serviço Social no Brasil permite que sejam observados diversos e diferentes aspectos tanto na sua construção, quanto na forma como é sugerida sua aplicação, contudo estes aspectos não podem ser analisados de forma desconectada com o momento histórico, político e econômico vivenciado pelo país de cada fase.

O Código de Ética de 1947, primeiro Código de Ética Profissional do assistente social brasileiro, cuja redação é bastante simples, prioriza a orientação quanto a deontologia do Serviço Social, ou seja, apresenta especificamente os deveres do assistente social em seus atos profissionais.

O referido Código é também carregado de valores cristãos, tendo em vista que a formação profissional estava calcada na doutrina social da Igreja e a ação profissional era baseada nas perspectivas de vocação para o cumprimento da missão de “recristianização” da sociedade, através da intervenção voltada para os desajustados e para a necessidade de desenvolvimento do caráter e do espírito cristão.

INTRODUÇÃO

I – Moral ou Ética pode ser conceituada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal.

III – A importância da Deontologia do Serviço Social provém do fato de que o Serviço Social não trata apenas do fator material, não se limita à remição de um mal físico, ou a uma transação comercial ou monetária, trata com pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade. (CÓDIGO... [1947], 2003, p. 15)

Neste período inicial, quando ocorre a criação, consolidação e institucionalização das primeiras escolas de Serviço Social, sob as iniciativas do Estado e da Igreja, as estratégias de enfrentamento da questão social são elaboradas sob a influência e aprovação do Estado intervencionista e paternalista, apresentando significativa preponderância da ideologia que fundamentava o serviço social norte americano.

Seu objetivo principal consistia em orientar a prática profissional e dotar a referida ação do status profissional que esta ainda não possuía, uma vez que a profissão foi regulamentada como tal em 1957, sendo assim o Código de Ética em questão não contou com a mediação do Estado e nem tão pouco com respaldo jurídico.

SECÇÃO I – DEVERES FUNDAMENTAIS

É dever do assistente social:

1. cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se em todos os seus atos

profissionais, no bem comum e nos dispositivos de lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus.

SECÇÃO II – DEVERES PARA COM O BENEFICIÁRIO DO SERVIÇO SOCIAL

1. respeitar no beneficiário do Serviço Social a dignidade da pessoa humana, inspirando-se na caridade cristã. (CÓDIGO... [1947], 2003, p. 15)

Pode-se observar que a visão de homem e mundo que fundamenta este Código baseia-se na filosofia neotomista, tal inspiração filosófica baseia-se em princípios segundo os quais, o homem é considerado criação à imagem e semelhança de Deus, sendo que a sociedade e as relações estabelecidas em seu interior não são passíveis de mudanças e, como tal, as relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas não são questionáveis pelo homem, já que transcenderiam a capacidade de compreensão humana.

Os princípios pontuados no Código de 1947 refletem os fundamentos destacados na formação profissional, dando ênfase a uma postura moralista, orientada para a prática do 'bem', destacando que a ação do Serviço Social não se caracteriza apenas pela ajuda material que presta, mas também pela ajuda às pessoas "desajustadas" ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade. (GEPE, 2003, p.5)

A reformulação do Código de Ética de 1947 é aprovada em maio de 1965 e aconteceu em função de diferentes fatores, entre eles: a regulamentação jurídica da profissão, além do reconhecimento das transformações sofridas pelo país em sua conjuntura e como resultado do movimento no interior da categoria acerca da necessidade de reflexão sobre a ação e a metodologia do Serviço Social.

Pode-se observar que a regulamentação da profissão representou importante avanço para a categoria, inclusive no que concerne ao reconhecimento público da sua natureza técnico-científica.

CAPITULO I – DA PROFISSÃO

Art. 1º. O Serviço Social constitui o objeto da profissão liberal de Assistente Social, de natureza técnico-científica e cujo exercício é regulado em todo o território nacional pela Lei nº. 3.252 de 27-08-1957, cujo Regulamento foi aprovado pelo Decreto nº. 994, de 15/05/1962. (CÓDIGO... [1965], 2003, p. 21).

A mudança no posicionamento expresso no Código de Ética também pode ser constatada em sua introdução:

Considerando:

- . a formação da consciência profissional é fator essencial em qualquer profissão e que um Código de Ética constitui valioso instrumento de apoio e orientação para os Assistentes Sociais;
- . o Serviço Social adquire no mundo atual uma amplitude técnica e científica, impondo aos membros da profissão maiores encargos e responsabilidades;
- . só à luz de uma concepção de vida, baseada na natureza e destino do homem, poderá de fato o Serviço Social desempenhar a tarefa que lhe cabe na complexidade do mundo moderno;
- . um Código de Ética se destina a profissionais de diferentes credos e princípios filosóficos, devendo ser aplicável a todos. (CÓDIGO... [1965], 2003, p. 21).

No entanto, apesar do questionamento iniciado, tanto o conteúdo, quanto os princípios do novo Código mantiveram a influência dos fundamentos filosóficos anteriores.

CAPITULO II – DOS DEVERES FUNDAMENTAIS

Art. 6º. O Assistente Social deve zelar pela família, grupo natural para o desenvolvimento da pessoa humana e base essencial da sociedade, defendendo a prioridade dos seus direitos e encorajando as medidas que favoreçam a sua estabilidade e integridade. (CÓDIGO... [1965], 2003, p.22)

Observa-se um posicionamento contrário a qualquer possibilidade de questionamento que possa levar a uma transformação e que coloque em risco as instituições que alicerçavam a ordem social constituída, principalmente a família, em sua organização tradicional.

Art. 7º. Ao Assistente Social cumpre contribuir para o bem comum, esforçando-se para que o maior número de criaturas humanas dele se beneficiem, capacitando indivíduos, grupos e comunidades para a sua melhor integração social. (CÓDIGO... [1965], 2003, p.22)

Permanece a mesma visão metafísica do Homem e sua desconexão com a sociedade, cujos fatos também não estariam interligados, sendo considerados decorrentes do processo evolutivo da sociedade.

Art. 8º. O Assistente Social deve colaborar com os poderes públicos na preservação do bem comum e dos direitos individuais, dentro dos princípios democráticos, lutando inclusive para o estabelecimento de uma ordem social justa. (CÓDIGO... [1965], 2003, p.22)

A defesa da obediência à autoridade constituída, da ordem e da tradição, além do conservadorismo moral continua presente.

CAPITULO V – DOS DEVERES PARA COM OS SERVIÇOS EMPREGADORES

Art. 23 – o Assistente Social, profissional liberal, tecnicamente independente na execução de seu trabalho, se obriga a prestar contas e seguir diretrizes, emanadas de seu chefe hierárquico, observando as normas administrativas da entidade que o emprega. (CÓDIGO... [1965], 2003, p.25)

Dessa forma, se mantém a adoção da perspectiva positivista, que compreende a sociedade como um todo harmônico, que não necessitaria de profundas transformações, mas sim o homem, passível de adequações para ajustar-se à realidade, sendo este o embasamento da ação profissional dos assistentes sociais.

Os valores fundamentais que norteavam a intervenção profissional do assistente social estavam alicerçados na solidariedade e no amor ao próximo, ficando clara a adesão da categoria ao modelo desenvolvimentista adotado pela ideologia dominante no país.

As ações profissionais dos assistentes sociais deveriam priorizar ações que reforçassem seu posicionamento político-ideológico vigente no período.

Em decorrência da realização dos Seminários de Araxá e Teresópolis, que representaram o esforço da categoria para a elaboração de uma teoria própria do Serviço Social seja no que se referia aos objetivos, seja no tangia a suas funções e

a metodologia, foi elaborada a segunda reformulação do Código de Ética Profissional, que produz o Código de Ética aprovado em janeiro de 1975.

Contudo, o Código de 1975 reflete o momento vivenciado pela categoria profissional, assim como a conjuntura política e econômica vigente no país.

Segundo Barroco (2006, p. 126, destaque do autor)

Constata-se uma diferenciação no que se refere à explicitação do pluralismo presente na renovação profissional, em 1948, a profissão é tratada como algo homogêneo; em 1965 anuncia-se a existência de diferentes concepções e 'credos' profissionais; em 1975, tal referência é excluída do Código de Ética, o que expressa a reatualização do projeto profissional conservador, no contexto pós-1968.

O Brasil vivia o período mais cruel da ditadura militar e o Código em questão traz em seu bojo o reconhecimento do Estado como gestor daquilo que era considerado o "bem comum", através de sua ação disciplinadora.

INTRODUÇÃO

Exigências do bem comum legitimam, com efeito, ação disciplinadora do Estado, conferindo-lhe o direito de dispor sobre as atividades profissionais – formas de vinculação do homem à ordem social, expressões concretas de participação efetiva na vida da sociedade. (CÓDIGO... [1975], 2003, p. 31)

O conteúdo do Código de 1975 não conseguiu expressar a tendência que emergiu dos Seminários de Araxá e Teresópolis, não observando a almejada perspectiva modernizadora do Serviço Social, pois se mostrou insuficiente para nortear a ação profissional, uma vez que não abordava questões consideradas fundamentais pela profissão, não explicitava as desigualdades sociais crescentes vivenciadas pela população, em decorrência do modelo econômico adotado, nem tão pouco buscava explicar o autoritarismo estatal.

INTRODUÇÃO

O valor central que serve de fundamento ao Serviço Social é a pessoa humana. Reveste-se de essencial importância uma concepção personalista que permita ver a pessoa humana como centro, objeto e fim da vida social.

Dois valores são essenciais à plena realização da pessoa humana:

. Bem comum considerado como conjunto das condições materiais e morais concretas nas quais cada cidadão poderá viver humana e livremente;

. Justiça social, que compreende tanto o que os membros devem ao bem comum, como o que a comunidade deve aos particulares em razão desse bem. (CÓDIGO... [1975], 2003, p. 33)

Dessa forma, o Código de Ética profissional deixa de contribuir para que a categoria profissional desenvolva e exercite sua capacidade crítica e suas possibilidades de contribuição para a transformação social, uma vez que está respaldado em princípios reprodutores da ordem estabelecida.

Em função dessa insuficiência, a intervenção profissional do assistente social restringe-se a buscar a transformação e participação social, inseridas na perspectiva de desenvolvimento do governo.

Posicionamento que pode ser comprovado através da afirmação contida no referido Código, “é fora de dúvida que a comunidade profissional é daquelas formas sociais que são conaturais, coessenciais ao homem e condicionantes de um certo desenvolvimento histórico da civilização...” (CÓDIGO... [1975], 2003, p.33)

No entanto, faz-se necessário ressaltar que emergia no interior da categoria um clima de insatisfação e questionamento, que gerou um processo de discussão, trazendo à tona um importante aspecto, a existência de dois diferentes setores no bojo da profissão, cujos posicionamentos ideológicos e posturas políticas possuíam direcionamentos opostos.

Desde os anos sessenta, no Brasil, tem início um processo de erosão das bases de legitimação do *ethos* tradicional do Serviço Social, propiciando uma renovação e um pluralismo capazes de evidenciar a dimensão político-ideológica da prática profissional, abrindo a possibilidade de emergência de uma vertente crítica. (BARROCO, 2006, p.141).

Evidenciam-se as duas tendências denominadas por Netto (apud BARROCO, 2006, p.130) como a “vertente de reatualização do conservadorismo e a de intenção de ruptura”.

Enquanto uma parcela da categoria continuava a embasar sua ação em fundamentos abstratos e não reconhecia a historicidade do homem e da sociedade, posicionando-se ao lado dos poderes instituídos de forma autoritária; assistentes

sociais engajados no processo de questionamento da categoria iniciado na década anterior adotavam o materialismo histórico como alternativa para a compreensão do homem como ser concreto e perfilavam-se ao lado da classe trabalhadora, na busca pelo atendimento das demandas apresentadas pela sociedade, naquele momento histórico, inclusive pela retomada da democracia.

Apesar da realidade vivenciada no contexto político, em 1979, com a realização do Congresso de Serviço Social, a categoria inicia as discussões acerca do papel do Serviço Social brasileiro, frente à conjuntura existente no país, é neste período que começa a ser gestada a reformulação do Código de Ética Profissional de 1975, que culminará com a aprovação do Código de Ética de 1986.

O Código de Ética de 1986 representou uma das mais importantes conquistas do Serviço Social brasileiro, no que diz respeito à reflexão, ao debate e a publicização dos pressupostos filosóficos que orientam seu exercício profissional.

É nesta época também que acontece o reconhecimento por parte de setores mais avançados da categoria da necessidade de rompimento com os paradigmas conservadores tradicionais que até então se mostravam hegemônicos na história da profissão no país.

O Serviço Social passa por um profundo processo de renovação, repercutindo na sua produção teórica e prática, refletindo a própria insatisfação social que caracterizou os movimentos sociais nos anos 70/80. Consolida-se, cada vez mais, como profissão inserida nas questões sociais mais candentes do país, à medida que rompe com a sua característica a-crítica, a-histórica e adota o pensamento marxista como inspiração filosófica, parâmetro das ações profissionais e da análise das relações da produção capitalista. (GEPE, 2003, p. 9)

Segundo Barroco (2006, p.141), apesar dos equívocos decorrentes da adoção de referenciais teóricos oriundos não das fontes originais, mas da leitura de manuais e interpretes que apontavam para a recusa e negação da intervenção profissional no âmbito das instituições, chamadas por Althusser de aparelhos ideológicos do Estado; a prática do assistente social passou a ser dotada de uma consciência social mais ampla influenciada pelo movimento de reconceituação e adquiriu uma consistência voltada para militância cívico-política.

As transformações ocorridas no seio da categoria ficaram visíveis não somente na sua ação profissional, mas também no seu posicionamento político e na

produção de conhecimento teórico-científico baseado na perspectiva do materialismo histórico-dialético.

Dessa forma, o Serviço Social brasileiro passa pelo que foi chamado de processo de ruptura, que acarretou transformações profundas na compreensão da sua realidade, enquanto profissão, inserida em um contexto mais amplo, que se relaciona com diversos atores sociais e enfrenta diferentes interesses.

Sendo assim, a categoria não poderia deixar de reconhecer-se como membro da classe trabalhadora junto a qual historicamente foi chamada a intervir e com a qual passa agora a se identificar e comprometer.

Conforme refere Barroco (2006, p.142) a parcela, mesmo que minoritária, de profissionais envolvidos com o referido processo de ruptura

[...] passa a desenvolver trabalhos na periferia dos grandes centros, nas favelas, junto aos movimentos organizados da população, criando novas formas de atuação militante ... começa a produzir uma literatura crítica, voltada à busca de compreensão do significado da profissão; participa do debate e das entidades latino-americanas, busca elementos de superação crítica de equívocos, questiona as teorias tradicionais, denuncia a pretensa neutralidade profissional; anuncia seu compromisso com as classes trabalhadoras [ao assumir seu] engajamento político, resiste à ditadura, rompe valores, faz escolhas pautadas em valores emancipatórios [com] o fim da ditadura, começa a se organizar como categoria, cria associações vinculadas às lutas gerais dos trabalhadores...

No que diz respeito à reflexão ética, é neste período e dentro desta conjuntura que a categoria começa a gestar e construir as reformulações que culminaram com a aprovação do Código de Ética Profissional de 1986.

O Código de 1986 é resultado de uma série de condições vivenciadas pela categoria e reflete claramente, assim como os demais códigos de ética profissional do Serviço Social, a momento vivido pela sociedade brasileira.

É possível constatar nas primeiras considerações apresentadas na resolução do Conselho Federal de Assistentes Social uma mudança significativa na forma de explicitar a necessidade de revisão do Código de Ética anterior:

Considerando a necessidade de dotar os Assistentes Sociais de um instrumento mais eficaz no resguardo da atividade profissional;
Considerando que o antigo Código de Ética não mais refletia os interesses da categoria e as exigências da sociedade;
Considerando as profundas modificações porque passa a sociedade brasileira no atual momento histórico;

Considerando a necessidade de superar a perspectiva que coloca valores éticos como universais e acima dos interesses de classe em que se divide a sociedade. (CODIGO... [1986], 2003, p. 43)

Tendo em vista o contexto em que se encontrava, o referido Código busca dotar a categoria de diretrizes que conduzissem a uma ruptura com o tradicionalismo profissional, sem ter contado com a contribuição substancial da elaboração teórica da época, já que não foram registradas significativas reflexões e produções teóricas-científicas acerca da questão da ética e mais especificamente da ética profissional.

Em função dessa condição, a fundamentação ético-filosófica do Código de Ética de 1986 ficou restrita aos interesses de classe, conforme pode ser observado na última consideração elencada acima, que pressupõe a existência de uma ética exclusiva de uma classe social.

INTRODUÇÃO

A categoria de Assistentes Sociais passa a exigir também uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e a-crítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira. (CODIGO... [1986], 2003, p. 44-45)

Como uma de suas importantes contribuições, o Código Ética profissional de 1986 buscou instrumentalizar a categoria para os embates e desafios da realidade sócio-político e econômica brasileira, além de embasar sua reflexão na dimensão ontológica do ser social, no entanto, apesar de contribuir na superação da imparcialidade, da neutralidade e dos valores metafísicos que embasavam a prática profissional, o Código de 1986 ainda restringe sua visão a uma perspectiva unilateral, vinculando-se profissionalmente a uma única e determinada classe social.

O compromisso com as classes trabalhadoras, tomado como princípio de um projeto profissional articulado a um projeto de sociedade, não é o problema do Código, mas sim em vez de se comprometer com valores, se compromete com uma classe...[partindo do pressuposto de que a mesma é] detentora dos valores positivos, o que configura uma visão idealista e desvinculada da questão da alienação. (BARROCO, 2006, p. 177).

Tais afirmações podem ser constatadas no enunciado do referido Código, que prescreve ao assistente social deveres como

INTRODUÇÃO

Com caráter introdutório, serão destacados aqueles [princípios e diretrizes norteadores] que dão indicações de uma nova ética, tendo como referência o encaminhamento da prática profissional articulada às lutas da classe trabalhadora:

. A discussão com os usuários sobre seus direitos e os mecanismos a serem adotados na luta por sua efetivação e por novas conquistas; e a reflexão sobre a necessidade de seu engajamento em movimentos populares e/ou órgãos representativos da classe trabalhadora(...). (CODIGO... [1986], 2003, p. 45)

CAPITULO III – DOS DEVERES

Art. 3º. d) aprimorar de forma contínua os seus conhecimentos, colocando-se a serviço do fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora. (CODIGO... [1986], 2003, p. 48)

Também são observados direitos e deveres previstos para o profissional, no que diz respeito à participação em movimentos sociais e de organização da categoria de assistentes sociais:

CAPITULO IV – DAS RELAÇÕES COM AS ENTIDADES DA CATEGORIA E DEMAIS ORGANIZAÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA

Art. 25 – O Assistente Social como profissional e na sua prática social mais geral deve apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora que estejam relacionados ao campo de sua atividade profissional, procurando colocar os recursos institucionais a seu serviço. (CODIGO... [1986], 2003, p. 53)

Na década de 1990, o contexto político-social contribuiu sobremaneira para que se configurasse um amplo processo de debates sobre as questões referentes às relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas e mais especificamente no que diz respeito à ética, que não se restringiu à categoria profissional dos assistentes sociais, mas se estendeu para toda a sociedade.

Uma vez que tal discussão passa a abarcar interesses que envolvem, além dos direitos humanos, o meio ambiente e a vida no planeta.

O movimento pela Ética na Política, as análises sobre a presença da corrupção na sociedade e a violência nas relações sociais trouxeram à tona questões tão antigas como o ser humano, mas que ganharam contornos novos em função do momento histórico em que são retomadas e formuladas. (RIOS, 1993, p. 11)

A ética passa a ser questão debatida fora dos círculos chamados intelectualizados e torna-se tema de discussões no âmbito da população em geral.

No início da década a ética emerge como um problema a ser equacionado pela sociedade, em termos políticos. O movimento “pela ética na política” e na vida pública, que culmina com o *impeachment* do presidente da República, evidencia o surgimento da ética como uma questão teórico-prática: um tema de debates intelectuais e publicações teóricas, mas que também invade a mídia e pertence ao espaço da vida cotidiana. (BARROCO, 2004, p. 33).

O Serviço Social constata a necessidade de que sejam retomadas as reflexões acerca da ética profissional, direcionadas de forma determinante para a consolidação de um projeto profissional vinculado a um projeto social radicalmente democrático e se coloca claramente em oposição ao projeto societário neoliberal, vigente no país.

O projeto neoliberal é a expressão dessa reestruturação política e ideológica conservadora do capital em resposta a perda de rentabilidade e ‘governabilidade’, que enfrentou durante a década de 1970 (Fiori, apud Soares, 2003), no marco de uma onda longa de crise capitalista (Mandel, 1985). (IAMAMOTO, 2004, p. 18, destaque do autor).

O Código de Ética Profissional aprovado em 1993 pretendeu preservar as conquistas e avanços alcançados pelo Código de 1986, assim como buscou superar as suas fragilidades e insuficiências.

Dessa forma, a elaboração do Código de Ética profissional de 1993 representou ‘uma expressão significativa do acúmulo profissional dos anos 1980 e dos avanços teórico-políticos conquistados na seqüência do Código de 1986, assinalando um novo e sólido patamar na trajetória do Serviço Social no Brasil’ (BARROCO, 2006, p.207, destaque do autor).

No processo de elaboração do Código de Ética de 1993, a categoria de assistentes sociais elege a liberdade, a equidade e a justiça social articuladas a democracia e a cidadania como seus valores éticos fundamentais, rompendo com os valores humanistas cristãos e distanciando-se das perspectivas liberais; busca, por fim, vincular a dimensão prático-operativa da profissão ao compromisso com a competência ético-política profissional.

A revisão que se processou ao Código de Ética de 1986 representou, segundo Barroco (2004, p. 32) “o amadurecimento da profissão em seu trato teórico-político da questão ética” e culminou com a construção de um “instrumento normativo [que constituiu-se em um] produto concreto desse avanço”.

INTRODUÇÃO

A história recente da sociedade brasileira, polarizada pela luta dos setores democráticos contra a ditadura e, em seguida, pela consolidação das liberdades políticas, propiciou uma rica experiência para todos os sujeitos sociais. Valores e práticas até então secundarizados (a defesa dos direitos civis, o reconhecimento positivo das peculiaridades individuais e sociais, o respeito a diversidade, etc) adquiriram novos estatutos, adensando o elenco de reivindicações da cidadania. Particularmente para as categorias profissionais, esta experiência ressituiu as questões do seu compromisso ético-político e da avaliação da qualidade dos seus serviços. (CÓDIGO... [1993], 2003, p. 60)

Além de conter em sua essência e fundamentação os princípios que compõem o projeto profissional do Serviço Social, denominado nacionalmente como Projeto Ético-Político, é a partir do Código de Ética de 1993, que ética e política não são mais considerados sinônimos, nem tão pouco são entendidas como sendo uma decorrência da outra, o que estaria implícito no Código de Ética de 1986, segundo Barroco (2004).

O Código de Ética de 1993 prevê em seus artigos que sejam efetivados os princípios fundamentais do referido projeto profissional, objetivando a construção de novas formas de relação profissional, ou seja, de relações de trabalho e, conseqüentemente, de organização das relações sociais e da ordem social vigente, a longo prazo.

TÍTULO III – DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS

CAPÍTULO I – DAS RELAÇÕES COM OS USUÁRIOS

Art. 5º – são deveres do Assistente Social nas suas relações com os usuários:

b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código.

CAPÍTULO III – DAS RELAÇÕES COM ASSISTENTES SOCIAIS E OUTROS PROFISSIONAIS

Art. 10 – são deveres do Assistente Social:

d) incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;
e) respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões.
(CÓDIGO... [1993], 2003, p. 67)

Tais preceitos têm por objetivo contribuir para que o Projeto Ético-Político do Serviço Social seja implementado e, mais que isso, vivenciado pela categoria profissional no seu cotidiano de trabalho, assim como deverá ter permeado a formação dos assistentes sociais em todas as instâncias da profissão.

No entanto, segundo Eliana, existem limites para sua efetivação, uma vez que

Os assistentes sociais que tem enfrentado todas essas situações e tem colocado um posicionamento político e ético da profissão são aqueles que têm uma perspectiva crítica dentro do referencial teórico que permita você fazer uma ação, na perspectiva de uma emancipação, na perspectiva de superação disso que está posto, e quando na verdade nós temos um número significativo de profissionais que tem uma identidade profissional completamente pautada pelo conservadorismo, por isso o posicionamento com a diretoria, com a presidência, com quem está no poder ali no espaço onde está trabalhando, ficando submisso e a mercê de quem discute. “Só quem discute está lá distante e não está aqui onde eu estou. Então eu fico submisso e aceito o salário que me é colocado”

Esta realidade deve ser considerada pela categoria, já que, apesar da formação profissional trabalhar de forma consistente, freqüente e concreta o projeto ético-político e os princípios que o compõem, os profissionais não o vivenciam em sua prática cotidiana, contribuindo para a que sejam tomados posicionamentos que levam a acomodação e a manutenção da ordem social vigente.

2.4 O Projeto Ético-Político do Serviço Social.

José Paulo Netto (1999), ao iniciar sua discussão sobre o processo de construção do projeto profissional do Serviço Social brasileiro aponta para a necessidade de que se faça a distinção entre os diferentes tipos de projetos coletivos existentes na sociedade e destaca o fato do homem, enquanto ser racional, agir teleologicamente, uma vez que suas ações são orientadas visando alcançar objetivos, metas e fins.

Podendo-se depreender, portanto, que a ação humana, individual ou coletiva, se baseia em necessidades e interesses, implicando sempre na construção de um projeto ou no planejamento de ações a serem desenvolvidas, com vistas a atingir um objetivo.

Este projeto, por sua vez, é elaborado a partir dos valores eleitos como fundamentais e prioritários, que o legitimam, tanto para o indivíduo, quanto para o grupo ao qual este ser humano pertence, e que se encontra inserido em uma determinada sociedade.

Enquanto projetos elaborados em grupo pelos membros de uma sociedade, chamados aqui de projetos coletivos, deve-se destacar dois tipos em especial:

Os projetos societários, macroscópicos, que contêm propostas para todo o conjunto da sociedade e têm a possibilidade de alcançar, envolver e atender o maior número de pessoas e os projetos profissionais, que são construídos de forma a atender os anseios e objetivos de um conjunto de indivíduos que desempenham determinada atividade profissional.

Os projetos denominados societários são também considerados projetos de classe e caracterizam-se por sua dimensão política, que envolve relações de poder para sua implementação e manutenção na sociedade.

Os projetos profissionais elaborados a partir de diretrizes e que funcionam como balizas para a categoria profissional devem se vincular a um projeto societário, assumindo o compromisso de efetivação de determinada organização de sociedade.

A sociedade contemporânea convive atualmente com dois projetos societários antagônicos e opostos, no que concerne aos interesses de classe que os estruturam, o projeto societário neoliberal e o projeto societário da classe trabalhadora.

Os projetos profissionais, que se configuram no segundo tipo de projeto coletivo, têm por finalidade, segundo Netto (1999, p. 95)

Apresentam a auto-imagem da profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas, inclusive com o Estado.

Assim como outras instâncias que envolvem o exercício profissional como a formação profissional e a normatização ético-profissional, o delineamento de um projeto profissional deve acompanhar as transformações pelas quais passa a sociedade onde a profissão encontra-se inserida; além de

se referirem as profissões reguladas juridicamente e por serem construídos por um sujeito coletivo, ou seja, pela categoria profissional organizada e fortalecida, estes requisitos, ainda segundo Netto (1999) são necessários para que os projetos profissionais obtenham o reconhecimento e respeito junto à sociedade como um todo.

Tendo em vista que, enquanto sujeito coletivo, a categoria profissional é composta de sujeitos individuais, para que determinado projeto profissional alcance hegemonia entre os profissionais, as divergências e contradições existentes no seu interior devem ser sistematicamente enfrentadas, constituindo-se, dessa forma um campo de debates e conflitos de referências teóricas, políticas e ideológicas, que devem ser confrontadas e não excluídas ou negadas. (NETTO, 1999).

Como referido anteriormente, os projetos profissionais devem estar comprometidos com um dos projetos societários existentes na sociedade, uma vez que pretendem colaborar na manutenção da ordem socialmente estabelecida ou contribuir para a transformação da organização social vigente na sociedade.

Para que esta proposta seja passível de efetivação, é necessário que seja aberto espaço, visando estimular o debate no interior da categoria profissional, sendo mantida ainda a possibilidade de discussões sistemáticas que dêem conta do agravamento das divergências que podem se instaurar no seio da organização desta categoria.

Objetivando oportunizar o enfrentamento de tal questão, há que se fundamentar a reflexão e as discussões nas condições concretas apresentadas pelo contexto social, extrapolando as circunstâncias específicas da categoria profissional, buscando alcançar a realidade vivenciada não somente pelos profissionais, mas também a conjuntura onde se encontram inseridos os usuários de seus serviços, as instituições que os acolhem, além das demais categorias profissionais junto as quais atua.

Eliana volta a referir as situações com que convivem os assistentes sociais em seus espaços de trabalho, que dificultariam a adesão a proposta contida no Projeto Ético-Político da profissão:

A gente tem visto muitos profissionais colocarem que existem outros profissionais que recebem por 40 horas trabalhadas R\$ 400,00., concurso público para assistente social com salário de R\$ 700,00. Os profissionais colocam “o que adianta discutir o que está colocado no projeto ético político, ou fazer militância com ele de enfrentamento, superação disso que está posto, se está posto dentro da nossa profissão”?.

Verifica-se a necessidade que os debates da categoria discutam a realidade enfrentada cotidianamente pelos assistentes sociais, além da importância de que essas discussões alcancem e permitam a participação dos profissionais das diversas áreas de atuação e regiões. Uma vez que estes, dependendo de sua localização geográfica e das possibilidades de acesso permanecem isolados e restritos aos seus locais de trabalho.

Como os projetos profissionais são constituídos por elementos considerados importantes e indispensáveis para que os mesmos alcancem suas finalidades, estes elementos devem estar articulados entre si.

Denominados por Netto (1999) de componentes constitutivos, compreendem a imagem ideal da profissão, os valores profissionais, os princípios ético-filosóficos, a função social e os objetivos da atividade profissional, além dos conhecimentos teórico-práticos construídos pelos membros da referida categoria profissional, devendo ser reconhecidos por todo o seu conjunto.

Para que uma categoria profissional construa seu projeto profissional vinculado a um projeto societário é necessário que a mesma tenha caminhado um produtivo percurso, tendo passado por um processo de organização e legitimação.

Portanto, a construção de projetos profissionais requer que os resultados da reflexão acerca de seus elementos constitutivos estejam conectados e pressupõe o reconhecimento por parte da categoria profissional de sua inserção no contexto em que está inscrita a sociedade, do papel exercido pelos profissionais e das expectativas existentes tanto no interior da categoria, quanto nas relações estabelecidas socialmente.

Sendo assim, há que se resgatar a história de determinada sociedade e da categoria profissional em questão, além de conhecer de forma aprofundada as perspectivas, os limites e a probabilidade de seu enfrentamento, visando a demarcação das dimensões que deverão ser levadas em conta e o planejamento das estratégias e dos procedimentos a serem adotados.

Sem a identificação efetiva desses processos históricos e dessas forças, falar de projetos profissionais e projetos societários pode derivar em um discurso vazio, prisioneiro da armadilha, já denunciada por Lukács (1963): *uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita, que alimenta tanto vieses fatalistas, como voluntaristas da condução da formação profissional.* (IAMAMOTO, 2006, p. 112, grifo do autor)

Historicamente, o Serviço Social, enquanto categoria profissional, tem priorizado a discussão e o debate coletivo acerca da formação e da condução do exercício profissional, e seu projeto ético-político não foge à regra, uma vez que também é historicamente datado, como refere Iamamoto (2006); o projeto profissional do Serviço Social é resultado de um movimento do qual a categoria participou e que buscou a democratização das relações sociais no Brasil.

As décadas de 1970 e 1980, apesar de terem sido marcadas por momentos de profundo retrocesso nas garantias civis e políticas do país, também assistiram a organização de movimentos sociais e a construção de estratégias para o enfrentamento e a superação da conjuntura da época.

Estes movimentos contaram com a participação de diversos segmentos da sociedade, que lutavam pela redemocratização e pelo restabelecimento do estado de direito e envolveram intelectuais e trabalhadores, os setores mais avançados da Igreja Católica e donas de casa, profissionais liberais e políticos.

O Serviço Social, representado por um setor da categoria, não se furtou destes embates e participou ativamente dos referidos movimentos, o que propiciou à profissão um reconhecimento social que extrapolou a ação profissional e enveredou pela ação política.

Também durante este período, o Serviço Social passa a comprometer-se de forma mais efetiva e atuante com a produção de conhecimento teórico-científico, o que contribuiu para a sua legitimação enquanto profissão academicamente reconhecida e a formação do que Netto (1999) denominou de *massa crítica* do Serviço Social.

Associada a este conjunto de fatores favoráveis, o Serviço Social contou ainda com a contribuição do Movimento de Reconceituação na América Latina que possibilitou a aproximação da categoria com a teoria crítica de Marx, conforme referido anteriormente.

A reformulação do Código de Ética de 1986 significou um importante aporte para que fossem iniciadas as discussões e debates, que culminaram com a elaboração do projeto profissional do Serviço Social, que traz em seu bojo as expectativas da categoria no que concerne o estabelecimento de uma nova ordem social, assim como os subsídios considerados necessários para que esta sua contribuição seja efetivada no cotidiano profissional.

Frente a conjuntura que se apresentava, baseada nas diretrizes contidas no projeto societário neoliberal e que contribui de forma significativa para o agravamento da crise causada pelos padrões resultantes do desenvolvimento do capitalismo monopolista, emergiu a necessidade de que fossem criadas novas estratégias, para o enfrentamento da política neoliberal que visam, segundo Faleiros (1999) uma reorganização socio-política, que afeta a estrutura das relações de trabalho e prevê o remanejamento do atendimento das demandas sociais, uma vez que objetiva o deslocamento dessa responsabilidade da esfera pública para o mercado.

Dessa forma, os direitos conquistados democraticamente passam a ser desmantelados, para que o indivíduo sobreviva sem a proteção social pública.

Os recursos públicos [são] privatizados e o financiamento dos novos fundos não têm mais responsabilidade pública. Trata-se da implementação de uma ideologia da responsabilização do indivíduo segundo a qual, se não conseguir competir, deve viver como 'pária', como excluído. (FALEIROS, 1999, p. 153, destaque do autor)

Visando o enfrentamento do projeto neoliberal, cabe às categorias profissionais a construção de projetos alternativos que se oponham a esta realidade.

Sendo assim, a categoria de assistentes sociais passa a refletir criticamente a respeito do movimento do real e procura descobrir direções e estratégias através da elaboração de um novo projeto ético-político profissional.

Levando-se em conta que o projeto profissional consiste em um processo de estrutura dinâmica, o projeto ético-político do Serviço Social, mantendo seus eixos fundamentais, é flexível, mutável, podendo ser revisto e sofrer alterações para

incorporar demandas e aspirações, em função das necessidades sociais e da ocorrência de transformações socio-econômicas-culturais e da própria profissão.

Sendo construído pela categoria profissional, sujeito coletivo heterogêneo, o projeto profissional pressupõe o pluralismo, o respeito aos debates e discussões de idéias e o estabelecimento de um acordo entre seus membros, que se caracterizem como categoria organizada.

Segundo ressalta Netto (1999), a valoração ética o perpassa e fundamenta como um todo, apesar deste não pretender definir normas morais e prescrever direitos e deveres, uma vez que trata de opções teóricas, ideológicas e políticas da categoria.

Dessa forma, faz-se necessário retomar as reflexões acerca da ética, de valores e da sociedade em sua organização, como refere Helena, visando

[...] desfazer que essa coisa da ética é só a questão do sigilo, é só a questão de estabelecer critérios, de dignidade, mas que ela tem uma dimensão mútua, que tem a questão da vida humana, a questão da liberdade, da justiça, da luta pela emancipação e tudo mais. E da participação. Então é uma coisa que a gente vem pensando muito. Pensando que projeto de sociedade que tem, que projeto profissional nós construímos e participamos dele, quais os meios da gente conseguir fazer que o nosso projeto profissional e a nossa dimensão ético-política dê conta dos desafios que [se fazem presentes].

Esta postura deve ser coletiva, requisitando o envolvimento do conjunto da categoria e, portanto a busca pela aproximação e participação dos profissionais da academia e da prática cotidiana, articulada pelos órgãos da categoria.

A elaboração de um projeto profissional implica em condições básicas para que o mesmo possa apresentar à categoria a postura e o compromisso que se fazem necessários para o exercício profissional, visando a universalização dos direitos, o aprofundamento da democracia, por intermédio da socialização da participação e do poder político da riqueza socialmente produzida (BRASIL, 1997).

Tais condições, como a política, o pluralismo, a produção de conhecimento, a formação profissional, a competência e a prática profissional, devidamente articuladas, constituem os componentes que contribuíram para a construção do projeto ético-político do Serviço Social e que continuam presentes no processo contínuo de reflexão.

A sua estrutura básica consiste nos princípios fundamentais que o orientam e a partir dos quais a categoria discute e embasa suas ações, estes princípios devem estar articulados entre si, complementando-se em uma perspectiva de totalidade.

Esta articulação entre os princípios deve estar garantida na intervenção do Serviço Social e acontecer a medida que o assistente social a reconheça como estratégia viável para sua ação profissional.

Acho que é contexto [conjunto] dele. É como analisar o código de ética e pegar um parágrafo e [tentar] fazer ele acontecer sozinho. Você tem que ter dimensão, e dependendo do que você está trabalhando aí você direciona mais um princípio. Do contrário você tem que entender o contexto... É um todo, não dá para você pegar uma parte e trabalhar o todo. (Elisa)

Ao assumir o compromisso com a construção de uma nova ordem social e, portanto, de uma maneira diferente de estabelecer as relações sociais entre os homens, a categoria de assistentes sociais elegeu princípios para nortear os profissionais em sua atuação cotidiana.

Estes princípios, em seu conjunto, compõem as diretrizes a serem seguidas pelos profissionais no âmbito de sua ação seja ela prática, acadêmica e de pesquisa ou política, visando atender ao compromisso assumido pela categoria junto à classe trabalhadora.

- ✓ Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- ✓ Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- ✓ Ampliação e consolidação da cidadania;
- ✓ Defesa do aprofundamento da democracia;
- ✓ Posicionamento em favor da equidade e justiça social;
- ✓ Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito;
- ✓ Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- ✓ Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- ✓ Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais;
- ✓ Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- ✓ Exercício do Serviço social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Eliana discute com propriedade questões que envolvem o Projeto Ético-Político e pontua que a adesão aos princípios que o compõem deve extrapolar o âmbito profissional, sendo adotado como parâmetro de comportamento pessoal e social do assistente social.

O projeto ético político traz toda uma complexidade das discussões da categoria num todo e começa a ficar muito vasto especificá-lo no que cada proposta nós traz, mas na minha ação profissional sempre busquei me respaldar bastante com ele. Vejo que o projeto ético-político está diretamente presente com a ação cotidiana na vida profissional. E ao mesmo tempo acho complicado dizer que só está no profissional e não está no pessoal. Porque o projeto ético-político da nossa profissão tem uma grandeza de discussão e de concepção que nos propicia a fazer uma mudança geral enquanto pessoa; eu seria dicotômica dizer que, enquanto pessoa penso assim, mas enquanto assistente social penso de outro modo... Passa a ser um posicionamento total de pessoa, profissional, de vida. Então acho que ele é além de um projeto de profissão, mais um projeto de vida. É o projeto ÉTICO-POLÍTICO (*com ênfase*) que marca o que você é. Quem eu sou? Vejo que hoje minhas ações, meu pensar, meu jeito de agir estão diretamente [ligados] ao que está no nosso projeto ético-político. Então, desse modo por ele propiciar uma mudança e ser um projeto de vida, ele está presente em tudo – na sala de aula, na relação com os colegas de profissão, com a população usuária. Que antes a gente tinha um modo de pensar mais fragmentado, e hoje se busca um modo mais dialético que isso já é o direcionamento do projeto ético-político. O respeito e aceitação da pluralidade que é um exercício que a gente faz. Numa discussão do projeto ético-político como um todo, ele perpassa todas as discussões da sociedade – da questão ética, da questão política de governo, da questão política de opinião, dos aspectos sociais, econômicos, culturais, os valores, é em um todo mesmo.

Tais considerações se baseiam na perspectiva de que não é possível vivenciar determinados valores na instância profissional de forma desconectada das demais relações que se estabelece enquanto ser humano.

Os princípios que fundamentam o Projeto Ético-Político do Serviço Social devem ser entendidos de forma ampla e analisados a partir da perspectiva de apreensão da realidade em sua totalidade, não se restringindo aos interesses e necessidades específicos de uma parcela da sociedade.

A assistente social Elisa reforça a importância de que a discussão do Projeto Ético-Político perpassasse todas as instâncias da formação profissional.

Acredito que, para que tenha uma boa formação hoje ele [o projeto profissional] tem que ser contemplado nas disciplinas como é, a disciplina exclusiva que trabalha com ele, mas outras que fazem (...) a interdisciplinaridade. Ele tem tudo a ver, porque não adianta eu ir para uma sala de aula falar de gestão social ou de planejamento sem conhecer o

projeto e estar relacionando isso com o aluno, a forma dele agir lá fora, dele atender o usuário, o cliente dele. É o que nos norteia, porque a gente tem que entender que ele está dentro desse novo contexto de formação. Não dá para você fugir dessa perspectiva.

Enquanto projeto profissional vinculado a um projeto societário, que se assume como detentor da possibilidade de efetivar novas formas de relações sociais e políticas, requer que estes princípios sejam debatidos sistematicamente, para dessa forma serem interiorizados pela categoria e efetivados no seu cotidiano profissional.

Questionada sobre as formas de trabalho que adota para discutir e possibilitar a compreensão do Projeto Ético-Político no cotidiano da profissão com seus alunos, Eliana refere que:

É poder fazer o aluno ver que lá na vivência dele na sala de estágio, na sala de aula, na relação com a família e com os colegas, etc., o nosso projeto está posto e é possível. Ele é para tudo. Por isso é que eu digo que é um projeto de profissão, mas que ele não está desconectado do projeto de sociedade. Que sociedade é essa que a gente busca. Que fazer profissional que você está buscando. Com qual objetivo você está atendendo essa pessoa. Então tudo isso está direcionado no nosso projeto. Está direcionado com os nossos princípios éticos, o código de ética que é a lei de regulamentação da profissão, que traz para a gente o dever. Os alunos colocam isso pode isso não pode, até associando a uma brincadeira que tem em um programa de TV. Não é simplesmente você ficar engessado como a questão: é dever é direito. Mas por que é dever e por que é direito? Qual a fundamentação que tudo isso tem. Acredito que dessa forma a gente tem conseguido discutir o projeto ético político na sua integra...

Para tanto, faz-se necessário particularizar o entendimento acerca de cada um dos seus princípios.

Partindo do primeiro princípio: Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas a ele inerentes: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

É necessário que seja esclarecida a que liberdade a categoria de assistentes sociais se refere: uma liberdade que não se restringe às decisões individuais; na construção do projeto profissional do Serviço Social é a liberdade é entendida como construção coletiva, uma vez que a liberdade de cada um depende da realização de todos.

No cotidiano profissional o assistente social vivencia a própria expectativa de transformação, que se contrapõe às condições concretas da sua ação profissional, este conflito implica no risco de incorrer-se no que Yamamoto (2000) denominou de uma postura fatalista ou na postura que se baseia na visão messiânica da profissão.

Helena aponta o primeiro princípio como aquele que considera imprescindível para que os demais sejam efetivados.

Acho que o primeiro vem a liberdade, a justiça, da busca pela emancipação, da busca um pouco dos direitos, porque eu acho que, não que ele consiga abarcar os onze, eu acho que todos os outros tem as suas especificidades, mas o primeiro... Eu acho que a questão da liberdade, da justiça, da emancipação, da ampliação de direitos sociais, eles são importantes. Então me vem isso agora porque eu acho que a questão da liberdade... a gente sabe que tem uma liberdade de consciência, uma liberdade que passa pela nossa consciência, mas é uma luta efetiva pra que a gente conscientemente consiga liberdade de expressão, igualdade, participação, e eu acho que ampliação dos direitos sociais, a emancipação mesmo, humana, política... Acho que é um princípio [que] traz uma visão um pouco mais ampla.

Visando sua aplicação no cotidiano profissional, o assistente social deve fazer com que a necessidade se transforme na possibilidade de liberdade como realidade, procurando criar no cotidiano, através da busca diária, baseada na reflexão crítica e na proposição de estratégias profissionais.

No que diz respeito ao segundo princípio: Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.

Entende-se que a postura a ser adotada pelo assistente social frente à realidade que se coloca repleta de desigualdades e de degradação da vida humana, deva ser de colocar-se diametralmente contra qualquer tipo de situação ou comportamento que comprometa a integridade dos cidadãos ou aviltem sua vida, sejam elas nas suas instâncias de trabalho, sejam elas no seu cotidiano de vida pessoal e social.

Os princípios éticos podem se configurar em instrumentos que orientam e apóiam tais posturas profissionais, visando seu enfrentamento e a superação de tais situações.

A efetivação do terceiro princípio fundamental do projeto ético-político que preconiza a ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das

classes trabalhadoras, requer que seja definida a concepção que se tem de cidadania, que extrapole a perspectiva dos mínimos sociais e que busque garantir o acesso dos cidadãos de maneira universal e integral aos direitos sociais, políticos e civis.

Helena destaca a possibilidade de que seja verificado o compromisso do profissional com os preceitos contidos no Projeto Ético-Político através do envolvimento e da participação do assistente social na construção coletiva de ações que visem o atendimento dos interesses e necessidades da população, por intermédio da sua organização.

Eu acho que a gente consegue visualizar essa dimensão, o compromisso de um profissional com a dimensão, com o projeto ético-político, não pelo discurso que ele tem, mas pelo exercício profissional cotidiano, pelas ações que ele estabelece, pela mobilização que ele estabelece com a população, pela forma como ele constrói com a população. Eu acho que a perspectiva da garantia da liberdade, da garantia inclusão, da participação, eu acho que dá pra perceber muito isso. Quando a gente percebe como é que a população está se organizando e como é que esse profissional está se vinculando. Eu acho que o profissional, quando ele fica só esperando a demanda chegar, ele não percebe a dimensão política que está posta ali, que ele pode ir construindo. Então eu acho que a partir das ações que ele desenvolve, como é que ele se relaciona e como é que ele faz uma vinculação de classes, de fato, com a população que ele atende.

Cabe ao assistente social, no seu fazer profissional cotidiano, onde convive com a necessidade de apresentar respostas imediatas para as solicitações emergenciais, que se concretizam através da viabilização do acesso aos benefícios, buscar a elaboração de estratégias que não se reduzam a aos padrões econômicos predeterminados.

No que concerne à defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida, enunciada no quarto princípio fundamental, a luta da categoria está baseada na busca pela democracia que não se restrinja a concepção de democracia política, visa promoção e garantia de acesso igualitário a vida digna, assim como a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho nas mesmas condições para todos os indivíduos.

A perspectiva de democracia social determina que no estabelecimento de sua relação profissional, o assistente social procure construir um espaço de comunicação com o usuário de seus serviços profissionais, devendo romper com as tradicionais práticas que se baseiam na tutela e no controle do outro, possibilitando

todos participem ativa e conscientemente do processo decisório e da publicização de informações e orientações concernentes ao espaço institucional.

O posicionamento do assistente social em favor da equidade e justiça social pressupõe que seja assegurada a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática, entendendo-se a existência de vinculação das perspectivas de equidade e a justiça social com as concepções de democracia e liberdade, buscando garantir que os direitos sejam universalizados.

Compete aos assistentes sociais, mostrarem-se contrários a elaboração de critérios restritivos de elegibilidade, uma vez que estes se baseiam na aferição dos níveis de pobreza e não contribuem para que sejam levados em conta, na elaboração de projetos e programas sociais, os direitos dos cidadãos, independente de suas condições de vida.

O Serviço Social deve se comprometer com a democratização desses critérios, para que os mesmos sejam utilizados como alternativas que possibilitem o atendimento do maior número possível de usuários nos referidos programas e políticas.

O empenho a eliminação de todas as formas de preconceito deve constar do compromisso da categoria através do incentivo ao respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

Tendo em vista que preconceito expressa um tipo de comportamento humano, marcado pela reprodução de hábitos e pela severidade na análise das situações cotidianas; cujas certezas são de tal forma inquestionáveis e inabaláveis, que nem mesmo a ciência ou a experiência conseguem desconstruí-lo.

A discussão acerca do preconceito, suas origens, sua fundamentação e as possibilidades de enfrentamento desses comportamentos, que se baseiam na desinformação e na ignorância, deve perpassar o exercício profissional do assistente social seja na formação profissional, seja no atendimento dispensado à população usuária de seus serviços, conforme relata Eliana:

A questão do preconceito surge muito [em classe], às vezes os colegas da sala de aula começam a ter uma atitude preconceituosa com os colegas, ou por diferença de sexo ou de religião. Isso ainda aparece, mas eu percebo na discussão dos conteúdos a gente consegue colocar o dedinho no preconceito que há no aluno para poder superar mesmo. Acho que é bastante interessante esse princípio, porque à medida que eu começo a

trabalhar isso eu vejo um resultado. Muitos alunos superaram essa questão, principalmente a questão da idade. A gente tem trabalhado bastante, mas não só na disciplina de ética, mas em toda disciplina. A questão dos novos arranjos familiares que a gente relaciona direto a debate com os princípios éticos. Porque a família é desestruturada, o que aparece muito nos relatórios dos alunos como reprodução do que eles vêem com seus supervisores. Essas famílias desestruturadas, de acordo com os nossos princípios, como estão à questão da liberdade, como está à questão do acesso, da universalidade, acesso aos direitos. Então a gente tem que analisar todos.

A manutenção de atitudes preconceituosas contribui para inibir a autonomia do indivíduo, reduzindo as possibilidades de desenvolvimento da sua liberdade enquanto cidadão, por dificultar a oportunidade de elaboração de estratégias concretas e alternativas de escolha, o assistente social comprometido com os princípios do Projeto Ético-Político não deve se furtar de avaliar cotidianamente as atitudes e concepções preconceituosas que se fazem presentes no seu próprio comportamento.

É necessário o exercício da tolerância e do respeito ao outro e a suas diferenças, visando a não restrição da atuação profissional a opiniões pessoais e valores morais.

A garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento profissional não significa equivalência entre as diferentes posições teórico-práticas.

O pluralismo busca a hegemonia e não a imposição de idéias e concepções teórico-metodológicas e político-profissionais, sendo assim pressupõe o confronto de opiniões, a argumentação e a convivência com o modo diferente de ver e pensar, pois não se furta da polêmica e do das controvérsias.

O reconhecimento do direito de expressão das diferentes posições teóricas que convivem na sociedade contemporânea demonstra o amadurecimento da categoria profissional e garante as condições para o debate e a discussão crítica, que alicerçam a liberdade do pensar e do construir coletivamente.

Faz-se necessário que o docente em Serviço Social esteja apto para abordar, trabalhar e responder às demandas que emergem da sala de aula, assim como o assistente social supervisor de estágio deve atender aos requisitos de seus estagiários, no que concerne a discussão acerca da questão do pluralismo, que

também envolve a postura tolerante com a diferença, desde que esta teoria esteja inserida nas formas democráticas de relação social.

A questão da pluralidade. Em todas as minhas aulas aparece muito a questão da pluralidade, porque os alunos indagam como a gente tem uma formação embasada em um referencial teórico marxista se a gente tem um supervisor que ainda fala em August Comte. Outra dificuldade que aparece muito é a questão da teoria sistêmica, como que a gente aceita. Porque a teoria sistêmica está sendo referencial teórico utilizado pelos profissionais sendo que as nossas diretrizes são para superação do que está posto, então propõem na verdade uma mudança de sociedade. A gente está sendo contra a sociedade capitalista. Aceitar a responsabilização do indivíduo. (Eliana)

O profissional deve estar preparado para o enfrentamento de situações em que sejam colocados posicionamentos apoiados em diferentes matrizes teóricas e não pode se esquivar do debate de idéias, é através da polêmica que a categoria se torna capaz de questionar e revigorar posicionamentos, não se deixando envolver em atitudes maniqueístas e não se perdendo no embate baseado em rivalidades pessoais, que se fundamenta na intolerância teórica.

Quanto a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero, pode-se destacar intenção da categoria em contribuir para que sejam abandonadas as relações pautadas na opressão; esta preocupação do Serviço Social se reflete na elaboração de propostas de intervenções profissionais que permitam o enfrentamento das desigualdades de forma concreta e verdadeira.

O reconhecimento da necessidade de que sejam abolidas todas as formas de dominação e exploração possibilita o estabelecimento de vínculos do assistente social com a população, objetivando a construção dessa nova sociedade mais justa e igualitária.

A articulação com movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do Código de Ética e com a luta geral dos trabalhadores tem sido construída desde que a discussão da ética no Serviço Social extrapolou o âmbito do Código de Ética e reconheceu a necessidade e importância do posicionamento conjunto das diferentes categorias profissionais existentes na sociedade, visando o enfrentamento das condições de vida da população.

Por intermédio do processo de amadurecimento profissional, o Serviço Social toma consciência das possibilidades existentes nesta articulação, que teve

início no Movimento de Reconceituação e se concretiza na atualidade através da efetivação dos princípios do Projeto Ético-Político.

Helena relata a concepção trazida de sua formação na graduação acerca deste movimento vivenciado pela categoria.

Os profissionais também formados na década de 80 vivenciaram o movimento de evolução de um período crítico, de um período em que se buscavam algumas coisas... Eu não sou dessa geração, mas eu consigo ver um pouco isso hoje. E também por que eu tive professores formados nessa perspectiva, onde foram gestadas as primeiras mudanças e as perspectivas de construir um projeto de profissão...

A transição que ocorreu do Serviço Social que pautava sua intervenção na concepção tradicional-conservadora para uma profissão plural contribuiu para a construção de uma postura profissional que não mais aceita a submissão, posicionando-se de maneira crítica contra as relações que desumanizam, exploram e aviltam a vida.

O compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional implica na compreensão da relação existente e indissolúvel entre as dimensões teóricas, técnicas, políticas e éticas que devem estar vinculadas à perspectiva de responsabilidade e dever, as quais são consideradas fundamentais no agir profissional, estando vinculadas ao compromisso profissional.

A definição de competência adotada pelo Serviço Social a entende como a postura adquirida pelo profissional através da experiência construída na inter-relação com o usuário e que, ao ser compartilhada, passa a ser influenciada pelas circunstâncias e condições de trabalho do contexto social, onde o assistente se encontra inserido.

A qualidade dos serviços prestados passa pelo desenvolvimento, por parte do assistente social, da criticidade, da habilidade de projetar e propor estratégias para atuação e da possibilidade de ultrapassar as concepções que reduzem a realidade a análises superficiais e unilaterais.

Duas das entrevistadas destacam o compromisso com a qualidade dos serviços prestados como fundamental que o Serviço Social, apontando a busca pelo aprimoramento intelectual como estratégia:

Uma coisa que é importante é a continuação dos estudos. Os alunos tinham que entender isso, e principalmente por nós trabalharmos com área que envolve direitos, cidadania, aquela questão de efetivar, porque se você só trabalhar com assistência é muito fácil, qualquer um faz. Não precisa um ser humano ter quatro anos de faculdade... Qualquer ser humano consegue, desde que treinado, ele faz. O importante é a continuação. Você está no doutorado, nós fizemos mestrado. Pena que isso não é estimulado. Nem pelas empresas, porque não há incentivo e a dificuldade mesmo de todo mundo ir é pela questão de vagas, custo. É fundamental essa ação, esse investimento. Alunos que morriam de vontade de fazer pós, hoje têm pós, mas eles não têm dinheiro porque o salário que eles ganham é muito pequeno. Não dá ainda para entrar em uma pós. Acho que esse é o diferencial para efetivar realmente [o projeto ético-político] e a gente poder exercer com muita clareza essa profissão, lembrando sempre desse novo projeto que é uma nova proposta. (Elisa)

Através do compromisso que a gente tem hoje com a docência, da formação, a busca pela qualificação profissional, que isso é extremamente importante, a gente sempre buscando e participando de tudo que acontece envolvendo a categoria. (Agnes)

No que diz respeito ao compromisso pela efetivação do exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física, a categoria pretende assegurar tanto os direitos dos assistentes sociais assim como se posiciona a favor do respeito pelos usuários e por profissionais de outras categorias.

Visando a construção de uma nova ordem societária é imprescindível que sejam rompidas as expectativas relacionadas às verdades inquestionáveis e as certezas prontas, principalmente no que aplica à crítica ao preconceito, que busca garantir que o profissional assistente social e aos usuários de seus serviços o respeito à sua individualidade, particularidades, que se expressam por meio de hábitos, costumes, posturas e comportamentos, que não ferem os direitos da coletividade e que os singularizam enquanto indivíduos, não sendo justificados quaisquer tipos de situações que indiquem atitudes profissionais baseadas em juízos de valor, que levem a adoção de critérios excludentes ou a oportunidade de acesso a regalias.

Frente a estas considerações, torna-se relevante destacar a intersecção dos fundamentos contidos no Projeto Ético-Político com a elaboração das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, que têm como objetivo a formação de profissionais assistentes sociais conscientes de seu papel político no estabelecimento das relações sociais e comprometidos com os valores éticos eleitos como prioritários pela categoria profissional.

2.5 A contribuição do Projeto Ético Político para a construção das Diretrizes Curriculares para o Serviço Social.

O processo de revisão curricular deflagrado no final da década de 90 e a discussão acerca da implantação das novas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, apresentadas pela ABEPSS, definidas após a realização de debates que contaram com a participação da categoria e das Unidades de Ensino de todo país foi resultado da ação da referida associação em parceria com órgãos representativos como o Entidade Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e o conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS), além de profissionais ligados aos cursos de Serviço Social, enquanto docentes, alunos e assistentes sociais que atuavam diretamente no exercício cotidiano da profissão.

Atualmente, após o referido processo de revisão curricular por que passou a profissão e com a definição das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, em contraposição às orientações contidas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para o ensino superior, a categoria vem buscando garantir o respeito e a efetivação dos princípios acadêmicos-profissionais e ético-políticos do Código de Ética e do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

A categoria, ao eleger estes princípios, constrói seu

[...] projeto profissional que está vinculado a um projeto social radicalmente democrático...[e que parte da] compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante ao trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade – aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social [...]. (CÓDIGO...[1993], p. 5)

Para tanto, a proposta contida nas Diretrizes Curriculares objetiva

resgatar a prática do Serviço Social enquanto trabalho [visando] recuperar, no âmbito das particularidades profissionais [as forças e relações ao mesmo tempo instituídas e instituintes da sociedade brasileira] e seus sujeitos (CARDOSO,1997, p.28)

Sendo assim, há que se investir na formação profissional orientada pelas Diretrizes Curriculares, que, como pontuado anteriormente, tem como objetivos a garantia do cumprimento do Código de Ética e a consolidação do Projeto Ético-Político da profissão, assim como buscar defender a formação especializada, que priorize a qualidade dos serviços oferecidos à população demandatária da atuação profissional do assistente social.

A formação em Serviço Social pressupõe o acesso do futuro profissional a um referencial de conhecimentos filosóficos, visando fundamentar e consolidar sua compreensão e posicionamento frente às demandas da profissão, essa mesma formação não deve deixar de levar em conta o arcabouço teórico e filosófico anterior, que pode ser entendido como visões de mundo recebidas, incorporadas e trazidas de sua formação pessoal, familiar e sócio-cultural pelos assistentes sociais.

Neste sentido, as disciplinas de ética e ética profissional têm um papel relevante na construção das concepções e na discussão acerca dos valores e princípios trazidos pelos alunos, quando ingressam no curso de graduação em Serviço Social.

Eu vejo que essa disciplina é um espaço onde nós podemos fazer esse enfrentamento de mostrar para o aluno as contradições que existem na sociedade. O fato de ser uma profissão que atua exatamente nesse espaço contraditório do que se faz presente na relação capital x trabalho e que o nosso projeto ético político não é longe disso, discute exatamente essas contradições, que ele traz para gente a reflexão do que a gente pode fazer no cotidiano, ele nos direciona a um posicionamento democrático, como à vezes [os alunos] perguntam onde vão exercer a democracia. É a gente poder fazer uns exercícios em sala de aula e mostrar exemplos de fazer um trabalho com a população, não simplesmente para a população. O que significa isso. Liberdade. Mas onde eu vou discutir essa liberdade. [Em] que espaço eu vou falar de equidade com a população. A universalidade que a gente não vê ... Então poder relacionar tudo isso. Onde a gente está? Está na saúde? O que o SUS coloca para a gente? Então poder pegar mesmo essa política e mostrar a questão da universalidade à questão da equidade, o que significa isso. Justiça social. Mas onde? (Eliana)

Visando alcançar este objetivo, há que se trabalhar cotidianamente tanto durante a formação dos futuros assistentes sociais, quanto nas oportunidades construídas coletivamente com os profissionais, visando possibilitar o debate e a incorporação dos princípios eleitos pela categoria como fundamentais para sua inserção e reconhecimento na sociedade.

As duas assistentes sociais responsáveis pelas disciplinas de ética e ética profissional apresentam seu entendimento acerca da dimensão ético-política na formação profissional.

Com certeza hoje ela [a dimensão ético-política] está bastante presente em todas as disciplinas. A gente procura não só dentro da disciplina de ética, mas todas trabalham de forma interdisciplinar, então todas as disciplinas acabam trabalhando ética e o projeto ético político. Porque o projeto ético político é uma questão central. Hoje em nossa profissão não tem como trabalhar uma disciplina isolada do projeto ético político. (Agnes)

Hoje não só como professora da disciplina, uma grande mudança que eu vejo é o fato de já se ter na grade curricular Ética I e II, ética nos fundamentos filosóficos e ética profissional onde a gente pode trabalhar os códigos da ética, todo o projeto ético político, [a sua] discussão. Então eu vejo que com isso a gente está começando a fortalecer mais o nosso projeto ético político. Isso tem me dado essa visão, (...) por estar nessa disciplina. Isso em comparação com a minha graduação. Comparando a minha graduação com os alunos hoje, eu vejo que os alunos conseguem debater o nosso projeto ético político com mais propriedade. (Eliana)

Eliana traz em sua fala de que maneira a formação pretendida e adotada como estratégia e que se encontra fundada na defesa dos princípios contidos no Código de Ética dos Assistentes Sociais, visando reforçar a consolidação Projeto Ético-Político do Serviço Social possibilita essa mudança na perspectiva do futuro profissional.

Ele traz uma perspectiva de análise de um profissional que tem uma visão crítica da realidade, visão crítica da sociedade, aliás, nosso projeto ético político, em um todo, é bem fundamentado teoricamente na teoria social crítica, a gente pode colocar aqui a teoria social marxista, à medida que a gente discute uma sociedade sem desigualdade, onde tenha a garantia e a efetivação da cidadania, da liberdade, uma sociedade democrática, participativa em fim.

A perspectiva de que estes objetivos sejam alcançados está calcada na compreensão da realidade social, na postura crítica dos profissionais frente a esta realidade e no compromisso, por parte da categoria, com os interesses e necessidades expressos pela classe trabalhadora.

Eu acho que as diretrizes curriculares trazem uma questão importante que é aproximar as unidades de ensino ao mundo acadêmico, à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa, da profissão, do CRESS, como sendo um elemento que pensa junto a formação profissional e não fica só na fiscalização, acho que o próprio pensamento e própria organização da categoria vem vivenciando mudanças ... A partir das diretrizes, as unidades

de ensino são convidadas a participar. Então se tem as discussões no âmbito nacional, podendo discutir as diversidades regionais, estaduais... Também, quando se descentraliza um pouco a ABEPSS, a gente vai ter uma aproximação das unidades de ensino, no pensar coletivamente no direcionamento da profissão em âmbito nacional. E com essa aproximação das unidades de ensino se aproximam os estudantes, que fazem parte desse processo, os supervisores de campo, que já não são mais deixados isoladamente como se o compromisso deles fosse só o de auxiliar os alunos no aprendizado prático, mas que eles também fazem parte da dimensão teórica, da dimensão ética, da dimensão política, e que eles fazem parte da formação profissional. (Helena)

As colocações de Helena expressam de forma clara e objetiva os avanços que têm sido alcançados a partir da implantação das diretrizes curriculares, no que se refere aos órgãos da categoria responsáveis pela garantia da qualidade da formação e da intervenção dos assistentes sociais, assim como dos direitos profissionais.

Ainda no que concerne às contribuições da proposta contida nas diretrizes curriculares para o ensino do Serviço Social, pode-se destacar o fato das mesmas priorizarem a formação de profissionais críticos, propositivos e comprometidos com o Projeto Ético-Político da categoria, através da construção de conhecimento teórico-prático e da aquisição de atitudes, habilidades e competências embasadas em valores e princípios coletivos, que os capacitem para o desempenho de suas funções e o exercício de ações conscientes.

Três das assistentes sociais entrevistadas exemplificam, a partir do seu cotidiano profissional como docentes, as possibilidades de se constatar os resultados obtidos:

Hoje eu consigo ver que nos alunos, no envolvimento deles, o compromisso com a classe trabalhadora, a discussão do que significa essa classe trabalhadora, a discussão que os nossos alunos têm do entendimento de liberdade, que liberdade que é essa dentro de uma sociedade capitalista, que liberdade que é essa, para o exercício dos direitos sociais, direitos que nem sempre são garantidos. A discussão de cidadania, que eu vejo que não está sendo uma discussão de cidadania separada do que significa um estado de bem estar, separada dos direitos propriamente ditos, direitos políticos, civis, sociais, é uma discussão de cidadania que eu vejo hoje com um debate um pouco mais amadurecido, isso em comparação com colegas que se formaram junto comigo, que eu vejo que, quando a gente se encontra, ainda tem um pouco de dificuldade e que isso está atrelado ao que nós não tivemos. Avaliando, eu vejo que o aluno de serviço social hoje, colocando todos os parenteses, aspas, chaves, colchetes e etc., em relação ao que está acontecendo no ensino superior hoje, que isso está trazendo uma luta em relação à qualidade do ensino, mas pensando no ideal das diretrizes curriculares, no debate ideológico da nossa profissão, eu vejo que nós evoluímos bastante, de forma significativa quando nós temos um aluno que não aceita mais estar em cima do muro,

mas com posicionamento político. Principalmente vendo hoje a participação nos encontros do ERESS, Encontros Regionais do Serviço Social, eu acho que eles tem se fortalecendo um pouco mais em relação a anos anteriores, eles estão mais na frente dos debates da profissão, não descaracterizando os movimentos estudantis de antes, mas comparando a década de 90 com os dias atuais. Eu entendo que hoje estão mais engajados. (Eliana)

Acho que os novos profissionais que estão saindo, aqueles alunos que são os bons alunos, eles têm uma prática diferenciada e a gente já percebe o envolvimento, mais [do que] os anteriores a esses, porque o curso daqui [UNIFEV] já [foi criado] com essa proposta quando ele iniciou, a primeira turma iniciou em 1999. Agora, o grupo de profissionais que a gente tem contato com formação anterior a essa, aí a dificuldade é grande, porque dificilmente eles continuam estudando. Eles não tiveram mais acesso. [Com] muitos profissionais a gente fala do projeto ético-político e eles não tem nem noção do que seja esse projeto ético-político. Eu percebo isso e não sei se a minha visão é a visão da maioria, mas os poucos [com quem tenho] contato, talvez pelas áreas que eu atendo, têm essa dificuldade sim. (Elisa)

Com certeza nesses alunos que estão se formando agora sim. [Há] muita diferença. A gente vê que eles são atuantes, são mais ousados, sabem mais o que buscar para a profissão. Então faz diferença sim. Traz um entendimento melhor da profissão. Direciona as ações... Principalmente aqueles alunos que estão na prática. Às vezes a gente entra em contato e [eles] falam que determinadas situações que passamos em sala de aula foi vivenciada na prática e foi muito bom, pois [ele] soube como agir. A gente identifica bastante. (Agnes)

Para tanto, há que se superar a visão endógena do Serviço Social, assim como extrapolar os muros universitários, nas palavras de Lamamoto (2004).

É relevante destacar que a formação profissional integra, necessariamente, tanto o conhecimento teórico, os valores e modelos acumulados pela própria profissão, ao longo de sua trajetória histórica, quanto é composto pela vivência pessoal e social de formadores e formandos.

Sendo assim, a formação profissional deve ser entendida como “não apenas a informação teórica que forma o profissional; a formação atualiza, em seus objetos, a história e o contexto, a experiência e a vivência de indivíduos e grupos”. (NICOLAU, 2004, p. 83).

Os avanços alcançados com a elaboração e aprovação das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social podem ser observados a partir da análise dos diversos eixos relevantes que foram discutidos ao longo do debate empreendido pela categoria, que envolveu docentes, discentes, profissionais e entidades representativas, vale ressaltar que o resgate do ensino da prática do Serviço Social não dissociado do ensino teórico foi considerado prioritário, visando alcançar o perfil de profissional a ser formado.

Eu acho que o debate das diretrizes curriculares, principalmente a partir da década de 2000, o direcionamento que vai se ter na ABEPSS, que vai se ter no CFESS, nos CRESS é de um perfil que vai [apresentar] os resultados depois. Os alunos participando. Então a gente já viu que, dez anos depois, das discussões das diretrizes temos a primeira avaliação no âmbito das microrregiões da ABEPSS pra ver como é que as faculdades estão implantando, quais as dificuldades, quais os desafios, nós estamos sentindo que a gente tem um momento de participar junto, de trabalhar junto, de ter um pensar dessas diretrizes dependendo do lugar onde você está. Mas que você tem momentos de coletividade nas discussões. Então eu acho que isso enriquece muito a formação e, com certeza, é por isso que o perfil dos alunos formados agora é um perfil de alunos que estão muito engajados com os rumos da formação profissional. Eles não vão lá só em busca de uma formação. Eles vão em busca da construção da sua formação profissional. Eu acho que isso é mais importante, mais interessante... (Helena)

Objetivando a construção de uma formação profissional que capacitasse os assistentes sociais para compreenderem a sociedade de forma crítica e atuarem nessa realidade de maneira comprometida, foram estruturados três núcleos temáticos: Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Fundamentos do Trabalho Profissional, que se articulam e se complementam através do conjunto de conhecimentos e habilidades considerados necessários e adequados para a qualificação e o exercício profissional do assistente social no cotidiano, procurando superar a perspectiva seqüencial, evolutiva ou hierárquica entre as matérias, uma vez que “abrangem dimensões e níveis de abstração distintos de categorias de análise para compreender e intervir na realidade.” (IAMAMOTO, 1998, p.73).

Esta estruturação tem por objetivo buscar romper com aspectos presentes no cotidiano do ensino da profissão, ao valorizar os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, que são fundamentais e complementares, mas que não devem ser aprisionados em si mesmos (IAMAMOTO, 1998).

Tal proposta se justifica pelo fato que a fundamentação teórico-metodológica não se sustenta isolada do conhecimento profundo das condições e relações sociais, além da compreensão da dinâmica dos processos sociais; enquanto que a inserção e o engajamento político desvinculados da fundamentação teórico-metodológica e descolados do instrumental operativo para ação tornam-se insuficientes para contribuir para a superação dos limites e das dificuldades enfrentadas pelo assistente social em seu cotidiano profissional.

Da mesma forma que nas considerações anteriores, a base técnico-operativa se mostra inadequada e improcedente, quando não alicerçada e apoiada nos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos.

A partir desta perspectiva, pode-se depreender a lógica que articula as diretrizes e que não aceita que as disciplinas sejam fragmentadas ou segmentadas, não devendo haver também o alheamento entre seus conteúdos, uma vez que se pretende que o profissional ao atender as exigências cotidianas, tenha condições de apresentar respostas imediatas e também os subsídios necessários para refletir acerca das origens dessas necessidades, estabelecer as relações e reconhecer os vínculos das situações com a realidade na qual estão inseridas.

No entanto, tendo em vista a realidade vivenciada pelos assistentes sociais no seu cotidiano, é possível encontrar referências acerca de profissionais que enfrentam obstáculos concretos à sua efetivação.

Em relação aos profissionais, o compromisso do projeto ético político, eu vejo que os profissionais no dia a dia estão enfrentando uma faca com dois gumes, porque é o que a gente escuta muito de supervisores, “se eu estou, se eu vou buscar lutar para de fato efetivar de fato o que eu acredito, o que a nossa profissão acredita o nosso projeto de profissão, eu corro o risco do desemprego por conta que os espaços de trabalho, as instituições, as organizações não governamentais, acho que não diferente as prefeituras, com a questão política partidária”, como está hoje de forma tão acirrada, as coerções que os profissionais enfrentam, “ou você faz isso ou você não tem essa contra partida, ou é assim ou é demitido”. Eu percebo que o nosso projeto começa a ficar perdido, pois o profissional passa a se posicionar contra a classe proletária a favor da classe neo-entregador para poder garantir seu meio de sobrevivência apesar de acreditar nos princípios do projeto. A pressão política e a pressão dos donos do poder, de quem estão no poder. (Eliana)

Para tanto, há que se

buscar um fluxo constante de interação entre teoria e prática bem como a união progressiva de conhecimentos com as exigências da realidade...inclusive através do rompimento com a realidade de atribuir a certas disciplinas virtudes especiais para a formação da consciência crítica dos alunos, como se esta resultasse de conhecimentos formais ou de atividades específicas para esse fim (SÁ, 1995, p. 28)

E faz-se necessário delimitar os conceitos de teoria e prática, uma vez que segundo Faustini (1995) a incorporação limitada que se faz do conceito de teoria a coloca como deslocada do processo e do sentido do evento estudado, sem

considerar que o homem “não teoriza só porque pensa, teoriza também por que sente, porque age”. (PEREIRA, 1982 apud FAUSTINI, 1995, p. 17).

No entanto, a teoria em si não transforma o mundo. Ela pode contribuir para a transformação desde que seja assimilada por aqueles que, através de atos reais e efetivos, visem tal transformação. Essa ação efetiva de transformação é a prática entendida como atividade racional e social dos homens na transformação da natureza e da sociedade (KAMEYAMA, 1989, p.100)

Frente a esta situação, têm-se como proposta o rompimento da dicotomia, ainda vigente em alguns setores da profissão, entre teoria e prática, disciplinas teóricas/analíticas e técnicas/práticas, os que pensam e os que fazem, da forma como a questão era tratada antes da implantação das diretrizes curriculares.

Elisa relata de que forma tem podido observar esta mudança de postura dos profissionais, a partir da nova proposta de formação:

Eu acredito que sim porque nós temos muitas ex-alunas na prática e é tão legal. Ontem mesmo eu estava na conferência do idoso e nós tínhamos lá ex-alunas que estão atuando nos CRAS e elas [estava] falando e propondo. Claro que não só indiretamente, os conteúdos que nós trabalhávamos facilitaram, ajudaram, principalmente quando a gente trabalha com projetos, que é o que elas trabalham bastante. Mas eu continuo vendo o contexto, de uma maneira geral a gente percebe que contribuiu sim, porque quando eu falo de gestão social e quando eu falo de planejamento e os projetos e depois elas falam - olha que legal, a gente viu isso, viu aquilo, me ligam para orientar alguma coisa de projeto. A gente acaba auxiliando e elas são na verdade um pouquinho de cada um de nós professores. Cada uma tem o seu jeito e depois elas levam para a prática. Claro que não são todos, tem aquele aluno que a faculdade vai ser só mais uma etapa na vida. [Em] muitas [ex-alunas] que estão na prática a gente percebe essa contribuição, não da Marisa, mas da professora que auxiliou nessa formação.

A docente continua em sua fala a comprovar o que as diretrizes curriculares preconizam, busca por uma formação profissional que não esteja baseada em análises teóricas desconectadas da realidade e por uma intervenção profissional que não se restrinja a perspectiva empírica e pessoal do profissional.

O que eu percebo é que eles saem com uma noção muito grande de direito, um desejo de fazer isso acontecer muito grande. Ontem eu fui abordada por uma aluna que dizia que estava em uma instituição que só estava atendendo assistencialismo, o que poderia ser feito para mudar, porque incomodava muito. Você percebe que elas assimilaram a importância de não só assistência, mas a garantia de efetivação dos direitos, de emancipar essa população para deixar de precisar dessas coisas. A gente tem um grupo bom que trabalha isso aqui, a título de

professores, coordenação para trabalhar o senso crítico nosso, porque não dá para você achar que tudo é culpa de DEUS, aquelas coisas malucas que a gente ouvia alguns anos atrás. Trabalhar dentro dessa dimensão ético-política faz com que a gente perceba essa necessidade de investir no outro de respeitar porque é a questão da cidadania plena, de emancipação, de fazer com que o outro se emancipe, saia dessa situação de miséria. Miséria não só financeira de alimentação mais de intelecto, de conhecimento de falta de informação. Acredito que faz toda a diferença. Eu não tive isso. Eu tive que aprender na prática. E isso faz muita diferença, porque até você aprender isso, você erra muito. Hoje esse grupo já sai com tudo isso direcionado, acredito que assim fica mais fácil a prática. (Elisa)

A partir desses pressupostos, cabem ponderações a respeito da relação teoria/prática, ponderações estas que têm estimulado profundas reflexões e amplas discussões no âmbito do Serviço Social, no decorrer da trajetória da profissão. Uma vez que é relevante procurar entender melhor esta relação para que se possa propor novas formas de abordá-la.

A assistente social Elisa refere seu interesse por esta questão em especial, tendo inclusive sido este o tema de sua dissertação de mestrado.

Começando a discutir trabalho profissional, o que me instigava muito era essa questão que [se baseia na afirmação]: na teoria é uma coisa e na prática é outra. Eu fui buscar o entendimento dessa dicotomia. O porquê dessa dicotomia? Será que ela existe, porque para mim ela nunca existiu. Para mim era muito contraditório quando um profissional colocava isso. Então no mestrado fui buscar um entendimento a mais e foi onde me identifiquei com a questão da docência, continuei o mestrado, mas fiz esse viés, tanto que na minha dissertação eu trato o viés da formação profissional, mas com o comprometimento enquanto docente mesmo.

Neste sentido, outras considerações de Kameyana (1989, p. 101) acerca dessa relação são apropriadas, por reforçarem a concepção de que a prática está em unidade indissociável com a teoria:

A teoria e a prática constituem...aspectos inseparáveis do processo de conhecimento e devem ser consideradas na sua unidade, levando em conta que a teoria não só se nutre na prática social e histórica como também representa uma força transformadora que indica à prática os caminhos da transformação.

Conforme citado anteriormente e de acordo com referências da mesma autora e de Guerra (2002), para uma análise da prática profissional do assistente social, é preciso diferenciá-la da prática social, que é mais ampla e da qual a prática profissional faz parte, não devendo, portanto, serem confundidas.

A prática social é

compreendida como atividade racional e social dos homens na transformação da natureza e da sociedade como práxis – conjunto das objetivações dos homens - o que supõe a realização de atividades produtivas, sociais, políticas e científicas (GUERRA, 2002, p.154).

Sendo assim, a prática profissional compõe uma das instâncias da prática social desenvolvida pelos indivíduos e é perpassada por valores, princípios, questões ideológicas e posturas políticas.

No que diz respeito ao trabalho profissional como atividade prática do assistente social, ou seja, seu exercício profissional tem apresentado, no mais das vezes, ao longo da trajetória da profissão, características predominantemente instrumentalistas, a partir das quais eram valorizados o “saber fazer”, o domínio de modelos, instrumentos e técnicas, não levado-se em conta as implicações e os resultados desse fazer.

Elisa relata como este viés da prática profissional do assistente social se faz presente, reforçando inclusive sua identidade atribuída, como denominou Martinelli (1991).

Por mais que a gente veja que se trata de uma profissão legitimada, institucionalizada, tem muitos profissionais, principalmente quando a gente pega por essa região do interior do país, os profissionais não se vêem como profissionais intelectuais, porque a mão de obra deles passa a ser uma mão de obra barata, desqualificada, quando a gente começa a discutir a questão da dimensão ética... É a identidade que o profissional construiu enquanto assistente social no longo da graduação, do longo da sua ação profissional que é a questão do respeito da pluralidade. Nesse pluralismo nós temos profissionais que se colocam e aceitam ser submissos ao que está posto, como temos os que enfrentam e se colocam em novos desafios e abrindo novos espaços de trabalho para a nossa categoria. Eu vejo que o nosso projeto ético político está sempre sendo discutido pela categoria, entretanto não são todos, é difícil a gente afirmar que ele foi construído coletivamente, é debatido nessa coletividade, mas não são todos, não podemos pensar na totalidade, porque a gente se depara com profissionais que estão lá nas micro-cidades, lá no “interiorzão” de São Paulo, Mato Grosso e por aí a fora, e o profissional está isolado. Isolado porque não há unidade de ensino, por conta de CRESS, existem vários indicadores que levam a entender porque esse profissional está isolado e não está participando do debate e principalmente a questão da identidade profissional que é construída e reconstruída constantemente. (Eliana)

Visando uma reversão desta realidade, o Serviço Social tem procurado debater a respeito de temas que versam sobre o ensino dessa prática profissional e que buscam responder questões como: o que ensinar, que conteúdos teórico-

práticos devem ser ensinados, que resultados se pretende alcançar, que caminhos seguir, que direção tomar.

O livro que eu mais tenho citado para que os profissionais leiam é o do Faleiros, Saber profissional e poder institucional, o de estratégias também, porque eu vejo muitos profissionais dizendo que o nosso projeto ético político é lindo maravilhoso, ai eles começam com a questão da teoria e da pratica. A gente acredita, ele é possível, mas no dia a dia não está sendo possível concretizá-lo. Não da para dizer que é só uma questão de aprimoramento profissional, mas eu vejo que os profissionais estão começando a cair no descrédito, do não acreditar mesmo na mudança, nas possibilidades, na criação do novo, e isso em consequência do aumento da demanda, que tem aumentado significativamente o número de pessoas, de usuários nos diferentes espaços profissionais e os profissionais estão se sentindo sugados, a resposta emergente e eles acabam caindo só nas respostas imediatas sem um momento para reflexão para pensar as suas ações por conta da demanda. Ai fica aquela questão de como você faz esse enfrentamento no seu dia a dia, e o enfrentamento dá resposta para a sociedade, porque a população está querendo a resposta. (Eliana)

Ao buscar garantir uma formação profissional comprometida com os interesses e demandas da classe trabalhadora, por intermédio da definição e implantação das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, a categoria objetiva oportunizar “condições de capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa”. (JORGE, 1999, p. 128)

Pretende-se assim, formar profissionais que sejam capazes de desenvolver:

- ✓ Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
- ✓ Investigação sobre a formação sócio-histórica e os processos sociais contemporâneos que formam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
- ✓ Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- ✓ Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas no Serviço Social via mercado de trabalho, visando a formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado;
- ✓ Exercício profissional cumprindo-se as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 62).

Os princípios referidos acima visam atender ao perfil do profissional que se pretende formar, que deve ser

[...] competente em sua área de desempenho, generalista em sua formação intelectual e cultural, munido de um acervo de informações em um mundo cada vez mais globalizado, capaz de apresentar novas formas inovadoras e criativas em seu campo de trabalho. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 81).

Dessa forma, o assistente social estará em condições de responder de maneira comprometida aos princípios que compõem o projeto ético-político profissional, de modo geral e, de forma mais específica, aqueles que prevêm o exercício de uma ação profissional comprometida com a qualidade dos serviços prestados à população.

Então nesse aspecto eu começo a ver o nosso projeto ético político como um projeto quem está mesmo na luta, acreditando nele, efetivando o que esse projeto coloca para a gente é o profissional que consegue de fato ter uma leitura crítica da realidade. Os profissionais que não fazem essa leitura estão sendo sugados, tragados por essa nova lógica, ai se desiludem e o mais triste, que no caso eu vejo como coordenadora de estagio na FEF, eles acabam desiludindo os alunos, contamina e o trabalho que a gente tem que fazer é remar contra essa maré que eles colocam. A desconstrução é muito difícil. E ai, não tem jeito? Não, vamos pensar a situação, ver quantas possibilidades, se isso daqui foi pensado, olha esse novo. (Eliana)

No entanto, Eliana volta a ressaltar a sua preocupação e a necessidade de que a categoria se posicione claramente, visando garantir a preservação das orientações contidas nas diretrizes curriculares para a formação de futuros assistentes sociais.

Uma questão chave de tudo o que a gente tem conversado é que nossa profissão debate e reflete a sociedade; o que somos, porque somos, o que queremos, e nisso tudo, o que vejo é que não basta ficar somente no debate que é necessário, mas as mudanças que vem ocorrendo na sociedade de modo geral, é necessário que nós, enquanto categoria organizada nos posicionemos de uma forma em dizer 'olha é legislação'; da mesma forma que nosso código, da nossa lei, eles estão aí postos em legislação, as nossas diretrizes curriculares e os nossos debates precisam estar mais presentes, na preocupação que eu tenho mesmo com os rumos que está tomando a formação profissional... porque por mais transformações que o ensino superior esteja passando a gente encontra as unidades que respeitam o conselho [CFESS/CRESS], o posicionamento da profissão, mas desde que isso esteja de fato legislado. E sinto falta disso no Serviço Social. Não sou pessimista, acredito que estamos fazendo, mas a minha questão é poder enfatizar que é urgente, é urgentíssimo. Não dá para a gente ficar esperando tal coisa para ver quando o MEC pode se reunir com a gente, acho que é urgente. E por aí o Serviço Social tem muitas possibilidades para superar isso que vem acontecendo com a gente.

Como de fato, faz-se necessário que o Serviço Social se mobilize e se organize através da ABEPSS, do conjunto CFESS/CRESS e no ENESS, e adote uma postura diametralmente oposta aos procedimentos do MEC, garantido a publicização este posicionamento para a sociedade, deixando de se restringir à solicitações e articulando-se politicamente para conseguir fazer valer a vontade da categoria.

É imprescindível que a sociedade como um todo entenda a postura da categoria, pois ao ser compreendida, a proposta de formação do assistente social poderá passar a contar com o apoio e o respaldo de outras categorias profissionais, uma vez que se contrapõe a chamada reforma do ensino superior.

Esta claro que as referidas orientações da LDB respondem às exigências da reforma educacional, que faz parte de uma reforma mais ampla, a reforma do Estado e que apresenta “um outro projeto de universidade, parametrado pelas leis de mercado e critérios de avaliação a ele atinente” (IAMAMOTO, 2000, p. 36), como já referido em outras ponderações.

Visando contribuir para a contenção da reforma que se processa no país como um todo e que visa a consolidação do projeto societário neoliberal, o Serviço Social, tendo como base seu Código de Ética Profissional e os princípios que fundamentam o Projeto Ético-Político do Serviço Social, tem disseminado um amplo debate entre correntes distintas de pensamento presentes na categoria, que se caracterizam pela compreensão da realidade social a partir da estruturação da sociedade de classes, decorrente do conflito entre capital e trabalho.

CONCLUSÃO

A elaboração desta pesquisa teve como objetivo analisar de que maneira a dimensão ético-política se fez presente na graduação em Serviço Social das assistentes sociais docentes e compreender de que forma esta dimensão perpassa seu exercício profissional atualmente.

Buscou-se fundamentar a discussão acerca da relação existente entre o Projeto Ético-Político profissional e as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, com vistas a entender as estratégias construídas pela categoria para garantir a formação profissional de assistentes sociais aptos a efetuar a leitura do real e a proceder à reflexão ética sobre as relações estabelecidas na sociedade, estando conscientes de seu papel na construção de uma nova ordem social, que se dará por intermédio da ação profissional compromissada com os interesses e necessidades dos usuários de seus serviços.

Para tanto, foi realizado um breve retrospecto histórico da formação do Serviço Social no Brasil, abordando a ideologia que fundamentou a criação das primeiras escolas de Serviço Social e a perspectiva de homem e de mundo que tem perpassado a organização curricular do curso de Serviço Social no país.

O processo de elaboração coletiva das Diretrizes Curriculares culminou com o reconhecimento da importância da formação de profissionais críticos, criativos e propositivos, que poderão contribuir para a efetivação do Projeto Ético Político da profissão.

As ponderações sobre valores, moral, ética, liberdade e autonomia do ser humano objetivaram embasar a reflexão crítica acerca da organização da sociedade atual e introduzir a discussão da ética profissional.

A apresentação dos Códigos de Ética Profissional do Assistente Social buscou possibilitar o acompanhamento das transformações que tem se processado no decorrer da história da profissão, no que concerne à orientação e ao posicionamento ético-filosófico do profissional, tendo em vista as demandas para intervenção do Serviço Social, oriundas da sociedade brasileira.

Pretendeu-se dessa forma, contribuir para a apreensão do processo que se instaurou no seio da categoria, objetivando a construção do Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social.

É a partir do entendimento dessas concepções que a categoria, enquanto sujeito coletivo elege seus valores e define os princípios fundamentais de seu projeto profissional.

Projeto profissional este que requer o entendimento e o compromisso dos assistentes sociais, tanto no que diz respeito à sua efetivação, quanto no que se refere à sua defesa e garantia de preservação, uma vez que a correlação de forças existentes na sociedade conduz e direciona as ações profissionais para a manutenção do projeto societário neoliberal, que se contrapõe aos interesses da classe trabalhadora.

Ao ser desenvolvida, a reflexão ética estabelece o movimento de resistência e leva ao combate da manutenção e da perpetuação da moral alienada, que se diferencia da moral autêntica por esta não se prestar a legitimar a exploração e a dominação do homem, em função de interesses de grupos sociais.

O Serviço Social tem adotado a formação profissional como uma das principais estratégias para a consolidação de seu Projeto Ético-Político, por entender que, ao oportunizar a aproximação dos alunos, futuros profissionais, dos questionamentos que perpassam a ação profissional e apontar-lhes as alternativas de construção do novo, será possível concretizar a proposta da categoria, no que concerne à sua contribuição para a criação de uma nova ordem societária.

As Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social têm sido um instrumento eficaz nesta empreitada, já que oportunizam também a vinculação do profissional que se encontra no exercício profissional com as unidades de ensino e a academia, através da supervisão de estágio, considerada instância privilegiada na formação profissional do assistente social.

É difícil “passar ileso” pelo Serviço Social, desde a graduação até o exercício profissional e manter intactos seus valores, concepções e princípios, uma vez que a proposta de questionamento, desconstrução e reconstrução sistemática e cotidiana perpassam o ideário da profissão.

Este movimento pode ser observado através da análise das respostas dadas pelas entrevistadas, que confirmam os objetivos almejados após a implantação das referidas diretrizes, principalmente no que concerne formação de profissionais que mais engajados com um projeto profissional que requer assistentes sociais aptos a fazerem a leitura crítica da realidade.

É possível comprovar esse envolvimento pela forma como o profissional estabelece sua relação com a população e como constrói sua vinculação com os interesses da classe trabalhadora.

Esta relação fundamenta-se na perspectiva da emancipação humana, na luta pela construção coletiva da liberdade, pela garantia da inclusão e da participação consciente da população.

O compromisso com o aperfeiçoamento profissional também tem sido constatado na demanda atendida por cursos de pós-graduação tanto em Serviço Social, quanto nas áreas correlacionadas ao campo de atuação do assistente social.

As assistentes sociais participantes da pesquisa puderam relatar sua experiência no decorrer do curso de graduação e analisá-lo, assim como relacioná-la com o exercício da docência em Serviço Social.

A formação oferecida pelo curso de Serviço Social da Unilago alicerçou sua compreensão acerca do papel da profissão na sociedade, apesar da defasagem constatada, no que diz respeito ao acompanhamento das discussões e revisões curriculares no decorrer da década de 1990.

A dimensão ético-política não pôde ser destacada de forma clara, apesar disso, as discussões acerca da ética se fizeram presentes ao longo da graduação das assistentes sociais, por intermédio do conjunto das disciplinas e em função da perspectiva das docentes responsáveis pelas mesmas.

Dessa forma, foi durante a pós-graduação que as entrevistadas procuraram suprir as lacunas relacionadas à dimensão ético-política na sua formação.

A partir de suas falas, pode-se constatar o seu entendimento acerca da necessidade de que esta dimensão seja trabalhada cotidianamente em todas as instâncias do curso de Serviço Social, seja junto aos alunos, aos supervisores de estágio e também junto ao corpo docente do curso, para que esta não se restrinja aos muros da universidade, extrapolando-os e passando a permear o cotidiano profissional do assistente social e da população por ele atendida.

As entrevistadas possuem histórias, origens, características, interesses e objetivos diferentes, no entanto se assemelham na sua opção profissional pelo Serviço Social e na realidade encontrada no exercício da docência.

Esta realidade apresenta condições concretas condicionantes para o seu trabalho, que requerem a elaboração sistemática de respostas profissionais consistentes, no sentido de atender às expectativas e necessidades tanto dos alunos do curso de Serviço Social, quanto do contexto social onde estão encontradas inseridas as unidades de ensino as quais as docentes estão ligadas.

É possível observar as estratégias construídas para o enfrentamento dessa realidade adversa ao reconhecimento dos direitos sociais e o exercício da cidadania da população usuária dos serviços prestados pelo assistente social e compete ao docente do curso de graduação oportunizar a reflexão, o questionamento e a reconstrução das concepções que embasarão as opções e ações desenvolvidas pelo futuro profissional.

No que concerne à possibilidade de realização da presente pesquisa, pôde-se constatar que a beleza do encontro reside na oportunidade de rever e reconhecer o outro, em toda a sua riqueza de detalhes e particularidades.

A satisfação alcançada por reencontrar e acompanhar ex-alunas construindo e trilhando seus caminhos pessoais e profissionais, fazendo o Serviço Social reforçar a crença na docência e na possibilidade de construção de uma nova ordem societária a partir de maneiras diferenciadas de estabelecer relações entre os homens, seja no âmbito profissional, seja na instância social e pessoal.

Por que ser assistente social por inteiro significa incorporar a profissão na própria vida, na vinculação com o outro em quaisquer situações que se apresentem na vida em sociedade, o que irá acarretar direcionamentos diferentes e específicos dos profissionais conscientes e comprometidos.

A singularidade de cada uma das entrevistadas transparece nas suas falas, nas prioridades apontadas por elas, mesmo que de forma inconsciente, na sua preocupação no que concerne ao Serviço Social enquanto profissão e, mais especificamente com relação à docência.

Ao finalizar a reflexão acerca do tema estudado, constata-se que as questões colocadas para a intervenção do Serviço Social se complementam e se articulam em uma rede de situações concretas que requerem respostas consistentes e objetivas, uma vez que as condições de vida da população se precarizam cada vez mais, não apontando para possibilidades fáceis e rápidas para que sejam garantidas a preservação da cidadania e da dignidade do cidadão.

Estas demandas não dão indícios de serem atendidas sem que sejam desenvolvidas ações, tomadas atitudes e assumidas posturas conscientes e diferenciadas, sendo assim a realidade reforça a necessidade de que sejam pensados os desafios que se apresentam para a intervenção do assistente social.

No exercício profissional, o assistente social se depara com a extrema carência vivenciada pela população, no que diz respeito a exploração da mão-de-

obra, a precarização das relações de trabalho, a redução de vagas no mercado de trabalho, o não acesso aos bens e serviços existentes, a não inclusão em programas e projetos sociais, além da sua própria vivência enquanto trabalhador que atua no enfrentamento dessa realidade com escassez de recursos, falta de condições de trabalho e sofrendo as pressões advindas das relações de poder estabelecidas na sociedade.

Em sua atuação junto à docência, o assistente social deve responder à questões diferentes daquelas enfrentadas por seus colegas nos campos de atuação, no entanto, tendo em vista que a população universitária, em sua maioria, é membro da classe trabalhadora e vivencia situações semelhantes, o docente convive em sua instância de trabalho com as manifestações das condições de vida da população em geral; associadas a estas condições, o docente atende ainda as demandas requeridas de sua atuação profissional no que concerne à crise da educação no país, que se reflete também na ausência de uma educação ética, que permita o questionamento acerca dos valores que fundamentam o agir do homem em sociedade e, portanto, embasa as relações estabelecidas no meio social.

Faz necessário, portanto, que o assistente social persista no seu intuito de construção de novas formas de ver e se relacionar no mundo, formas estas que devem estar alicerçadas na crença no ser humano e nas suas infinitas possibilidades de superação e criação de alternativas possíveis de convivência na realidade social.

REFERENCIAS

ABEPSS. Diretrizes curriculares: polêmicas e perspectivas. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 1, n. 2, jul./dez. 2000. 219 p.

_____. Reforma do ensino superior e Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 1, n. 1, jan./jun. 2000. 182 p.

_____. Relatório da Oficina Nacional: o ensino do trabalho do assistente social. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 3, supl., nov. 2002. 149 p.

ABESS. A metodologia do serviço social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 3, mar. 1989. 191 p.

_____. Formação profissional: trajetórias e desafios. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, nov. 1997. 168 p.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 143-190, abr. 1996.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia**: das origens a Araxá. São Paulo: Cortez, 1995.

ALMEIDA, José Luis Vieira de. **Tá na rua**: representações da prática dos educadores de rua. São Paulo: Xamã, 2001.

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves de. **A prática de ensino no curso de Serviço Social**. São Paulo. 1996. 195 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. Um olhar sobre a formação profissional no Serviço Social. In: SEMANA DE SERVIÇO SOCIAL, 14., 2003, Franca. **Anais...** Franca: FHDSS/Unesp, 2003. p. 15-21.

_____. **Pensar e repensar a formação profissional**: a experiência do curso de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP – Franca. Tese (Livre Docência) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1998.

AQUINO, Gláucia H. Malzoni Bastos; ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves de. As novas diretrizes curriculares e a proposta de rompimento da dicotomia teoria-prática na formação do assistente social. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 13, n. 12, p. 79-87, 2004.

_____. O processo de formação profissional do Serviço Social, na atualidade. A experiência da União das Faculdades de São José do Rio Preto/SP. In: SEMANA DE SERVIÇO SOCIAL, 3., 2004, Passos. **Anais...** Passos: Ed. UEMG/FASESP, 2004. p. 365-372.

_____. A formação profissional do Serviço Social como estratégia para a consolidação do projeto ético-político. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004. p. 210.

_____. A pesquisa enquanto atividade inerente à docência em Serviço Social. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 3., 2005, Uberaba. **Anais...** Uberaba: UNIUBE, 2005. p. 40.

_____. A relação entre a formação profissional e o projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro. In: CONGRESSO MUNDIAL DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 33., Santiago, Chile. **Anales...** Santiago, Chile: IASSW, 2006.

_____.; CARMO, Onilda Alves do. Identidade profissional do Serviço Social: um debate atual. In: SEMANA DE SERVIÇO SOCIAL, 14., 2003, Franca **Anais ...** Franca: FHDSS/Unesp, 2003, p. 100-106.

_____. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e serviço social. Módulo 1. Brasília, DF: CEAD: CFESS: ABEPSS, 1999.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; BRITES, Cristina Maria. A centralidade da ética na formação profissional. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 1, n. 2, p.19-34, jul./dez. 2000.

_____. Os fundamentos sócio-históricos da ética. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: reprodução social, trabalho e serviço social. Módulo 02. Brasília: CEAD: CFESS: ABEPSS, 1999.

_____. **Ética e sociedade**. Brasília, DF: CFESS, 2000.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 79, p. 27-42, nov. 2004.

_____. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BORGIANNI, Elisabete; GUERRA, Yolanda; MONTAÑO, Carlos (Org.). **Servicio Social crítico: hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional**. São Paulo: Cortez, 2003

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social**. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 4. ed. Brasília, DF: CFESS, 1997.

_____. Parecer nº. 412 do Conselho Federal de Educação - MEC sobre o Processo nº. 7408/82 aprovado em 9/8/82. Disponível em: <<http://www.ssrede.pro.br/curri%20minimo%201996>>. Acesso em: 16 abr. 2008.

BRITES, Cristina Maria; SALES, Mione Apolinário. **Ética e práxis profissional**. Brasília, DF: CFESS, 2000.

CARDOSO, Isabel Cristina C. et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 15-57, nov. 1997.

CARVALHO, Alba Maria Pinho et al. Projeto de investigação: a formação profissional do Assistente Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 5, n. 14, p. 104-190, abr. 1984.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

CODIGO de Ética Profissional do Assistente Social [1947] In: GEPE. **Coletânea de Códigos de Ética Profissional do(a) Assistente Social**. Recife: CTC, 2003.

CODIGO de Ética Profissional do Assistente Social [1965]. In: GEPE. **Coletânea de Códigos de Ética Profissional do(a) Assistente Social**. Recife: CTC, 2003.

CODIGO de Ética Profissional do Assistente Social [1975]. In: GEPE. **Coletânea de Códigos de Ética Profissional do(a) Assistente Social**. Recife: CTC, 2003.

CODIGO de Ética Profissional do Assistente Social [1986]. In: GEPE. **Coletânea de Códigos de Ética Profissional do(a) Assistente Social**. Recife: CTC, 2003.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética**: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DE LIBERAL, Márcia Mello Costa. **Um olhar sobre ética e cidadania**. São Paulo: Ed. Machezie, 2002. (Reflexão acadêmica).

DEMO, Pedro. **Éticas multiculturais**: sobre convivência humana possível. Petrópolis: Vozes, 2005.

DIRETRIZES Curriculares para o curso de Serviço Social. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br>> Acesso em: 16 abr. 2008.

FALCÃO, Maria do Carmo B. A prática direta no Serviço Social. In: A prática como desafio para o Ensino do Serviço Social. **Cadernos PUC**, São Paulo, n.10 , p. 94-102, ano 1980 .

FALEIROS, Vicente de Paula. **A reforma curricular de 1988 no ensino de graduação de Serviço Social da UnB**: subsídios para discussão. Brasília, DF: Ed. Unb/SID, p. 13 (mimeog.), 1988.

_____. Desafios do Serviço Social na era da globalização. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 20, n. 61, p. 152-186, nov.1999.

_____. Aonde nos levam as Diretrizes Curriculares? **Temporalis**, Brasília, DF, ano 1, n. 2, p. 163-182, jul./dez. 2000.

FERREIRA, Ivanete Boschetti. Implicações da reforma do Ensino Superior para a formação do Assistente Social: desafios para a ABEPSS. **Temporalis**, Brasília, DF, ano1, n.1, p. 81-98, jan./jun. 2000.

GALLO, Sílvio (Coord.). **Ética e cidadania**: caminhos da filosofia. 6. ed. Campinas, SP: Vozes,1997.

GEPE. **Coletânea de Códigos de Ética Profissional do(a) Assistente Social**. Recife: CTC, 2003.

GRILLO, Marlene Corroero. O lugar da reflexão na construção do conhecimento profissional. In: PROFESSOR do Ensino Superior: identidade, docência e formação. Brasília, DF: Ministério da Educação/INEP, 2000.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A rearticulação do Serviço Social na América Latina: projeto profissional e formação acadêmica. In: PAGAZA, Margarita Rozas (Coord). **La formación y la intervención profesional**: hacia la construcción de proyectos éticos políticos em trabajo social. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2206.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo: trajetórias e desafios. In: MOLINA, Maria Lorena (Coord). **La cuestión social y la formación profesional em trabajo social em el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana**. Buenos Aires: Espacio, 2004.

JORGE, Maria Raquel Tolosa. A construção curricular no ensino de Serviço Social: processo permanente. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 20, n. 61, p. 127-151, nov., 1999.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975-1997). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 8, p. 33-76, nov. 1998.

KORTE, Gustavo. **Iniciação à ética**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 24, n.43, p.136-141, dez. 1993.

MARTINS, Ives Gandra. **Ética no direito e na economia**. São Paulo: Pioneira, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOLINA, Maria Lorena (Coord.). **La cuestión social y la formación profesional em trabajo social em el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana**. Buenos Aires: Espacio, 2004.

MORIN, Edgar. **O método 6: ética**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOROSINI, Marília Costa. Docência universitária e os desafios da realidade nacional. In: PROFESSOR do Ensino Superior: identidade, docência e formação. Brasília, DF; Ministério da Educação/INEP, 2000.

NETTO, José de Paula. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e serviço social. Módulo 1. Brasília, DF: CEAD: CFESS: ABEPSS, 2001.

NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 79, p. 82-107, set., 2004.

PACCHIONI, M. Margareth Maria; FAURY, Mirian. Reflexões sobre formação profissional e supervisão em Serviço Social. **Cadernos de Serviço Social**, Campinas, SP, ano 9, n. 15, p. 19-47, 1999.

PATO, Maria Helena S. (Org.). **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

PEREIRA, Regina Coeli Barbosa; PEREIRA, Rosilene de Oliveira. **A questão da docência no ensino superior**. Universidade Federal de Juiz de Fora/RJ: Centro de Pesquisas Estratégicas "Paulino Soares de Souza. Disponível em: <<http://www.defesa.ufjf.br/arq/art419.htm>>. Acesso em: 12 maio 2008.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. São Paulo: Cortez; Belém, PA: Universidade da Amazônia, 1995.

RAICHELIS, Raquel; MAFFEI ROSA, Cleisa Moreno. Considerações a respeito da prática do serviço social em movimentos sociais: fragmentos de uma experiência. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 3, n. 8, p. 69-84, mar. 1982.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e competência**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997. (Questões da nossa época; v. 16).

_____. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.

SÁ, Antonio Lopes de. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 1998.

SÁ, Jeanete Liasch Martins de. **Conhecimento e currículo em serviço social**: análise das contradições (1936-1975). São Paulo: Cortez, 1995.

SANT'ANA, Raquel Santos. Um novo desafio para o serviço social: a construção do instrumental na perspectiva materialista dialético. **Serviço Social e Realidade**. Franca, v. 4, n. 2, p. 103-140, 1995.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Questões da nossa época; v. 132)

SEVERINI, Sonia (Coord.). **Trabajo social y compromiso ético**: asistencia o resistencia. Asociación de profesionales de servicio social de la municipalidad de la ciudad de Buenos Aires. 2. ed. Buenos Aires: Espacio, 2005..

SILVA, Ademir Alves da et al. Os paradigmas do conhecimento e seus rebatimentos no cotidiano do ensino, da pesquisa e do exercício profissional. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 6, p.147-156, fev. 1998.

SILVA, Maria Ozanaria da Silva. **Formação profissional do assistente social**. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. (Coord.). **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. Conjuntura nacional e demandas postas ao Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 6, p. 6-19, fev. 1998.

TEODORO, Antônio; VASCONCELOS, Maria Lúcia. **Ensinar e aprender no ensino superior**: por uma epistemologia da curiosidade na formação universitária. São Paulo: Ed. Mackenzie: Cortez, 2003.

TERRA, Sylvia. **Ética e instrumentos processuais**. Brasília, DF: CFESS, 2000.

UNILAGO. **Projeto pedagógico do curso de Serviço Social da Unilago**. São José do Rio Preto: Ed. Unilago, 2002.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **A ética**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Docência universitária na educação superior**.

Disponível em:

<http://nag.prg.usp.br/secoes/seminario/docencia_universitaria_na_educacao_superior.pdf> Acesso em: 12 maio 2008.

APENDICES

**APENDICE A - OFICIO ENVIADO ÀS COORDENADORAS DOS CURSOS DE
SERVIÇO SOCIAL**

São José do Rio Preto, 10 de dezembro de 2007.

Prezada Sr^a. Coordenadora,

Venho por intermédio deste, solicitar que seja verificado no quadro de docentes do Curso de Serviço Social desta Unidade de Ensino, os assistentes sociais que tenham obtido o grau de bacharel em Serviço Social, na União das Faculdades dos Grandes Lagos – Unilago, de São José do Rio Preto.

Os referidos docentes se configurarão nos sujeitos de pesquisa de minha tese de doutorado, que trata da formação profissional do assistente social e sua interface com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Sem mais, coloco-me à sua disposição para quaisquer esclarecimentos e agradeço sua atenção e colaboração.

Atenciosamente,

Gláucia Heloísa Malzoni Bastos de Aquino

Prof^a.

DD Coordenadora do Curso de Serviço Social

APENDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Por este instrumento particular, declaro para os devidos fins éticos e legais que concordo em participar da pesquisa intitulada “ De volta ao começo: a dimensão ético-política da formação das assistentes sociais” a ser realizada no período de março de 2005 a maio de 2008.

Fui plenamente informado(a) quanto aos objetivos desta pesquisa que são: especificar os objetivos da pesquisa que constam no projeto.

Também fui esclarecido(a) sobre os procedimentos técnicos a serem utilizados durante a sua realização que será a pesquisa bibliográfica e de campo. Durante a pesquisa de campo, o processo de coleta de dados se constituirá por contatos formais e informais, com pesquisas de internet, jornais e revistas, além de serem realizadas especificar entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos da pesquisa.

Essas entrevistas serão gravadas (com a aprovação dos sujeitos) e, posteriormente transcritas, para que não se perca nem modifique nenhuma informação.

Tenho conhecimento também que a pesquisadora responsável pela pesquisa é o(a) Profa. Dra. Maria Ângela Rodrigues Alves de Andrade, telefone (016) 3811-1893 e a aluna pesquisadora é Gláucia Heloísa Malzoni Bastos de Aquino, telefone (017) 3224-9184, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp – Faculdade de História, Direito e Serviço Social - campus de Franca.

Assim estou ciente de que serei submetido(a) a um roteiro com perguntas abertas através da realização de entrevista que servirá de base para as análises dos dados levantados pelo(a) pesquisador(a).

Fui esclarecido(a) de que não terei gastos e que meu consentimento não exime a responsabilidade dos profissionais responsáveis pela pesquisa, e que terei plena liberdade para desistir da referida pesquisa, retirando meu consentimento a qualquer momento sem explicações.

Recebi igualmente a garantia do sigilo de minha identidade, assegurando a minha privacidade e, assim, autorizo, para os devidos fins, o uso, a divulgação e publicação em revistas científicas, nacionais ou estrangeiras, dos dados obtidos na pesquisa.

Dessa forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino esse termo de consentimento livre e esclarecido em (01) uma via, a qual ficará em mãos da pesquisadora responsável.

São José do Rio Preto, _____ de _____ de 2007.

Prof^(a) Gláucia H. M. B. Aquino
Pesquisadora
RG 14.728.033 CPF 080.798.218-01

Sujeito da Pesquisa

APENDICE C - INSTRUMENTAL DA PESQUISA DE CAMPO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação.

Sexo.

Idade atual e idade com que concluiu o curso.

Ano em que concluiu o curso de graduação.

Estado civil.

Número de filhos.

Cursos de capacitação, especialização, mestrado/doutorado que realizou a título de pós-graduação.

Unidade(s) de Ensino em que exerce/exerceu a docência em Serviço Social.

Período.

Disciplinas que ministra/ministrou no curso de Serviço Social.

A. Quanto a sua formação profissional:

1a. Que fatores contribuíram para a escolha do curso de Serviço Social?

2a. Você esteve envolvida em alguma atividade na área social antes de iniciar o curso de graduação?

3a. Em que áreas realizou estágio supervisionado?

4a. Sobre que tema versou seu Trabalho de Conclusão de Curso?

5a. Quais as suas expectativas na graduação, com relação à profissão e ao exercício profissional?

6a. Havia intenção, durante a graduação, de ingressar na docência?

7a. Que fatores contribuíram para o ingresso na docência em Serviço Social?

B. Quanto à dimensão ético-política da profissão:

1b. Faça uma análise e avalie a formação profissional recebida.

2b. Qual a sua concepção acerca de ética e ética profissional?

3b. Como avalia a dimensão ético-política na formação profissional?

4b. Você consegue identificar aspectos da dimensão ético-política em sua formação, como? Em que disciplinas e conteúdos?

5b. De que forma é possível avaliar o compromisso de um profissional com o projeto ético-político?

C.Quanto à docência em Serviço Social:

1c. De que forma o projeto ético-político está relacionado com a docência em Serviço Social?

2c. Como vem ocorrendo a implantação das Diretrizes Curriculares na(s) sua(s) Unidade(s) de Ensino?

3c. Eleja um princípio fundamental e aponte a(s) maneira(s) como este perpassa sua(s) disciplina(s).

4c. A partir de que perspectiva teórica e de que autores você fundamenta seu exercício profissional na docência?

5c. Que formas de trabalho em sala de aula (estratégias pedagógicas) você proporia ou considera produtivas para tratar das questões abordadas pela dimensão ético-política da profissão com os(as) alunos(as) da graduação?

6c. Qual a seu entendimento acerca do rebatimento de seu trabalho profissional, como docente, na formação dos assistentes sociais?

7c. Analise os resultados da dimensão ético-política da formação profissional no exercício profissional dos assistentes sociais.

ANEXOS

ANEXO A - DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL ELABORADAS PELA ABEPSS DE 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
Secretaria de Educação Superior
Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior
Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social

DIRETRIZES CURRICULARES

CURSO: SERVIÇO SOCIAL

PERFIL DO BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade;

Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;

Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

Estes elementos estão em consonância com as determinações da Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social e estabelece as seguintes competências e habilidades técnico-operativas:

- Formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;
- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- Contribuir para a viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- Realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- Realizar estudos sócio-econômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- Exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de serviço social;
- Assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino;
- Supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social.

PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;

- Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional; indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- Necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.

NOVA LÓGICA CURRICULAR

Sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam:

- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório;
- Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira que remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada;
- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os

profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei.

É uma lógica inovadora que supera as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. Não admite tratamento classificatório, nem autonomia e subsequência entre os núcleos, expressando, ao contrário, diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social. Agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional.

Os núcleos englobam, pois, um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em matérias, enquanto áreas de conhecimentos necessários à formação profissional. Essas matérias, por sua vez, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

1. TÓPICOS DE ESTUDO

Os conteúdos necessários à formação de bacharéis em Serviço Social estão assim configurados:

Sociologia - Matrizes clássicas do pensamento sociológico (Marx, Weber, Durkheim) tematizando processos sociais fundamentais: industrialização, modernização, urbanização e seus constitutivos - classes sociais, movimentos sociais e instituições.

Teoria Política - Os clássicos da Política (Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau). Análise do Estado moderno e sua relação com a sociedade civil. Regimes políticos. Representação, democracia e cidadania.

Economia Política - Sistema capitalista segundo as análises liberal, marxista, keynesiana e neoliberal. As transformações contemporâneas no padrão de acumulação e suas implicações nos mecanismos de regulação social.

Filosofia - Principais correntes filosóficas no século XX (marxismo, neotomismo, neopositivismo, fenomenologia) e suas influências no Serviço Social.

Antropologia - A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações

sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.

Psicologia - As principais matrizes teóricas de análise das relações entre indivíduo e sociedade. Teorias da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.

Formação Sócio-Histórica do Brasil - A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e crise na República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimento e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós 64 e seu ocaso em fins de década de setenta. Transição democrática e neoliberalismo.

Direito e Legislação Social - As instituições de Direito no Brasil. Direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado e dos poderes. A Constituição Federal. A legislação social: CLT, LOAS, ECA, SUS, etc. Relações jurídicas no marco da integração supranacional (MERCOSUL e ALCA). A legislação profissional.

Política Social - O público e o privado: as políticas sociais e a constituição da esfera pública. Formulação e gestão de políticas sociais e a constituição/destinação do fundo público. Análise comparada de políticas sociais. Transformações no mundo do trabalho e novas formas de regulação social - Políticas sociais públicas e empresariais. Desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Políticas setoriais e legislação social.

Desenvolvimento Capitalista e Questão Social - A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho. A constituição das classes sociais, do Estado e as particularidades regionais. Desenvolvimento desigual e combinado na agricultura, indústria e serviço. A reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos rural e urbano. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações sócio-ambientais.

Classes e Movimentos Sociais - As teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira enfatizando as classes subalternas em suas condições de vida, trabalho, manifestações ideo-políticas e sócio-culturais. Direitos sociais e humanos do Brasil. Movimentos sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos societários. Importância e significado do terceiro setor.

Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social - O processo de profissionalização do Serviço Social nas sociedades nacionais enquanto especialização do trabalho. As fontes teóricas que fundamentam historicamente o Serviço Social e análise de sua incorporação nos modos de pensar e atuar da profissão em suas expressões particulares na Europa, na América do Norte e na América Latina, prioritariamente, no Brasil. O debate contemporâneo do Serviço Social

Trabalho e Sociabilidade - Trabalho e relações sociais na sociedade contemporânea. Divisão social do trabalho. Produção social e valor. Trabalho assalariado, propriedade e capital, processos de trabalho e produção da riqueza social. Trabalho e cooperação: o trabalhador coletivo. Trabalho produtivo e improdutivo. A polêmica em torno da crise da sociedade do trabalho.

Serviço Social e Processos de Trabalho - O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. A inserção do Assistente Social nos processos de trabalho: questão social, políticas e movimentos sociais, a dinâmica institucional e a formulação de projetos de pesquisa e intervenção. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. O Assistente Social como trabalhador, as estratégias profissionais, o instrumental técnico-operativo e o produto do seu trabalho. Supervisão do trabalho profissional e estágio.

Administração e Planejamento em Serviço Social - As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social. Funções de administração e planejamento em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.

Pesquisa em Serviço Social - Concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa. A pesquisa quantitativa e qualitativa e seus procedimentos. Leitura e interpretação de indicadores sócio-econômicos. Estatística aplicada à pesquisa em Serviço Social.

Ética Profissional - Os fundamentos ontológicos da dimensão ético-moral da vida social e suas implicações na ética do Serviço Social. A construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional. Questões éticas contemporâneas e seus fundamentos teórico-filosóficos. O Código de Ética na história do Serviço Social brasileiro.

2. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos durante o processo de formação a partir do desdobramento das matérias e seus componentes curriculares, concomitante ao período letivo escolar.

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

O Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência curricular para a obtenção do diploma de bacharel em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de indagações preferencialmente geradas a partir da experiência de estágio. Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. É elaborado sob a orientação de um professor e avaliado por banca examinadora.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares, dentre as quais podem ser destacadas a monitoria, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso, devem corresponder a até 5% da carga horária total do currículo pleno.

DURAÇÃO DO CURSO

A carga horária mínima do curso é de 2.700 horas, com duração média de quatro anos.

O Estágio Supervisionado terá duração mínima de 15% sobre as 2700 horas, tempo que não se computará nesta carga horária.

O tempo mínimo de duração do curso é de sete semestres, sendo o tempo máximo de integralização de até 50% sobre a duração do mesmo, em cada IES.

RECOMENDAÇÕES

- Incentivar o aluno, através de procedimentos pedagógicos, ao permanente aperfeiçoamento cultural e domínio da língua portuguesa;

Estimular o conhecimento de língua estrangeira, destacando o inglês e o espanhol;

- Propiciar ao aluno o acesso aos recursos de informática, como instrumento de trabalho acadêmico e profissional;
- Estimular a incorporação de práticas permanentes de avaliação do desenvolvimento e dos resultados da formação profissional

Brasília, 26 de fevereiro de 1999.

Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social

Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo

Marilda Villela Iamamoto

Mariangela Belfiore Wanderley

ANEXO B - CONJUNTURA DO ENSINO SUPERIOR EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ensino Superior

Faculdade de Medicina de S.J. Rio Preto – FAMERP Autarquia Estadual de Regime Especial - Medicina e Enfermagem, Residência Médica, Aprimoramento em Profissões da Área da Saúde, Aperfeiçoamento em Profissões da Área da Saúde.

Faculdades Dom Pedro II - Ciências Econômicas, Administração de Empresas, Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo.

Centro Universitário do Norte Paulista - UNORP - Administração Geral, Comércio Exterior, Agronegócios, Biomedicina, Gestão Ambiental, Enfermagem, Sistemas de Saúde , Marketing e Vendas, Hotelaria e Eventos, Ciências da Computação, Engenharia da Computação, Sistemas de Informação, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física e Motricidade Humana, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Letras – Português/Inglês e Espanhol, Pedagogia, Psicologia, Terapia Ocupacional, Tradutor e Interprete, Turismo .

Universidade Paulista - UNIP / São José do Rio Preto - Administração (administração em geral), Arquitetura e Urbanismo, Biomedicina, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Comunicação Social (Publicidade e Propaganda), Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Produção e Mecânica, Engenharia Mecatrônica (construção e automação), Farmácia e Bioquímica, Fisioterapia, Letras (Licenciatura em português/inglês), Nutrição, Pedagogia e Psicologia.

União das Faculdades dos Grandes Lagos - UNILAGO* - Administração com: Habilitação em Recursos Humanos, Habilidade em Comércio Internacional, Habilidade em Hotelaria e Habilidade em Empreendedorismo e Negócios, Secretariado Executivo, Turismo, Comunicação Social com: Habilitação em

Publicidade e Propaganda, Habilitação em Relações Públicas, Habilitação em Jornalismo, Serviço Social, Letras com Habilitação em Tradutor e Interprete e Engenharia com habilitação em Engenharia de Alimentos, Direito, Nutrição, Sistemas de Informação, Educação Física, Normal Superior, Hab. Magistério da Educação Infantil e Normal Superior, Hab. Magistério dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Centro Universitário de Rio Preto - UNIRP - Administração – Hab. em Administração de Empresas, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Biológicas – Licenciatura Plena e Bacharelado, Ciências Contábeis, Comunicação Social – Hab. em Jornalismo -Hab. em Publicidade e Propaganda, Direito, Educação Física – Área de Aprofundamento em Escola; – Área de Aprofundamento em Saúde e Qualidade de Vida, Enfermagem, Engenharia da Computação, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Elétrica – Modalidade Eletrônica, Farmácia-Bioquímica, Fisioterapia, Matemática –

Licenciatura Plena, Medicina Veterinária, Moda, Nutrição, Odontologia, Pedagogia – Hab. para o Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Magistério da Educação Infantil– Hab. para o Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão Educacional, Tecnologia em Informática com Ênfase em Sistema de Informação e Turismo.

Universidade Estadual Paulista - UNESP Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Ibilce Ciências Biológicas, período integral (modalidades: Licenciatura e Bacharelado); Bacharelado em Ciência da Computação, período integral; Engenharia de Alimentos, período integral; Bacharelado em Letras com Habilitação de Tradutor, período integral; Licenciatura em Letras, período diurno; Licenciatura em Letras, período noturno; Matemática, período integral (modalidades: Licenciatura e Bacharelado); Licenciatura em Matemática, período noturno; Bacharelado em Física Biológica, período diurno; Pedagogia, período noturno e Química Ambiental, período diurno.

Faculdade Ceres e Instituto Superior de Educação CERES – Uniceres - Administração, Ciências Sociais (licenciatura plena), Enfermagem, Letras (Licenciatura Plena com habilitação em português e inglês e respectivas

licenciaturas), Matemática (Licenciatura Plena), Normal Superior (Licenciatura com habilitação para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental para Educação Infantil), Pedagogia (Licenciatura Plena), Psicologia e Serviço Social.

FATEC - Tecnologia em Informática com Ênfase em Gestão de Negócios

Cursos Seqüenciais

Centro Universitário de Rio Preto - UNIRP Cursos de Educação Superior de formação Específica - Gestão em Agronegócios, Gestão em Instituições Financeiras e Controladoria de Empresas, Gestão de Sistemas Informatizados - Internet e Redes, Gestão em Instituições Financeiras, Gestão em Marketing e Vendas, Gestão em Micro e Pequenas Empresas, Gestão em Recursos Humanos e Planejamento e Gestão Ambiental.

ANEXO C - REVISÃO CURRICULAR ELABORADA PELA ABESS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DE 1982

Parecer nº. 412 do Conselho Federal de Educação - MEC sobre o Processo nº. 7408/82 aprovado em 9/8/82.

Interessado: Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social

Assunto: Ante-projeto de reforma curricular

I. Relatório

A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS dedicou-se por anos seguidos a discutir, seja nas suas unidades regionais, seja nas escolas de Serviço Social, a temática da Prática Profissional e da Prática de Ensino na formação desse técnico de nível superior. O resultado dessas discussões confluiu para as Convenções Nacionais da categoria, realizadas em Belo Horizonte e Natal, respectivamente nos anos de 1977 e 1979. a primeira, em copromoção com a Universidade Católica de Minas Gerais, através do seu Departamento de Serviço Social, tendo como tema "Conteúdo Programático dos Cursos de Serviço Social", e a segunda, em igual maneira, com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo como tema "Proposta de Reformulação do Currículo Mínimo".

Essa ampla e cuidadosa reflexão resultou em um Documento Básico, que transformado em proposta de revisão do currículo mínimo vigente, vem ao Conselho Federal de Educação para apreciação e possível aproveitamento. De sua justificativa extraímos o seguinte trecho: "tomamos a liberdade de realizar este trabalho, por sentirmos no cotidiano de nossas salas de aula o imperativo de novos enfoques, novas abordagens, novos conhecimentos, para fazer frente a uma sociedade em célere ritmo de mudança e carente de profissionais aptos a participarem ativamente do processo de desenvolvimento social integrado que vive a nossa nação".

Parecer:

Nestes doze anos de vigência do currículo mínimo do curso de Serviço Social (Parecer nº 242/70 e Resolução de 13/0370), predominou, na formação desse profissional, uma visão fragmentada da realidade em que deveria atuar, com a especificidade dos seus estudos voltados para o Serviço Social de Casos, em contraposição ao de Grupo ou de Comunidade. Essa metodologia levava a uma irreal divisão do indivisível, razão pela qual tem sido criticada e, tanto quanto possível, minimizada nos planos dos cursos de maior qualidade, sendo aos poucos, substituída por uma ótica mais realista de ação a nível da globalidade social.

Como informa o documento da ABESS:

"Considera-se que a formação do profissional de Serviço Social tem como referência básica, o homem como ser histórico de uma realidade em que os relacionamentos emergem, principalmente, da correlação de forças e contradições produzidas pela dinâmica da realidade social (...) Torna-se, portanto, fundamental capacitar o aluno para compreender e analisar de forma crítica a realidade histórico estrutural e o contexto institucional, onde se processa a prática do Serviço Social, habilitando-o a propor e operar alternativas de ação. (...) Trata-se, por conseguinte, de uma formação que se situa no plano da reflexão-ação, tendo em vista o desencadear de um processo de capacitação. Nesta perspectiva, a formação acadêmica pressupõe:

- 01) um conhecimento básico enfatizando a ciência do homem e da sociedade;
- 02) um conhecimento profissionalizante dos fundamentos teóricos do Serviço Social e suas relações com esses sistemas, assim como uma estratégia de ação que estude a prática das intervenções do Serviço Social com base nas referências teóricas mencionadas".

À luz desses pressupostos, o currículo mínimo sugerido se subdivide em duas partes distintas, uma básica e outra profissionalizante, assim justificada na sua estrutura e objetivos, pela ABESS:

1. Área dos Conhecimentos Básicos:

- 1.1. Conhecimento do Contexto Social.

Esta área compreende o conhecimento do contexto social que historicamente situado, se daria a níveis:

- 1.1.1. do contexto da própria sociedade;
- 1.1.2. das organizações que expressam o contexto institucional da sociedade e possibilitam a formação do profissional e a prática do Serviço Social;
- 1.1.3. da instituição Serviço Social como prática específica que se realiza no contexto das organizações e da sociedade.

Em síntese, este conhecimento, que é também o conhecimento social da História Econômica e Política da sociedade em geral e particularmente do Brasil e suas repercussões no processo de institucionalização da profissão e na sua prática atual, possibilita ao profissional a compreensão do âmbito de sua ação, na perspectiva histórica em que a profissão se institucionaliza.

1.2. Conhecimento da realidade da clientela:

Esta área compreende o conhecimento da realidade da clientela em suas relações sociais de trabalho, cidadania e cultura, e supõe a compreensão de dois movimentos: o dirigido (quer o seja pelo Estado quer pelas instituições da sociedade civil) e os espontâneos.

As relações que se estabelecem entre esses dois movimentos constituem objeto relevante de análise do Serviço Social como condição que permite seu posicionamento objetivo junto às populações. Isto se dá porque na relação entre os dois movimentos surge a possibilidade de atuação do assistente social no sentido de a clientela assumir o movimento dirigido como sujeito desse processo

A representação que a população tem desse contexto social em que se insere, é também importante, pois é condição para que o assistente social possa conseguir junto a ela, um nível de consciência capaz de perceber a sua realidade nas relações sociais inter-humanas. A perspectiva do homem como sujeito histórico pressupõe a consciência de si e do outro no processo da construção do mundo.

2. Área dos Conhecimentos Profissionalizantes

Como pontos fundamentais na área do conhecimento profissionalizante, destacam-se:

2.1. Conhecimentos sistemáticos do objeto e objetivos da intervenção do Serviço Social. Este conhecimento envolve a prática do Serviço Social , seus elementos constitutivos e análise dos diferentes agentes implicados na prestação do Serviço Social;

2.2. Conhecimentos e habilidades quanto a estratégias de intervenção em contextos institucionais diferenciados.

Esses exigem dos cursos de Serviço Social a conjunção de esforços a fim de dar condições ao futuro profissional para, entre outros aspectos, permitir:

- o exercício e a sistematização de uma prática voltada para uma realidade objetiva;
- a utilização do relacionamento como instrumento da prática do Serviço Social;
- a compreensão da participação social no contexto institucional do homem como ser histórico;
- a utilização da pesquisa como instrumento da prática profissional;
- a utilização da metodologia do Serviço Social.

O ciclo profissional seria, portanto, o estudo e a prática das estratégias de intervenção profissional com base nos referenciais teóricos acima mencionados.

Resulta de todos esses pressupostos a seguinte proposta de Currículo Mínimo:

Área Básica:

Filosofia

Sociologia

Psicologia

Economia

Antropologia

Formação Social, Econômica e Política do Brasil

Direito e Legislação Social

Área Profissional:

Teoria do Serviço Social

Metodologia do Serviço Social

História do Serviço Social

Desenvolvimento de Comunidade

Política Social

Administração em Serviço Social

Pesquisa em Serviço Social

Ética Profissional em Serviço Social

Planejamento Social

Como matérias complementares obrigatórias constam Estudos de Problemas Brasileiros e Educação Física, cuja carga horária não integra o mínimo de duração do curso. Também estão fora dessa duração mínima, as atividades de orientação do Trabalho de Conclusão do Curso e o Estágio Supervisionado, devendo este último ter uma carga horária mínima de 10% sobre o tempo de duração do curso.

O curso de Serviço Social terá a duração mínima de 2.700 horas com a integralização a fazer-se no mínimo de 3 e no máximo de 7, ficando o termo médio fixado em 4 anos.

Em anexo ficam explicitadas as ementas de cada matéria do currículo mínimo, menos como uma delimitação de conteúdo programático e mais como uma contribuição ao professor, tendo em vista a inserção da área de conhecimento sob sua responsabilidade, no contexto específico do curso de Serviço Social.

II. Voto do Relator

À vista do exposto, somos pela aprovação do currículo mínimo do curso de Serviço Social, nos termos do projeto anexo de resolução, ouvida a Comissão de Currículos.

III. Conclusão da Câmara

A CESU, 2º Grupo, aprova o voto do Relator.

Sala de Sessões, em 01 de junho de 1982

Presidente e Relator

Resolução nº 06, de 23 de setembro de 1982.

Fixa os mínimos de conteúdo e de duração do Curso de Serviço Social.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Parecer nº 412/82, homologado pela Senhora Ministra da Educação e Cultura.

RESOLVE:

Art. 1º O Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social é constituído das seguintes matérias:

a) Área Básica

Filosofia

Sociologia

Psicologia

Economia

Antropologia

Formação Social, Econômica e Política do Brasil

Direito e Legislação Social

b) Área Profissional:

Teoria do Serviço Social

Metodologia do Serviço Social

História do Serviço Social

Desenvolvimento de Comunidade

Política Social

Administração em Serviço Social

Pesquisa em Serviço Social

Ética Profissional em Serviço Social

Planejamento Social

§ 1º As matérias Estudos de Problemas Brasileiros e Educação Física serão obrigatórias, embora sua carga horária não integre o mínimo de duração do curso.

§ 2º Haverá um Estágio Supervisionado obrigatório com a duração de, no mínimo 10% do tempo de duração do curso, tempo esse que não se computará na carga horária mínima do curso.

§ 3º Será condição essencial para a expedição de diploma a realização pelo aluno do Trabalho de Conclusão do Curso, sob a orientação de um professor.

Art. 2º A duração mínima do curso será de 2.700 horas, que serão integralizadas no mínimo de 3 e no máximo de 7 anos, ficando o termo médio fixado em 4 anos.

Art. 3º O ciclo básico visará conduzir o aluno ao conhecimento do contexto social brasileiro, das organizações que expressam a ordem institucional da Sociedade e possibilitam a formação do Assistente Social bem como da realidade da clientela em suas relações sociais de trabalho, cidadania e cultura.

Art. 4º O ciclo profissional deverá conduzir o aluno à aquisição de conhecimentos sistemáticos do objeto e objetivos da intervenção do Serviço Social, da sua prática, de seus elementos constitutivos e das estratégias de intervenção em contextos institucionais diferenciados.

Art. 5º A adaptação do currículo baixado pela Resolução de 13/03/70, ao ora aprovado, far-se-á por via regimental, segundo os recursos de cada escola, dentro do prazo máximo de dois anos a partir da data de publicação desta Resolução.

Parágrafo Único. O Conselho Federal de Educação apreciará as adaptações regimentais dos institutos isolados de ensino superior que mantiverem cursos de Serviço Social .

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

a) Lafayette de Azevedo Pondé - Presidente

EMENTAS

Filosofia

O Estudo da Filosofia é importante para o Assistente Social com vistas a uma formação reflexiva e crítica sobre as teorias do conhecimento e das principais correntes filosóficas que contribuíram para a compreensão do homem e da sociedade.

Sociologia

A manutenção da Sociologia justifica-se como de fundamental importância para o enfoque das principais teorias sociológicas, ressaltando o estudo das classes sociais. Este estudo deve focalizar particularmente as questões do desenvolvimento social, da análise das instituições, das organizações dos movimentos sociais.

Psicologia

Ratifica-se a permanência do estudo da Psicologia como meio necessário à compreensão das principais teorias da personalidade humana e fatores básicos do comportamento social.

Economia

Justifica-se a permanência do estudo da Economia a fim de propiciar a compreensão da estrutura econômica e social brasileira a partir dos fundamentos e dos conceitos da teoria econômica.

Antropologia

A introdução do estudo da Antropologia no Currículo Mínimo prende-se à necessidade de compreensão das diferentes formas de manifestação cultural, incluindo o estudo da cultura popular, formas de religiosidade popular, o estudo antropológico da formação brasileira, das minorias raciais, das características regionais e dos grupos fundamentais.

Formação Social, Econômica e Política do Brasil

Propõe-se a inclusão do estudo da Formação Social, Econômica e Política do Brasil pela necessidade da compreensão da realidade social brasileira numa perspectiva histórica.

Direito e Legislação social

Recomenda-se a manutenção do estudo do Direito e Legislação social tendo em vista a sua contribuição para a prática profissional, devendo enfatizar, fundamentalmente, a legislação trabalhista e previdenciária.

Teoria do Serviço Social

Ratifica-se a permanência do estudo da Teoria do Serviço Social como conhecimento profissionalizante dos mais fundamentais, devendo ter como enfoque necessários as principais construções teóricas do Serviço Social: objeto, intencionalidade e pressupostos metodológicos de sua praxis; campo de atuação do Serviço Social e sua posição no contexto das ciências humanas e sociais.

Metodologia do Serviço Social

Propõe-se a introdução do estudo da Metodologia do Serviço Social (caracterizado no currículo mínimo atual como Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade). Este estudo é importante pois se encarregará das estratégias de ação profissional; visa a capacitação do profissional para operacionalizar os conhecimentos teóricos através de uma ação sistemática pertinentes aos vários níveis e áreas de atuação do Assistente Social.

História do Serviço Social

Sugere-se a inclusão do estudo da História do Serviço Social, cuja importância está na análise e compreensão do Serviço Social como fenômeno histórico; a sua institucionalização com resultante de uma demanda social, o seu reconhecimento com resultante das respostas sociais de sua prática, enfim, as relações do processo de institucionalização do Serviço Social com a formação sócio-histórica da sociedade brasileira.

Desenvolvimento de Comunidade

Propõe-se a inclusão do estudo de Desenvolvimento de Comunidade, dada a constatação de que o Serviço Social efetivamente atua e sempre atuou como ação catalisadora dos movimentos sociais provocados e espontâneos, carecendo,

portanto, de compreender a dinâmica desses movimentos numa perspectiva de estratégia de ação que o capacitem ao agir profissional nessa área.

Política Social

Ratifica-se a manutenção do estudo da Política Social tendo em vista ser a ação do Serviço Social um dos meios de realização da Política Social junto aos estratos mais carentes da população, assim como se colocar mesmo, como meio estimulador do processo de formulação da Política Social quando ausente dessas camadas ou de sua dinamização quando necessária. Neste sentido, ressalta-se o estudo e a análise das políticas públicas, suas repercussões sociais e as estratégias de ação do Serviço Social como executor, estimulador e dinamizador dessa política, assim como da Política Social em geral.

Administração em Serviço Social

Baseia-se a proposta de introduzir o estudo da Administração em Serviço Social no currículo mínimo na necessidade de conhecimento e análise das teorias administrativas e sua relação com as práticas administrativas no Serviço Social (coordenação, assessoria, supervisão e outras) e as vinculações das organizações com o contexto estrutural e conjuntural.

Pesquisa em Serviço Social

Sugere-se a inclusão de Pesquisa em Serviço Social objetivando a capacitação do aluno para uma prática científica, através do estudo dos diferentes métodos e técnicas, suas limitações e alcances, e sua utilização em Serviço Social como um dos instrumentos da relação teoria/prática e com vistas à produção de conhecimentos específicos de Serviço Social .

Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso

Fundamenta-se a inclusão da Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso na oportunidade que tem o aluno de ser orientado para a realização de um trabalho de sua autoria relacionado com o Serviço Social, tendo ou não por base a sua própria prática de estágio de formação profissional. A importância está em exercitar o aluno para refletir o Serviço Social, e, com isso, conduzi-lo a garantir a unidade teoria/prática. A exigência de elaboração de um trabalho de conclusão de curso está

contido na Lei 1.889 de 13 de junho de 1953, que dispõe sobre os objetivos do ensino de Serviço Social em seu art. 10º.

Ética Profissional em Serviço Social

Sugere-se a manutenção da Ética Profissional em Serviço Social, visando ao estudo dos componentes axiológicos que integram as construções teórico/metodológicas do Serviço Social por possibilitar a adoção da postura ética do profissional em sua prática social.

Planejamento Social

Propõe-se a inclusão de Planejamento Social ante a necessidade de habilitação com que na prática cotidiana o Assistente Social está sempre a se defrontar. As exigências se fazem em termos de capacitação para análise e compreensão do planejamento global, suas relações com os planos, programas e projetos sociais; e elementos políticos e técnicos necessários a sua elaboração.

Estágio Supervisionado

Propõe-se a introdução do Estágio Supervisionado (caraterizado no currículo mínimo atual como Estágios Práticos). Este estudo é importante como forma de aprendizagem prática das estratégias de ação profissional comuns aos campos fundamentais de atuação do Serviço Social. Supõe a aprendizagem de habilidades técnicas e capacidade de análise das repercussões profissionais face a aplicação dessas habilidades.

**ANEXO D - GRADE CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNILAGO
DE 1990 A 1998.**

MATÉRIAS DO CURRÍCULO MÍNIMO (Resol. 06/82)	DISCIPLINAS RESULTANTES DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO MÍNIMO (90 a 98)
Grupo I – Matérias de Formação Básica	Disciplinas Obrigatórias
1. Antropologia	1. Antropologia
2. Direito e Legislação	2. Direito e Legislação
3. Economia	3. Economia
4. Filosofia	4. Filosofia
5. Formação Social, Econômica e Política do Brasil	5. Formação Social, Econômica e Política do Brasil
6. Psicologia	6.1. Psicologia I 6.2. Psicologia II
7. Sociologia	7.1. Sociologia I 7.2. Sociologia II
Grupo II – Matérias de Formação Profissional	Disciplinas Obrigatórias
1. História do Serviço Social	1. História do Serviço Social
2. Teoria do Serviço Social	2..1. Teoria do Serviço Social I 2.2. Teoria do Serviço Social II 2.3. Serviço Social e Movimentos Sociais
3. Metodologia do Serviço Social	3. 1. Metodologia do serviço Social 3.2. Serviço Social de Grupo I 3.3 Serviço Social de Grupo II 3.4. Serviço Social de Comunidade
4. Desenvolvimento de Comunidade	4. Desenvolvimento de Comunidade
5. Ética Profissional	5. Ética Profissional

6. Pesquisa em Serviço Social	6.1. Pesquisa em Serviço Social 6.2. Trabalho de Conclusão de Curso
7. Política Social	7. 1. Política Social I 7.2. Política Social II
8. Planejamento em Serviço Social	8. Planejamento em Serviço Social
9. Administração em Serviço Social	9. Administração em Serviço Social
Grupo III – Matérias Complementares	Grupo III – Matérias Complementares
1. Estatística	1.Estatística
2. Métodos e Técnicas de Supervisão em S.S.	2. Métodos e Técnicas de Supervisão em S.S.
3. Seminário de Família	3. Seminário de Família
4. Seminário de S. S e Saúde Mental	4. Seminário de S. S e Saúde Mental
5 .Tópicos Especiais em Serviço Social	5 .Tópicos Especiais em Serviço Social
6. Prática em Serviço Social	6. Prática em Serviço Social
Grupo IV – Atividades Curricular Obrigatória	
1. Estágio Supervisionado	Estágio Supervisionado I Estágio Supervisionado II Estágio Supervisionado III
Total Geral	2. 952 horas

**ANEXO E - GRADE CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNILAGO
DE 1999 A 2001.**

DISCIPLINAS RESULTANTES DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO MÍNIMO (99 a 2001)
Disciplinas Obrigatórias
1. Antropologia
2. Direito e Legislação Social
3. Economia Política
4. Filosofia
5. Formação Social, Econômica e Política do Brasil
6. Psicologia
7. Sociologia
Disciplinas Obrigatórias
1. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do S. S. I
2. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do S. S II
2.1. Oficina II. (Questões Sociais)
3.1. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do S. S III
3.2. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do S. S IV
4.1. Classes e Movimentos Sociais
4.2. Serviço Social e Movimentos Sociais
5. Ética Profissional
6.1. Pesquisa em Serviço Social
6.2. Oficina I (Iniciação Científica)
6.3. Trabalho de conclusão de curso
7. 1. Política Social I
7.2. Política Social II
7.3. Núcleo I – Família, Criança e Adolescente
7.4. Núcleo II- Seguridade Social
8.1. Administração e Planejamento em Serviço Social

9.1. Gestão Social	
Grupo III – Matérias Complementares	
2. Métodos e Técnicas de Supervisão em S.S.	
5. Núcleo III (Instituição, Terceiro Setor e ONGs)	
6.1. Oficina III	
6.2. Oficina IV	
7. Técnicas de Redação	
8. Informática	
1.1. Estágio Supervisionado I	
1.2. Estágio Supervisionado II	
1.3. Estágio Supervisionado III	
Total Geral	3.141 horas

**ANEXO F - GRADE CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNILAGO
DE 2002**

DISCIPLINAS RESULTANTES DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO MÍNIMO (2002)
Disciplinas Obrigatórias
1. Antropologia
2. Direito e Legislação Social
3. Economia Política
3.1. Economia Contemporânea Brasileira
4. Filosofia
5. Formação Social, Econômica e Política do Brasil
6. 1. Psicologia I
6.2. Psicologia II
7.1 Sociologia I
Disciplinas Obrigatórias
1. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do S. S I
2. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do S. S II
3.1. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do S. S III
3.2. . Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do S. S IV
4.1. Classes e Movimentos Sociais
5.1. Ética Profissional I
5.2. Ética Profissional II
6.1 Introdução à Metodologia Científica
6.2 Pesquisa em Serviço Social I
6.3 Pesquisa em Serviço Social II
7. 1. Política Social I
7.2. Política Social II
8.1. Gestão Social I
9.1. Gestão Social II

Grupo III – Matérias Complementares	
1. Estatística	
2. Métodos e Técnicas de Supervisão em S.S.	
5 .Tópicos Especiais em Serviço Social	
6.1 Projeto e Investigação da Prática Profissional I	
6.2. Projeto e Investigação da Prática Profissional I	
7. Trabalho e Questão Social	
1.1. Estágio Supervisionado I – 108 horas	
1.2. Estágio Supervisionado II – 150 horas	
1.3. Estágio Supervisionado III – 150 horas	
Total Geral	3.156 horas

**ANEXO G - GRADE CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UNILAGO DE 2005**

1ª SÉRIE - 2006		
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA	TOTAL
Sociologia	144	720
Filosofia	72	
Psicologia	72	
Formação Social, Econômica e Política do Brasil	72	
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	144	
Antropologia	72	
Teoria Política	72	
Introdução à Metodologia Científica	72	
2ª SÉRIE - 2007		
Economia Política	72	740
Psicologia Social	72	
Projeto de Investigação da Prática	72	
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	144	
Ética I	72	
Trabalho e Questão Social	72	
Pesquisa em Serviço Social I	72	
Informática	72	
Política Social I	72	
Estágio de Observação	20	
3ª SÉRIE - 2008		
Administração e Planejamento	72	900
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	144	
Política Social II	72	
Direito e Legislação Social	72	
Projeto de Investigação da Prática II	72	
Pesquisa em Serviço Social II	72	
Ética II	72	
Disciplina Complementar I	72	
Disciplina Complementar II	72	
Estágio Supervisionado I	180	
4ª SÉRIE - 2009		
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	72	740
Serviço Social e Movimentos Sociais	72	
Gestão Social	72	
Português Instrumental	72	
Projeto de investigação da Prática III	72	
Disciplina Complementar III	72	
Disciplina Complementar IV	36	
Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso	72	
Estágio Supervisionado II	200	
Total	3.100	
Atividades Complementares	160	
Carga Horária Total	3.260	

**ANEXO H - GRADE CURRICULAR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UNILAGO DE 2007**

1ª SÉRIE		
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA	TOTAL
Sociologia	144	720
Filosofia	72	
Psicologia	72	
Formação Social, Econômica e Política do Brasil	72	
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I	72	
Antropologia Social	72	
Teoria Política	72	
Introdução à Metodologia Científica	72	
Introdução ao Trabalho Profissional	72	
2ª SÉRIE		
Economia Política	72	720
Psicologia Social	72	
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	144	
Ética I	72	
Serviço Social, Trabalho e Questão Social.	72	
Pesquisa em Serviço Social I	72	
Informática para o Serviço Social	36	
Bases Estatísticas para o Serviço Social	36	
Fundamentos de Política Social	72	
Oficina de Estágio de Observação	72	
3ª SÉRIE		
Administração e Planejamento	72	920
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III	144	
Política Social e Sistema de Proteção Social	72	
Direito e Legislação Social	72	
Supervisão da Prática Profissional I	72	
Pesquisa em Serviço Social II	72	
Ética II	72	
Disciplina Complementar I - Relação Gênero/Etnia e Minorias	72	
Disciplina Complementar II – Política de Atenção à Família, Criança e Adolescente.	72	
Estágio Supervisionado I	200	

4ª SÉRIE		
Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social IV	72	684
Serviço Social e Movimentos Sociais	72	
Organização, Financiamento de Gestão Social.	72	
Português Instrumental	72	
Supervisão da Prática Profissional II	72	
Disciplina Complementar III - Direitos Sociais e Éticos	36	
Disciplina Complementar IV	36	
Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso	72	
Estágio Supervisionado II	180	
Total	3.044 horas	
Atividades Complementares	160 h	
Carga Horária Total	3.204 horas	